

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AO SUL DO BRASIL OITOCENTISTA: ESCRAVIDÃO  
E ESTRUTURA AGRÁRIA EM CAÇAPAVA, 1821-1850**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**André do Nascimento Corrêa**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

# **AO SUL DO BRASIL OITOCENTISTA: ESCRAVIDÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA EM CAÇAPAVA, 1821-1850**

**André do Nascimento Corrêa**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, da Universidade Federal de Santa (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

**Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Corrêa, André do Nascimento  
Ao Sul do Brasil oitocentista: escravidão e estrutura  
agrária em Caçapava, 1821 - 1850 / André do Nascimento  
Corrêa.-2013.  
118 p.; 30cm

Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em História, RS, 2013

1. Sociedade agrária 2. Escravidão 3. Brasil Imperial  
4. Caçapava 5. Século XIX I. Farinatti, Luís Augusto  
Ebling II. Título.

---

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a André do Nascimento Corrêa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Appel, n. 298, Bairro Centro, Santa Maria, RS. CEP: 97015-030

Fone (0xx)55 33472848; Cel: (0xx) 91238661; E-mail: andrecorreacp@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-graduação em História**

Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**AO SUL DO BRASIL OITOCENTISTA: ESCRAVIDÃO E PAISAGEM  
AGRÁRIA EM CAÇAPAVA 1821-1850**

elaborada por  
**André do Nascimento Corrêa**

como requisito parcial para a obtenção de título de  
**Mestre em História**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti – (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Dr. Gabriel Santos Berute – (UNISINOS)**

---

**Dr. Júlio Ricardo Quevedo dos Santos – (UFSM)**

Santa Maria, 26 de fevereiro de 2013

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho ao vô Romeu, que me acolheu como neto.*

*In memória das 241 pessoas,  
que perderam suas vidas na Boate Kiss, no triste dia 27/01/2013.*

*E igualmente, dedico as mais de 100 pessoas, que  
estavam enfermas nos hospitais do RS, Fé e Justiça.*

*Por fim, dedico aos meus amados pais e ao meu amor, Lívia.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que possibilitou a realização deste mestrado. Agradeço aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e aos estagiários do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

Agradeço aos meus antigos professores da UNIFRA. Se estou onde estou, vocês tem parte nisso. Um abraço especial para a Prof.<sup>a</sup> Janaína Teixeira que foi minha orientadora na graduação. Um grande abraço para Prof.<sup>a</sup> Nikelen Witter e a Prof.<sup>a</sup> Paula Bolzan Jardim.

Agradeço a todos os professores do PPG em História da UFSM, pelo carinho e apoio nas horas difíceis e nos momentos de alegria, em especial aos professores José Iran Ribeiro por terem participado de minha qualificação e ao Carlos Armani, grande amigo.

Também agradeço ao professor Gabriel Santos Berute, por aceitar o convite para compor minha banca final, assim como o professor Júlio Quevedo e a professora Maria Medianeira.

Um agradecimento especial ao meu amigo e orientador Luís A. Farinatti (Farina) pelo carinho, cobrança, conversas, ajuda, risadas, amizade e *sob tudo* a sua orientação, pois sem esta, esse trabalho estaria como as teias da Ariadne pós-tempestade. Tu me ajudaste a arrumar este “esquema de jogo” a minha escrita que era 3-6-1, passando para modesto 4-4-2. Segundo você Farina, “eu iria ficar brabo, iria te odiar pela tua cobrança”, e como eu te falei, isso não vai acontecer cara, e não aconteceu em nenhum momento. Grande Abraço para você Farina, sucesso e alegrias sempre!

Um grande abraço aos meus colegas da primeira turma do mestrado em história da UFSM, assim como eu, em muitos momentos de chorar demos risadas. Felicidades para vocês: Mateus Capssa, Priscila Ferreira, Renata Saldanha, Gregório Filho, Juliano Bastos, Fabrício Nicoloso, Marcio Rodrigues, Jader Escobar e Odilon Machado. Sucesso sempre para vocês. E nunca esqueçam que ensinar história não é e jamais pode ser uma doutrina.

Agradeço especial aos meus amigos Leandro Fontella (Castelhano), Max Ribeiro (Índio), Marcelo Matheus (Portuga), Leandro Oliveira (Bagé) e Jonas Vargas. Que o grupo de estudos nos proporcione tantas alegrias quanto trabalho.

Um abraço especial para meus amigos e companheiros de banda, Carlos Armani (Drums), Cássio F. Lemos (Bass) e Marcelo Martins (Guitar). A Human Plague além de

acordar e reviver meu lado metal e headbanger que estava adormecido em algum lugar, novamente me deu vida a vida, valeu! Vida longa a Human Plague!

Agradeço a todos os amigos que fiz nessa vida, tanto em Caçapava do Sul, minha terra natal como Santa Maria, meu lar.

Aos meus pais, Manoel Teodoro e Maria Ione, um grande beijo, amo vocês, sem a nossa luta diária não seria possível à execução desse mestrado.

E por fim, não menos importante, a minha querida e amada Lívia, que desde 2008 aventura-se comigo nesse mundo da história, das quais às vezes parecemos autistas. Amo você!

Verbos à Flor da Pele

Latifundiário escravagista ou os dois ao mesmo tempo  
De norte a sul como pragas  
Alastrando a fome que acampa, em quilombos ambulantes  
Na beira da pista é morte na pista, na lista de morte  
Dos modernos, capitães do mato  
Dos modernos, capitães do mato  
Na Palestina verde, enxadas lutam contra armas  
Na Palestina verde, enxadas lutam contra armas  
Organizando a necessidade de cantar,  
Uma mística maior

É preciso plantar  
No chão do céu da boca  
Verbos à flor da pele.

(Banda F.Ur.T.O, Letra de Marcelo Yuka)

## RESUMO

Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Federal de Santa Maria

### **AO SUL DO BRASIL OITOCENTISTA: ESCRAVIDÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA EM CAÇAPAVA 1821-1850**

Autor: André do Nascimento Corrêa  
Orientador: Luís Augusto Ebling Farinatti  
Data e local da Defesa: Santa Maria, 26 de fevereiro de 2013.

O presente trabalho se insere na área de concentração “História, Cultura e Poder”, linha de pesquisa “Integração, política e fronteira”, do mestrado em História da UFSM. Está ligado ao projeto “Hierarquia Social, Trabalho e Família na fronteira meridional do Brasil (século XIX)”. O objetivo da pesquisa é fazer uma análise das características sócio-econômicas do universo agrário de Caçapava, na província do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX, com ênfase no estudo da mão de obra escrava. As principais fontes empregadas são os inventários *post mortem* e o período abordado estende-se entre 1821 e 1850. Realizou-se, também, um diálogo bibliográfico com estudos sobre História Agrária e escravismo. Neste debate, analisamos os estudos produzidos nos últimos anos com o fim de discutir os conceitos fundamentais para o trato com as fontes do universo social e econômico que se pretende abordar. Esta discussão permitiu compreender algumas das especificidades locais, como a intensidade e as características da utilização da mão de obra escrava. A análise das fontes documentais aponta a existência de escravos crioulos, mas também de africanos, o que revela uma ligação com o tráfico transatlântico, ainda que se tratasse de uma região com predominância de uma pecuária de média e pequena escala, além de ser voltada para o mercado interno. De fato, grande parte dos produtores e senhores de cativos, eram criadores de gado. Entre eles, havia uma considerável concentração de terras e animais nas mãos de poucos. Entretanto, ao lado desse pequeno grupo concentrador de recursos, havia uma miríade de pequenos produtores, muitos também senhores de escravos. Portanto, sinalizamos para um universo social mais complexo do que aquele geralmente descrito nas obras que tratam do contexto local neste período.

**Palavras-chaves:** Sociedade agrária; Escravidão; Brasil Imperial; Caçapava; Século XIX.

## ABSTRACT

This research is included in "History, Culture and Power", and "Integration, Politics and Frontier" studies of History master at UFSM. It is also linked with the project "Social Hierarchy, labour and family in the meridional border of Brasil". The purpose of this research is to analyze the socioeconomic characteristics from the people of Caçapava, in Rio Grande do Sul state, during the first half of the nineteenth century focusing on slave labour. The main sources are the *post mortem* inventories among 1821 and 1850. For this reason, a bibliographical dialogue about the studies of Agrarian History and slavery were accomplished. . In this debate, it is investigated some studies realized in the last years in order to discuss the crucial concepts of treatment concerning the resources of social and economic universe, which is also approached in this research. This discussion allowed us to understand some local peculiarities, for example, how the slave labor was used and the intensity of itself. In Addition, the analysis of documental sources show the existence of creole and African slaves revealing a connection with the transatlantic traffic, even though it was a region with cattle breeding predominance as in larger or as small scale besides being concentrated on the internal market. Likewise, most of the producers and slave owners were cattle breeders. Among them there was a large amount of land and animals for a few. However, there were a large number of small producers, many of them slave owners as well. Therefore, this research points to a social universe more complex than the ones usually portrayed in books related to the local context in this period.

**KEYWORDS:** Agricultural society, Slavery, Imperial Brazil, Caçapava, 19th century

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1– Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul nos anos iniciais do século XIX .....34

Figura 2– Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul nos anos iniciais da década 1830....35

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Inventários <i>post mortem</i> ao longo do tempo (Caçapava 1821-1850).....	38
Gráfico 2 – Tamanho dos Rebanhos por década em Caçapava, 1821-1850.....	40
Gráfico 3 – Média de escravos nos inventários de Caçapava, 1821-1850.....	66
Gráfico 4 – Origem dos escravos inventariados por década (Caçapava, 1821-1850).....	72
Gráfico 5 – Quantidade total de escravos com referência (Caçapava, 1821-1850).....	77
Gráfico 6 – Médias de escravos segundo a origem (Caçapava, 1821-1850).....	77
Gráfico 7 – Porcentagem de homens e mulheres escravos (Caçapava 1821-1850).....	79
Gráfico 8 – Médias de escravos por inventário segundo o sexo (Caçapava, 1821-1850).....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Porcentagem do número de animais dos rebanhos por década Caçapava 1821-1850.....	42
Tabela 2 – Valor em réis e porcentagem dos rebanhos por década (Caçapava, 1821-1850).....	43
Tabela 3 – Média comparativa de gado <i>vacum</i> por inventário entre Alegrete e Caçapava.....	44
Tabela 4 – Presença de equipamentos, instrumentos agrícolas nos inventários <i>post mortem</i> (Caçapava 1821-1850).....	47
Tabela 5 – Distribuição do gado <i>vacum</i> em Caçapava (1821-1850).....	50
Tabela 6 – Comparação do rebanho <i>vacum</i> entre as localidades da Província do Rio Grande de São Pedro.....	51
Tabela 7 – Os maiores pecuaristas de Caçapava, (1821-1850).....	55
Tabela 8 – Composição dos bens mais valiosos do patrimônio inventariado (Caçapava, 1821-1850).....	57
Tabela 9 – Posse da terra por meio dos inventários <i>post mortem</i> (Caçapava, 1821-1850).....	59
Tabela 10 – Percentual da presença dos campos, chácaras e demais estabelecimentos mistos, (Caçapava 1821-1850).....	60
Tabela 11 – Criadores de gado <i>vacum</i> com acesso a terra em Caçapava, 1821-1850.....	61
Tabela 12 – Percentual de inventários <i>post mortem</i> que apresentaram escravos (Caçapava, 1821-1850).....	64
Tabela 13 – Estrutura de posse de escravos (Caçapava, 1821-1850).....	68
Tabela 14 – Estrutura de posse de escravos por década (Caçapava, 1821-1850).....	70
Tabela 15 – Número de escravos com origem por década (Caçapava 1821-1850).....	73
Tabela 16 – Porcentagem de escravos africanos nas diferentes localidades.....	81
Tabela 17 – Taxas de africanidade e masculinidade, por naturalidade em Caçapava, 1821-1850.....	82

Tabela 18 – Distribuição de proprietário, escravos homens e mulheres por tamanho de plantel em Caçapava, (1821-1850).....	83
Tabela 19 – Distribuição e porcentagem de proprietário, escravos homens e mulheres por tamanho de plantel em Caçapava, (1821-1850).....	86
Tabela 20 – Distribuição dos escravos homens e mulheres segundo o tamanho de plantel, (Caçapava 1821-1850).....	87
Tabela 21 – Estrutura Etária em Caçapava (1821-1850).....	91
Tabela 22 – Estrutura Etária Segundo o Sexo em Caçapava, (1821-1850).....	92
Tabela 23 – Porcentagem por década da estrutura etária (Caçapava, 1821-1850).....	94
Tabela 24 – Estrutura Etária da população escrava analisado por década segundo o sexo (Caçapava, 1821-1850).....	95
Tabela 25 – Porcentagem de inventários com escravos e gado <i>vacum</i> (Caçapava, 1821-1850).....	97
Tabela 26 – Posse de escravos e entre os criadores de Caçapava 1821-1850.....	99
Tabela 27 – Média de escravos entre os criadores das distintas localidades do Rio Grande de São Pedro, (século XIX).....	101
Tabela 28 – Posse de Escravos Africanos entre os criadores (Caçapava, 1821-1850).....	103

## LISTA DE ABREVIATURAS

**APERS:** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

**AHRS:** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

**FEE:** Fundação de Economia e Estatística.

**FTP:** Faixa de Tamanho de Plantel.

**FTRV:** Faixa de Tamanho de Rebanho *Vacum*.

**FTR:** Faixa de Tamanho de Rebanho.

**Nº:** Número.

**Ref.:** Referência.

**P:** Proprietário.

**EH:** Escravos Homens.

**EM:** Escravas Mulheres.

**H:** Homens.

**M:** Mulheres.

**S:** Soma.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1– ELEMENTOS DA ECONOMIA DA DO BRASIL E DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO NO SÉCULO XIX.....	25
1.1 - A economia imperial e provincial voltada para o abastecimento do mercado interno ....	26
1.2 – Breve contextualização histórica sobre Caçapava.....	31
1.3 - Produção da pecuária e agricultura na Clareira da Mata.....	36
CAPÍTULO 2 – HIERARQUIA ENTRE OS CRIADORES DE GADO <i>VACUM</i> .....	49
2.1 – Os Grandes, médios e pequenos criadores de gado.....	50
2.2 – Os grandes criadores de gado <i>vacum</i> de Caçapava, (1821-1850) .....	54
2.3 – Uma chácara no Irapuá e um campo na costa do Camaquã: propriedade e acesso à terra em Caçapava.....	58
CAPÍTULO 3 – ESCRAVIDÃO AO SUL DO BRASIL, CAÇAPAVA 1821-1850.....	63
3.1 - Estrutura de posse de escravos em Caçapava.....	63
3.2 – Homens africanos, mulheres crioulas: origem e sexo dos escravos em Caçapava.....	71
3.3 – Senhores de Escravos e o Tamanho de seus Plantéis Segundo Sexo. ....	83
3.4 – Crianças, Homens e Velhos: a faixas etárias dos escravos de Caçapava .....	90
3.5 – Criadores de gado <i>vacum</i> e seus escravos: a posse de escravos entre os pecuaristas.....	97
CONCLUSÃO.....	105
REFERÊNCIAS .....	109

## INTRODUÇÃO

No dia 5 de julho de 1800, era estabelecida a Capela Curada de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava (RUBERT, 1956). Este era um período em que as fronteiras entre os Impérios Ibéricos no sul da América não estavam definidas. Por sua vez, esta localidade de Caçapava, que escolhemos como região a ser estudada, surge naquele contexto de expansão luso-brasileira do início do século XIX, fazendo parte da “Fronteira do Rio Pardo” (GIL, 2007, CAMARGO, 2001). Era um período em que as coroas Ibéricas buscavam avançar seus domínios territoriais, fato este, gerador de constantes conflitos entre luso-brasileiros e hispano-plateanos.<sup>1</sup> Os constantes episódios bélicos, ao mesmo tempo em que traziam incertezas para habitantes luso-brasileiros dessa região, também ampliavam o horizonte de possibilidades e expectativas de muitos destes povoadores. Tratava-se do processo de expansão daquelas populações nas fronteiras da Capitania do Rio Grande de São Pedro, que havia sido criada em 1760 e que era subordinada a Capitania do Rio de Janeiro. De fato, as terras dessa região eram abundantes, e era relativamente fácil a sua apropriação, pois além da posse e eventuais compras, também eram concedidas sesmarias para quem fosse “aventurar-se” nessa região. As terras desta região despertavam interesses, mas, em decorrência da instabilidade daquelas possessões, em um primeiro momento, não eram o grande atrativo, mas sim, o gado *vacum* que nelas habitava. Ainda mais que estes povoadores, foram sendo impulsionados pela indústria charqueadora, que alargava sua produção de carne seca, nas primeiras décadas do século XIX.

Os rebanhos bovinos foram, inúmeras vezes, grandes motivadores de arreadas<sup>2</sup> em terras de além-fronteira, como a praticada no ano de 1802, pelo Capitão Adolfo Charão. A quantidade do rebanho que foi retirada das terras sob domínio castelhano e trazida pelo capitão chegou a 15.000 reses bovinas. Apesar de ter gerado algum impasse entre as autoridades, não houve embaraço efetivo para que todo este gado ficasse em posse do Capitão Charão, fato esse relatado em correspondências militares.<sup>3</sup> Este rebanho com certeza ajudou o Capitão Adolfo Charão na formação de seu patrimônio, por sinal, um dos mais abastados para o período estudado. Isso foi evidenciado em nossa investigação realizada nos processos *post*

---

<sup>1</sup> Denominação retirada do artigo de THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009.

<sup>2</sup> Tratava-se de verdadeiro roubo sistematizado de gado entre luso-portugueses e hispano-plateanos, estas em terras tanto de domínios espanhóis quanto de portugueses na América.

<sup>3</sup> Autoridades Militares, Caixa 1, Maço 2, ano 1802, AHRS.

*mortem* para o período de 1821 a 1850. Encontramos no inventário do Capitão Charão,<sup>4</sup> dentre mais de 50 escravos, mais de 2.000 equinos, também havia 14.500 reses de criar, essa quantidade de gado não era a mesma soma da arreada cometida pelo Capitão 33 anos antes, e certamente o gado também não era o mesmo, mas tranquilamente essas reses da arreada colaboraram na formação desse rebanho bovino do Capitão Antônio Adolfo Charão.

Embora esse período de 1802 não entre em nosso campo de estudos, achamos importante lançar como dado qualitativo esta correspondência militar. Assim, trabalhamos com todos os inventários *post mortem* de Caçapava dentre o período de 1821 a 1850. Este marco inicial foi escolhido pelo fato de que a fonte só teve uma regularidade a partir da década de 1820, sendo assim, possível a análise serial. Como veremos, ao examinarmos esse conjunto de documentos para o período descrito conseguimos identificar uma sociedade formada com uma economia baseada na pecuária e com a utilização de uma mão de obra cativas muito significativa.

Por muito tempo predominou na historiografia, a ideia de que a sociedade rio-grandense era composta basicamente por estancieiros e peões livres. Em uma visão preponderante nas obras publicadas até a década de 1980, houve a difusão de uma imagem da região da campanha sulina, composta apenas por grandes latifúndios e uma enorme quantidade de cabeças de gado *vacum*. Sem dúvida, uma das esferas que compunham esta sociedade era os grandes criadores de gado *vacum*, porém, havia também comerciantes, charqueadores, militares de alta patente e dentre outros que compunham a elite social rio-grandense. Mas, e a parcela dos grupos subalternos? Como seria a presença de escravos e de peões livres? Não havia diversidades nas unidades produtivas? Perguntas como estas nortearam trabalhos de história agrária que foram surgindo a partir de fins da década de 1980 e se consolidaram daí por diante, e que aqui nos servem de fonte teórico-metodológica, para, assim, ingressar nesse debate a cerca da formação social do sul do Brasil. Desta maneira, essa corrente de estudos históricos nos ajudou a formular as questões centrais de nossa pesquisa: quais os elementos formadores da base econômica de Caçapava, como essa região conectava-se economicamente com o restante da província? Também, indagar sobre a importância da mão de obra escrava utilizada nas distintas unidades produtivas.

As questões que norteiam esta pesquisa surgiram do contato com dois conjuntos de obras de análise histórica. O primeiro sobre história agrária e, o segundo em história social da escravidão. Os trabalhos em história agrária vêm, desde a década de 1980, demonstrando,

---

<sup>4</sup> Inventário *post mortem* de **Antônio Adolfo Charão**, Autos 88, Maço 4, Estante 14, Cartório de Órfãos e Ausentes, Caçapava 1835. APERS.

entre outros fatores, o vigor das produções voltadas para o mercado interno, a disseminação das relações escravistas para muito além das atividades produtivas destinadas à exportação, a diversidade dos grupos sociais externos as *plantations* e a reprodução de uma hierarquia social excludente em contextos históricos diversos.<sup>5</sup>

As últimas décadas do século XX viram a historiografia brasileira tomando novos rumos, sempre amparados por uma gama documental e tendo maior rigor com sua produção. Parte das obras tiveram como tema a História Agrária.<sup>6</sup> Estas pesquisas basearam-se nos trabalhos da história regional francesa, desenvolvida em uma série de monografias regionais, sob a inspiração de trabalhos pioneiros como os de Marc Bloch (1968) como de Pierre Goubert (1968). As análises feitas para determinadas regiões do Brasil colonial e monárquico, apontaram para uma dinâmica com uma diversificação até então não demonstradas. Segundo Mattos (2009) e Fragoso (1998) havia atividades econômicas de um mercado interno brasileiro que cada vez mais ganhavam espaço, propiciando uma importante acumulação mercantil. Desta maneira, este mercado interno estava para além de ser residual e da simples dependência de um mercado exportador, como havia sido caracterizado por uma historiografia da década de 1970 (PRADO JÚNIOR, 1986; FURTADO, 1977; NOVAIS, 1983).

Uma das primeiras obras a levantar algumas questões sobre a sociedade e a economia do Rio Grande do Sul foi a pesquisa de Corcino M. dos Santos (1984), embora não fosse uma pesquisa da chamada história agrária, faz um apanhado geral sobre a economia da região sul, mas não chega a problematizar. No entanto, a sua pesquisa é de toda valia, pois os dados que são apresentados são fruto de uma bela pesquisa empírica, e serviram como base de outros estudos que fizeram uma análise profunda e rigorosa.

Já no viés das novas abordagens, tivemos as pesquisas pioneiras de Paulo Zarth (1997, 2002).<sup>7</sup> Em sua análise sobre o cenário sul meridional, tinha como enfoque o planalto gaúcho, localizado no norte do Rio Grande do Sul. Seu trabalho demonstrou que havia mais do que uma simples região não habitada que serviria para a imigração alemã e italiana. Esta localidade tinha os campos contidos pela produção pecuarista, e nas áreas comunais era o

---

<sup>5</sup> Dentre os mais representativos trabalhos desse quadro historiográfico destacam-se: CASTRO, (1987); LINHARES (1997); FLORENTINO; FRAGOSO (2001); FRAGOSO; BICALHO; GOUVÊA (2010); FARINATTI, (2010).

<sup>6</sup> Os estudos sobre História Agrária surgem com Marc Bloch, quando este autor estuda a sociedade feudal agrária francesa.

<sup>7</sup> Chamamos de pioneira sobre história agrária no sul do Brasil a primeira pesquisa de Paulo Zarth que correspondem ao seu mestrado em 1988.

cultivo da erva mate. A produção de alimentos era realizada nas extensões das florestas e esta atividade fora desempenhada por uma gama de lavradores nacionais.

Dentro desta mesma perspectiva, temos os trabalhos de Helen Osório (1990, 2007), que demonstram uma sociedade pautada pelos conflitos de apropriação de terras, a diversidade agrária do Rio Grande do Sul no período colonial, tanto em termos de produção agro-pecuária quanto os diferentes grupos sociais que ali existiam. Estes tiveram uma produção econômica que se desenvolveu, e colaborou para a ocupação do Brasil Meridional. Esta cultura era efetuada por uma população com características distintas, tanto etnicamente, quanto pelas práticas econômicas que são baseadas na terra e nos pecúlios que ali eram gerados. O estudo de Helen Osório (2007) veio desmistificar a bipolarização dos agentes sociais, demonstrando que esta localidade não possuía apenas grandes proprietários e peões. Mas havia sim médios e pequenos estabelecimentos produtivos e, em muitos casos, ocorria uma mescla nas atividades da pecuária e agricultura, e a aplicabilidade da mão de obra escrava estava presente em boa parte das unidades domésticas.

Outro trabalho que contribuiu consideravelmente no entendimento do que era viver em um cenário agrário no Rio Grande do Sul do século XIX, é a obra de Luís Augusto Farinatti (1999). Este autor trabalhou primeiramente em sua dissertação a região central da província, apontando elementos semelhantes aos que Zarth (1997) já tinha elencado para norte, uma gama de lavradores nacionais que combinavam suas atividades do manejar o arado com trabalho com o gado *vacum*. Estas reses por sua vez, em escalas menores do que os rebanhos elencados por Farinatti (2010) para região da campanha. Farinatti além de corroborar com os autores sulinos anteriormente citados, também demonstra em suas análises uma vida social extremamente complexa para fronteira oeste. Havendo não apenas estancieiros e peões, ali, também estavam escravos, libertos, índios e lavradores entre outros.

Já a pesquisa de Thiago Araújo (2008) realizada para região de Cruz Alta, nos permitiu um melhor entendimento do contexto fronteiriço de produção pecuarista de pequena monta, mostrando a dinâmica transformação que a economia daquela localidade passou. Sua pesquisa apresenta como ponto central analisar os mecanismos de dominação senhorial que permitiam a manutenção e reprodução das relações escravistas naquela sociedade do XIX, de tal forma, apresenta uma presença escrava muito relevante para a localidade de Cruz Alta.

Estes trabalhos que analisaram o mundo rural sulino tiveram também como inspiração além dos trabalhos sobre a paisagem agrária fluminense, pesquisas referentes à região platina, mais especificamente a história agrária argentina. Autores como Juan Carlos Garavaglia

(1999) e Jorge Gelman (1998), entre outros, demonstraram as complexidades de um mundo colonial tardio, no qual havia uma quantidade muito expressiva de camponeses pastores e agricultores, dividindo o espaço territorial com os estancieiros.

O segundo campo temático de inspiração para este trabalho foram os estudos alusivos às relações escravistas brasileiras. Estes tiveram mudanças consideráveis a partir dos anos 1970, principalmente a partir da influência da *historiografia antropológica da escravidão*, termo cunhado por Sheila Faria (1998). As pesquisas históricas tomaram novos rumos, transformando significativamente as interpretações sobre o sistema escravista, entendendo este também pelo viés dos cativos. Esta, por seu turno, valoriza em suas análises as experiências e a bagagem cultural, bem como, suas possibilidades de escolhas, ainda que limitados por diversos condicionantes estruturais. As fontes de inspiração destes historiadores vão desde a escola norte-americana de história social da escravidão como (TANNEUNBAUM, 1947; GENOVESE, 1976, 1988). Também passam pelo legado teórico historiador inglês Edward P. Thompson (1987; 1997; 1988), até a antropologia cultural. Embora a parte desta pesquisa referente à escravidão não trate de dados mais qualitativos e sim quantitativos, não podemos deixar de citar algumas pesquisas deste caráter, pois foram substanciais na escolha de parte deste tema aqui analisado.

Uma das pesquisas precursoras dentro destas novas abordagens foi a obra *Na Senzala, uma Flor* de Robert Slenes (1999). Este autor teve como foco central de sua pesquisa a família escrava e suas heranças africanas. Para Slenes o papel da família escrava poderia ter um aspecto corrosivo e limitador da escravidão, seu estudo era voltado para o sudeste brasileiro.

Com uma visão diferente a de Slenes, principalmente quando mencionamos as questões sobre as famílias escravas, temos o trabalho de Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997). Estes autores veem a família escrava como um elemento que trazia a paz para a as senzala e, assim, atuava como viabilizador da sociedade escravista. Também, afirmam que, no patamar em que a historiografia se encontra são raros os pesquisadores a não considerar a existência das famílias cativas.

Outro trabalho historiográfico, de destaque, a respeito dessa nova leva historiográfica foi a obra *Negociação e Conflito* dos autores João José Reis e Eduardo Silva (1989). Este trabalho buscou desmistificar a ideia do escravo “coisa” ou apenas vítima. Para Reis e Silva (1989), os escravos, em sua grande maioria, não estavam divididos, entre heróis e acomodados, havia um campo bem mais complexo em que as negociações, embora desiguais,

ocorriam, e isso deu margens para que cada vez mais elas se repetissem, auxiliando tanto à reiteração quanto ao enfraquecimento do sistema escravista.

Já, Stuart Schwartz (2001) e Sidney Chalhoub (2001) foram também autores que contribuíram para esse redimensionamento das análises referentes à história social da escravidão no Brasil. Enquanto o primeiro focou suas pesquisas sobre as temáticas relacionadas a família escrava na Bahia colonial, o segundo procurou entender o significado que os escravos davam à liberdade na corte no final do século XIX.

Os estudos alusivos a escravidão, também apresentaram trabalhos com enfoque diferenciado, como o de abordar a posse de escravos em distintas localidades brasileiras. Estas pesquisas não ficaram apenas com historiadores, pois tivemos o pioneirismo do economista Francisco Vidal Luna (1981) com a pesquisa *Minas Gerais: escravos e senhores*. Tal estudo apontou uma grande presença de escravos nos domicílios de região das Minas Gerais, que passavam dos 40%. Além disso, apresentou dados inovadores no que tange a metodologia, apresentando elementos como média, moda e mediana de escravos para a região mineira.

Nesse mesmo leque de estudos temos a pesquisa de José Flávio Motta (1999) *Corpos Escravos Vontades Livres*, esta pesquisa possibilitou um avanço nas abordagens da posse de escravos, tendo como espaço geográfico a região do Bananal, localidade do valeparaibana paulista, isso nas décadas iniciais do século XIX, entre 1801-1829. Pois Motta apresenta um trabalho extremamente significativo, baseado em listas nominativas dos habitantes do Bananal, com isso, foi possível que o autor mostrasse a singularidade presente na estrutura familiar escrava da região do Vale do Paraíba paulista. Elementos estes ligados a economia cafeeicultora.

Outra pesquisa que colaborou para o entendimento da posse de escravos com um debate sobre duas regiões do Brasil foi *Posse de Escravos e Estrutura de Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco*, dos economistas Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino (2003). Nesse artigo os autores fazem um debate comparativo entre duas regiões de Pernambuco, apontando dentre outras coisas a estrutura demográfica escrava das regiões que estavam fora da área produtora de açúcar, tendo estas uma produção voltada para a agricultura e a pecuária.

Enfim, tivemos muitos outros importantes trabalhos referentes ao sistema escravista brasileiro, aqui não iremos mencioná-los. (LARA, 1988; CASTRO, 1995; XAVIER, 1996; FLORENTINO, 1997). Estes partilharam da ideia de que havia a possibilidade de ação e de escolhas por parte dos escravos, mesmo em contextos limitados. Seus embasamentos teóricos

valorizam o arcabouço cultural dos cativos, embora prestem atenção na diversidade étnico-cultural dos povos africanos. Esta forma inovadora de interpretar a escravidão nos ajuda a compreender a organização social criada pelos escravos como a formação de suas famílias e o quanto isso colaborou com a manutenção do sistema escravista ou a sua desintegração.

No que tange às pesquisas referentes ao Brasil meridional, tivemos a obra de Fernando Henrique Cardoso (2003), esta pesquisa demonstrou a potencialidade da economia charqueadora e sua importância para região sul. Assim, esta pesquisa teve o pioneirismo ao destacar a grande quantidade de escravos que eram utilizados como mão de obra na região da charqueada, de fato é o primeiro trabalho a mostrar a grande presença de cativos no sul do Brasil.

As influências destas novas abordagens metodológicas, já citadas anteriormente, tiveram grande contribuição para as pesquisas no Rio Grande do Sul. Exemplo disso são os trabalhos de Paulo Moreira (1996; 2006; 2007). O autor trabalha como foco principal a cidade de Porto Alegre e sua obra tem consistência principalmente quando aborda a participação dos escravos na sociedade rio-grandense. Este autor aborda a participação do negro escravo na formação do Rio Grande do Sul. Mais recentemente, Regina Xavier (2005) tem focando suas pesquisas a partir da perspectiva do que significa *ser negro no Rio Grande do Sul*, Xavier vem buscando entender como as hierarquias raciais influenciaram na construção das identidades sociais neste no Sul do Brasil.

No estudo de Gabriel Berute (2006) é apresentado as questões referentes ao tráfico de escravos na Capitania do Rio Grande de São Pedro, entre o final do século XVIII e o início do XIX. Alguns dos pontos centrais de sua investigação, esta ligado com os aspectos demográficos, assim como, a dinâmica do funcionamento deste circuito mercantil em que o tráfico estava inserido.

Já o trabalho de Marcelo Matheus (2012) *Fronteiras da Liberdade*, centrado na região de Alegrete, demonstrou a grande importância de um cruzamento documental para o entendimento do cenário escravista. As questões teórico-metodológica de sua pesquisa foram baseadas na micro-história italiana, mostrando os cuidados e a grande relevância na utilização das cartas de alforrias. Com isso, a ideia de uma investigação densa das fontes, tentando demonstrar o protagonismo social escravo em uma área de fronteira, ainda mais que estes tiveram a sua vida tão menos documentada do que outros agentes históricos daquele período.

Outra pesquisa importante, foi a realizada por Natália Pinto (2012) para Pelotas, nesta a autora tenta problematizar a respeito do processo de socialização em torno da comunidade

cativa local e de como se reproduziam as relações hierárquicas entre os escravos e os demais agentes sociais. De tal forma, a pesquisa mostrou a grande presença de escravos nas charqueadas e nos criadores de gado pelotenses.

Percebe-se que nesses estudos anteriormente relatados, tanto de história agrária quanto de escravidão, o perfil da estrutura de posse de escravos varia dado o tamanho da unidade produtiva que as distintas regiões estavam inseridas. Para o sul do Brasil isso ficou muito claro quando cruzamos os dados da charqueada, pecuária de grande e pequeno porte.

É evidente que há muitas outras obras recentes e de qualidade que abordam o universo escravista do século XIX no Brasil. Mas, não temos como referir todas aqui, assim, escolhemos destacar pontualmente, aquelas que estabelecemos um diálogo explícito ao longo do trabalho (OLIVEIRA, 2006; SHERER, 2008; TEIXEIRA, 2008; PERUSSATO, 2010; FONTELLA, 2012).

Para região de Caçapava, além do trabalho que venho desenvolvendo, temos apenas um estudo de análise histórica que foi realizado por Bruno Moraes (2008) *Os Sentidos da Liberdade*. Moraes faz um estudo sobre o processo de manumissão em Caçapava para a segunda metade do século XIX, busca debater questões entre o poder dos libertos e seus antigos senhores.

Esta dissertação tem por o objetivo de somar esforços a essa busca de análise da formação social do mundo rural rio-grandense, no século XIX, com ênfase na investigação da diversidade sócio-econômica e na presença e papel que a escravidão teria desempenhado nesse contexto. Assim, a escolha da região de Caçapava se dá pelo fato de não haver nenhum trabalho deste cunho, corroborando a escolha do espaço. Outro fator que colaborou para a opção desta área para ser examinada, foi a existência de documentos que possam dar conta desta análise sócio-econômica.

Desta forma, mais especificamente, o estudo aqui proposto tem a finalidade de realizar uma análise da estrutura a agrária e da presença do trabalho escravo, no município de Caçapava, na primeira metade do século XIX, mais precisamente de 1821 a 1850. Com isso, buscamos contribuir para uma melhor compreensão das relações sociais estabelecidas nas atividades produtivas da região de Caçapava. Entender o quanto foi importante à mão de obra dos escravos, e entre esses e os demais segmentos da sociedade em uma região de fronteira, economicamente voltada para o mercado interno e imersa em um contexto de guerra endêmica. Compreender a dinâmica das unidades produtivas, tendo em vista o tamanho de cada uma e a importância que o gado tinha para esta localidade.

Para isso, emprego aqui a metodologia cunhada pela história regional francesa, a análise serial. Esta análise permite um entendimento da realidade sócio-econômica a partir dos inventários *post mortem*. Estas fontes são serializáveis, por conterem informações homogêneas e reiteráveis, estes processos são a documentação central dessa pesquisa. Assim, com esta apreciação identificamos o tamanho das unidades produtivas, qual o rebanho que tinha a maior representatividade, tanto em quantidade quanto em valor. Visualizamos as práticas com as atividades voltadas para o cultivo de alimentos, com a presença de ferramentas, animais de tração e escravos roceiros arrolados nos bens de raiz dos processos.

No capítulo 1, apresentamos uma contextualização sobre a economia do Brasil e a ligação desta com o Rio Grande do Sul. Também fizemos uma breve apresentação histórica de Caçapava. Por fim, esse capítulo se encerra com os elementos formadores da agricultura e da pecuária da localidade estudada.

No capítulo 2, estão presentes os dados que embasaram a discussão sobre elementos formadores das hierarquias entre os criadores de gado *vacum*. Da mesma forma, destacamos a diferença entre os distintos criadores e salientamos um subcapítulo com os dois maiores pecuaristas. Enceramos o capítulo abordando a presença da posse da terra nos inventários *post mortem*.

Já no capítulo 3, destacamos as informações referentes ao cativo. Com isso, foi possível averiguar elementos como a origem dos escravos, também como a faixa produtiva e as questões sobre o sexo e masculinidade. Dado esses elementos foi possível destacar a posse de cativos tanto entre as unidades produtivas como também os criadores.

Assim, este trabalho enquadra-se e vincula-se aos elementos teórico-metodológicos da linha de pesquisa *Integração, Política e Fronteira*, do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, curso de Mestrado Acadêmico em História, área de concentração *História, Poder e Cultura*.

## **CAPÍTULO 1– ELEMENTOS DA ECONOMIA DA DO BRASIL E DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO NO SÉCULO XIX**

A imagem da região de Caçapava primeiramente foi mencionada na obra *As Freguesias de Caçapava e de Santaninha* de Arlindo Rubert (1956), apontando questões sobre sua origem a implantação de sua Capela Curata. As obras que se sucederam foram construídas por uma produção de cunho memorialista, que não deu conta dos aspectos produtivos desta localidade, apresentando uma representação incompatível com o que vem mostrando a historiografia para outras áreas do Brasil e da América Latina. Ou seja, de que esta era uma região formada, em sua maioria, por grandes estancieiros e peões, numa estrita dicotomia social, deixando de lado o papel dos escravos que estavam diretamente ligados às atividades agrárias, estas predominante no município. (ABRÃO e CASSOL 1985; 1988; 2002).

Para a província do rio-grandense ocorreram outras pesquisas que utilizavam documentos manuscritos e representaram um momento intermediário entre os memorialistas e esta nova historiografia. Esta corrente problematizou temas que versava entre o econômico e social, destacamos entre estes: Fernando Henrique Cardoso (2003), Décio Freitas (1980), Sandra Pesavento (1980) e Mário Maestri Filho (1984).

Contrapondo não somente esse pensamento memorialista, mas também de uma historiografia tradicional<sup>8</sup> e a revisionista em relação ao Rio Grande do Sul, tivemos trabalhos de renovação historiográfica. Esse novo apanhado teórico metodológico teve grande contribuição da chamada História Agrária, da qual podemos citar trabalhos como de Paulo Zarth (1997; 2002), Helen Osório (1999, 2007), Luís A. Farinatti (1999, 2010), Graciela Garcia (2005, 2010), Thiago Araújo (2008). Estes autores deram uma nova dimensão aos estudos a cerca do sul do Brasil e suas análises nos servem como comparativo para este contexto caçapavano. Eles abordaram distintas regiões, demonstrando que eram realidades extremamente complexas, bem diferentes da visão simplista da historiografia tradicional. Como demonstraram esses estudos, muitos dos subalternos podiam ter acesso à produção própria, sendo que não constituíam um exército proletarizado de mão de obra, que só tinha outra opção a não ser se submeterem a um trabalho por baixos salários.

Como veremos, esse também era o caso aqui estudado, Na parte 1.1 abordaremos elementos referentes à economia do período imperial, fazendo uma conexão com as estruturas

---

<sup>8</sup> Esta historiografia mais tradicional minimizou ou até mesmo não apresentou a presença escrava na formação do Rio Grande do Sul (FORTES, 1932, GOULART, 1933).

produtivas da província de São Pedro. Logo em seguida, na parte 1.2 uma contextualização referente à Caçapava. Já na parte 1.3 tratamos dos elementos ligados às características econômicas e à produção agrária existentes no município entre 1821 e 1850.

### **1.1 - A economia imperial e provincial voltada para o abastecimento do mercado interno**

As últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX marcam algumas mudanças nas características econômicas do Rio Grande do Sul, tanto no que se refere à sua ocupação, quanto à forma como era feita a utilização dos recursos existentes na fronteira meridional do Brasil. As mudanças não ocorreram apenas por elementos econômicos intraprovinciais, mas sim, por toda uma articulação com mercado interno brasileiro.

Nos últimos anos do século XVIII, a indústria charqueadora iniciou as suas atividades no sul da América Portuguesa. Estas atividades econômicas foram impulsionadas por uma demanda de mantimentos que outras áreas brasileiras necessitavam e que estas bandas tinham a dispor. Associado a isso, também ocorreram secas na região cearense, que, até aquele momento, era a principal região abastecedora de charque para o mercado brasileiro. Este foi um período favorável para o início das atividades do comércio do charque, produto que era voltado para o abastecimento do mercado interno, principalmente as regiões de *plantations*. A expansão da economia açucareira no Rio de Janeiro e em São Paulo expandiam o mercado para a produção de alimentos voltados para o abastecimento. O mesmo ocorrendo com os portos de Salvador e Recife, como demonstrou João Fragoso, entre outros circuitos, a produção charqueadora inseria-se em uma complexa rede de abastecimento das *plantations* fluminenses, via porto do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998).

No entanto, esta produção e esse comércio foram pouco valorizados por uma historiografia que centrava sua atenção apenas na produção que alcançava uma articulação direta com o mercado exportador (PRADO JÚNIOR, 2004; FURTADO, 1968). Esta historiografia foi hegemônica até meados dos anos 1980. Havia distinções nas abordagens, porém, em suas concepções era predominante a vinculação direta e mecânica do mercado interno com o exportador. As variações inerentes ao mercado interno significavam meros reflexos das variações do comércio internacional, assim era negada a possibilidade de que tivesse movimentos que pudessem indicar a existência de uma dinâmica própria.

Afirmar que o mercado exportador influenciou o mercado interno não é contestável. O que pode ser colocado em debate é o fato de não se aceitar a importância do mercado interno, que por muito tempo foi chamado de periférico e pouco significativo, quando na verdade tinha uma grande potencialidade econômica. Não concordamos plenamente com esta historiografia que afirmava que este mercado era totalmente dependente de todas as flutuações que ocorriam entre as praças de comércio situadas nos portos brasileiros com os países da Europa ou demais (PRADO JÚNIOR, 2004; CARDOSO 2004).

Entre outros autores, João Fragoso (1998) contrapôs convincentemente estas ideias. Trabalhando com o principal porto brasileiro, o do Rio de Janeiro, entre 1790 e 1830, o autor demonstra que havia uma articulação comercial muito intensa, tanto de caráter exportador quanto do comércio interno. O cerne do seu trabalho *Homens de Grossa Aventura* é desmistificar a pouca importância que era dado às atividades deste mercado interno. O porto do Rio de Janeiro alcançava as maiores cifras da exportação brasileira. No entanto, o autor, ao demonstrar as atividades do mercado interno, com as relações comerciais que ocorriam entre o porto do Rio e as distintas províncias do centro-sul do Brasil, vai mostrando que elas não eram as únicas a movimentar aquela praça mercantil.

A economia interna não tinha pouca relevância para o Brasil, bem pelo contrário, ficavam sim aqui grandes lucros com os comerciantes sediados na praça mercantil do Rio de Janeiro ou, como lhes chama Fragoso (1998), *capital mercantil residente*. Havia um aumento amplo nas receitas e não somente para os comerciantes dos portos, mas para toda uma rede de comércio que era gerado para dar suporte para as exportações. Evidentemente que a parte mais significativa dessa “acumulação endógena” ficava na praça mercantil do Rio de Janeiro. Porém, isso não impediu que processos de acumulações diversas existissem, dentro deste circuito, mas fora da Corte. Isso, conseqüentemente, favoreceu um enriquecimento de muitos proprietários espalhados nas distintas províncias. Assim, na esteira dos trabalhos de Ciro Flamarion Cardoso (1975) e Maria Yedda Linhares (1995), a tese de Fragoso relativiza o chamado pacto colonial, discordando do enfoque que por muitos anos foi repetido historiograficamente.

Para um melhor entendimento desta dinâmica econômica, Fragoso (1998) menciona que o início do século XIX havia sido um período de uma transferência definitiva do eixo econômico do nordeste açucareiro para o sudeste, primeiro produtor de açúcar e, depois, também e principalmente de café. A partir das décadas de 1820 e 1830, surge um novo

momento econômico, em que o café passa o açúcar<sup>9</sup> e se torna o produto mais exportado. Mas, o açúcar não deixou de ser exportado, bem pelo contrário, tivemos momentos em que o açúcar era exportado em maiores quantidades, porém seu lucro, comparado com o café, era inferior. O açúcar, por muito tempo, foi o fiel da balança até o café tornar-se o produto mais rentável para o mercado exportador. Não obstante, nas décadas de 1830 e 1840, o café tornou-se o principal produto brasileiro de exportação, gerador de uma grande economia, esta voltada para o mercado externo. Mas, para isso ocorrer existia uma base econômica interna muito forte, que deu suporte para a existência desta produção voltada para a exportação.

Por exemplo, na passagem do século XVIII para o XIX, quando a exploração do ouro entrou em decadência e passou a níveis pouco significativos, a organização econômica que já estava presente em Minas Gerais não se desfez, pelo contrário, reafirmou-se e reorganizou (MARTINS, 1983). Aquela província passou a ser uma área que produzia alguns produtos de base agrária, como por exemplo, os derivados do porco, para o mercado urbano do Rio de Janeiro, sede da monarquia a partir de 1808. Assim, intensificou-se o comércio destes produtos com as regiões vizinhas que não eram auto-suficientes ou não produziam estes alimentos. Segundo Fragozo (1998), isso ajuda a entender o porquê de Minas ter sido a província com maior número de escravos, mesmo se comparada com as que abrigavam *plantations*, neste período. Essa grande província escravista tinha sua produção voltada para o mercado interno. Ou seja, economia escravista nem sempre era sinônimo de economia de exportação. Assim, Minas Gerais passou a comercializar de uma forma mais intensa estes produtos com as regiões de *plantation*, sem depender de seu produto de exportação, que foi o ouro. Criou-se uma economia em Minas muito bem organizada, mesmo com o fim das exportações e que consolidou-se voltada para o mercado interno (LENHARO, 1979).

Colaborando com esta ideia, temos os índices populacionais citados por Fragozo (1998). Estes dados apontam para uma grande quantidade de pessoas livres, em 1819 havia no sudeste 3.596.132 habitantes, sendo 69,2% livres. Isso comprova que não tínhamos apenas senhores e escravos. Também podemos dizer que uma parcela destes homens não vinculava a sua mão de obra diretamente com as exportações. Mostrou-se, também, que a economia brasileira possuía uma grande massa de lavradores produtores de alimentos espalhados pelo seu território, muitos vivendo da venda dos seus produtos agrícolas ou seus excedentes, ou empregado sua mão de obra em outra atividade (MATTOS, 2009). Assim, como demonstrou a renovada história agrária brasileira das décadas de 1980 e 1990, havia grande

---

<sup>9</sup> O açúcar não era produzido apenas no nordeste. Este teve uma produção nos anos iniciais do século XIX na região sudeste.

heterogeneidade social, com presença significativa de outras categorias. Enfim, o Brasil era mais do que grandes senhores e seus escravos, vivendo em imensas *plantations* (MATTOS, 2009; FARIA, 1998).

Nesse contexto, desde o século XVIII, o Rio Grande do Sul estava articulado economicamente a outras áreas da América Portuguesa, em virtude da expansão e incorporação de vastas extensões de terras e gado. Havia também a questão de uma fronteira que foi tendo seus contornos desenhados, por meio de disputas, que eram constantes entre lusos e espanhóis. Dentro de todo este cenário, o Brasil Meridional inicia um comércio de gado muar em pé com a região sudeste brasileira (CARDOSO, 2003).

O reconhecimento dessa articulação está em uma passagem de Celso Furtado (1968) que foi recuperada por Elmar Silva (1993), percebendo estas demandas de gado que saíam do sul.<sup>10</sup>

A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais contribuía a principal fonte de renda da região. Estes animais se concentravam na região de São Paulo, onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões (Furtado, 1968 apud SILVA, 1993, p. 57).

Em um primeiro momento, como havíamos sinalizado, houve sim uma grande quantidade de gado, especialmente muares e cavalares, que subia para a região sudeste brasileiro. Isso só fortalece a questão de um mercado interno interligado.

Já em finais do século XVIII, as atividades ligadas à pecuária juntar-se-iam com as indústrias charqueadoras. Este tipo de atividade econômica foi sendo impulsionada e estimulada tanto pela quantidade de reses que existiam na “fronteira”, região disputada com o império colonial espanhol, como também pelas secas que estavam castigando a região cearense, localidade que articulava se com o mercado interno por meio do comércio da carne salgada.

Além da produção de charque, a economia rio-grandense ganhou destaque maior com início das vendas de couros do gado *vacum* e alguns outros derivados, como cifres e cabelos<sup>11</sup> e também o gado em pé. Percebemos a relevância do gado *vacum* para a economia sul rio-grandense, a autora observou, ainda, que entre 1802 e 1821 as capitânicas do Rio de Janeiro,

<sup>10</sup> Caio Prado em “Formação do Brasil Contemporâneo” já indica essa vinculação, ainda que a considere um processo subsidiário á grande lavoura de exportação (PRADO 1986).

<sup>11</sup> “Cabelos” se refere a crina de cavalos.

Bahia, Pernambuco e Santa Catarina eram os mais importantes parceiros comerciais do Rio Grande do Sul. Juntas, as três primeiras praças recebiam quase a totalidade das exportações rio-grandenses. O Rio de Janeiro era o principal e, quase exclusivo destino do trigo sul rio-grandense e o segundo importador de charque. A Bahia era o principal comprador do produto deste produto. Estas regiões, também eram o destino de grande parte dos couros e de outros produtos agropecuários desta província. De acordo com Helen Osório (2007), entre 1790 e 1821, o destino prioritário dos couros era o Rio de Janeiro, que recebeu durante os anos de 1803, 1808 e 1815, respectivamente 85%, 78,6% e 76,2% dos couros produzidos no sul. Entre 1818 e 1821, sua participação oscilou entre 83,5 e 79,6%. Ainda que não fosse tão importante quanto o comércio com os portos brasileiros, havia também um comércio de exportação para fora do país, de charque e couros, este último em maiores quantidades, para países europeus, como Portugal (BERUTE, 2011a).

Percebemos o quanto era importante o mercado interno brasileiro, onde uma província tinha, como maiores parceiras econômicas, outras regiões brasileiras. A pecuária do sul e a produção agrária das Minas Gerais são dois exemplos que comprovam o quanto eram articulados e rentáveis estas atividades, pois o comércio interno a que estavam ligadas propiciava acumulações endógenas muito significativas.

Para corroborar esta questão de uma economia regional forte, percebemos as importações mencionadas assim, por Gabriel Berute:

Quanto às importações, a capitania recebia sal, vinho, azeite, fazendas secas, aguardente, ferragens e manufaturados. Entre os fornecedores destas mercadorias, predominavam Montevideú e Buenos Aires; Nova York, Boston, Filadélfia, Salem; Porto, Lisboa, Cádiz, Gibraltar, Marselha e Hamburgo (2011, p.3a).

Ao analisarmos esta passagem de Berute (2011a) sobre a entrada dos produtos importados, entendemos que as ferragens importadas estão vinculadas à agricultura que desde 1800 até 1820 estava em ascensão, exemplo disso, eram as produções do trigo, que era exportado para regiões centrais (SILVA, 1993; OSÓRIO, 2007). Outro produto e vital para charqueadas que entrava era o sal, pois dali saía o principal produto sul rio-grandense que era o charque. Por sua vez, no Rio Grande do Sul, a acumulação comercial também ocorria, ainda que, em maioria, estivesse bastante vinculada aos comerciantes de grosso trato da praça mercantil do Rio de Janeiro (OSÓRIO, 2007).

Havia grande diversidade no mundo agrário sulino: grandes, médias e pequenas unidades produtivas, dedicadas à pecuária, à agricultura e outras mistas, como foi

demonstrado por Helen Osório (2007). Estes agentes sociais tiveram um papel importante na expansão de conquista das terras a oeste da zona ocupada pelos luso-brasileiros no Rio Grande de São Pedro, isso nas primeiras décadas do século XIX. Este fato permitiu a ampliação da pecuária e o alargamento das grandes propriedades destinadas, sobretudo, à criação de gado. Contudo, apesar desse protagonismo da grande criação de gado, nas novas áreas (que deram impulso às charqueadas), também havia heterogeneidade social, como colocamos anteriormente (FARINATTI, 2010).

Ao analisar obras que retratam a região da campanha rio-grandense, ficam muito claras as afirmações tanto de viajantes quanto dos historiadores que se sucederam nestes últimos anos na historiografia gaúcha. Os viajantes exaltavam as grandes propriedades que viviam do manejo do gado. Estas tinham no entorno de suas instalações centrais o cultivo de arvoredos e lavouras. Também galpões eram visíveis, escravarias entre outras benfeitorias além das grandes quantidades de terras que eram arroladas nos processos de inventários *post mortem* (FARINATTI, 2010). Este quadro foi possível, dentre outros motivos, pelo estímulo que a charqueada dava à produção e ao manejo do gado *vacum*, matéria-prima para a indústria charqueadora. Desta forma, com uma acumulação endógena de recursos, somada à expansão da fronteira por meio da guerra e da conquista dos territórios disputados com o império espanhol, houve expansão das grandes estâncias e, como veremos, também de médios e pequenos produtores. Os titulares dos maiores dentre esses estabelecimentos agrários compunham parte de uma elite que não era constituída apenas por estancieiros, mas também por charqueadores de Pelotas e do vale do Jacuí e comerciantes das praças de Rio Grande e Porto Alegre.

## **1.2 – Breve contextualização histórica sobre Caçapava**

A ocupação luso-colonial da província do Rio Grande de São Pedro ocorreu mais tardiamente do que em outras regiões brasileiras. Passos importantes para esta ocupação foram: a fundação da Colônia do Sacramento em 1680 e a Vila da Laguna em 1684. Também, não podemos deixar de mencionar o início do povoamento da região das Missões Jesuíticas que data 1626. Este tem seu surgimento a partir do povoado de São Nicolau. Embora, esta região não estivesse em terras luso-portuguesas, consistiram em um importante espaço fronteiriço, de contato e conflito reiterado, e que acabou por ser conquistado no início do século XIX. A região missioneira, dentre outros aspectos, foi relevante para a ocupação do

sul, pois, além dos próprios povoados, estas possuíam as estâncias das Missões, que se estendiam por grande parte do território, onde hoje se encontram a área central e oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Partindo então de uma ocupação de três regiões distintas, teremos as suas migrações internas. Os moradores da Vila de Laguna deslocando-se no sentido nordeste centro-sul. Esta migração teve como atrativos os campos e os rebanhos bovinos que ali vagavam. Neste mesmo contexto, teremos as campanhas sul-nordeste desenvolvida pelos habitantes da Colônia do Sacramento e posteriormente pelos que habitavam a Vila de Rio Grande. Assim, o contexto desta região que foi bem definido por Eduardo Neumann (2004) como uma *Fronteira Tripartida*. Nesse espaço, guaranis missioneiros, luso-brasileiros e hispano-*platinos*<sup>12</sup> mantiveram um intenso contato, promoveram formas de ocupação econômica do espaço e protagonizaram diferentes deslocamentos, migrações e, possivelmente, processos de mestiçagem, que ainda precisam ser mais estudados pelos historiadores.

Neste contexto como bem lembra Thompson Flores que:

O Rio Grande do Sul se constituiu enquanto uma zona de fronteira durante todo seu processo de formação histórica é aceita amplamente, haja vista o permanente processo de expansão do território empregado pela coroa portuguesa nessa região a partir do século XVIII (2008, p.1).

Na segunda metade do século XVIII, ocorreu o tratado de Santo Ildefonso, no ano de 1777, este se deu entre as coroas de Portugal e Espanha. Com esse tratado tivemos uma nova demarcação dos territórios portugueses, conseqüentemente do Continente do Rio Grande de São Pedro. Somada a isto, houve uma intensificação, se assim podemos dizer, das campanhas de militares, comerciantes, desertores contrabandistas (OSÓRIO, 2007). Estas expedições foram trilhando e redesenhando os caminhos do solo da província rio-grandense, fazendo com que muitas das cidades que hoje conhecemos surgissem nesse mosaico de conflitos, conquistas e de intercâmbios culturais entre povos e culturas diversas.

O povoamento colonial da região de Caçapava surgiu neste contexto. Segundo Arlindo Rubert (1956) seu território foi conquistado pela expansão luso-brasileira, em cujo contexto os Dragões de Rio Pardo patrulhavam esses territórios para efetivar vigias contra os avanços dos espanhóis e para consolidar este ponto avançado do poderio lusitano. A região que hoje está localizado o município de Caçapava do Sul, primeiramente foi conhecido pelos tropeiros

---

<sup>12</sup> Denominação retirada do artigo de THOMPSON FLORES; FARINATTI, 2009.

e bandeirantes que se aventuravam por estas terras como *Paragem ou Povo de Cassapava* (ABRÃO, 1992). Esta região consolidou-se posteriormente como Paragem de *Cassapava*, esta oriunda dos acampamentos militares que ficavam nas regiões de clareiras na mata. Clareiras estas que eram chamadas no tupi-guarani de *Cassapava*. Assim, as origens do nome derivada do tronco linguístico do tupi-guarani, pois encontramos citadas em algumas obras relatos que esta região teria sido primeiramente habitada por povos indígenas, daí a relação com o significado da palavra Caçapava (RUBERT, 1956).

Porém, seu povoamento luso-brasileiro se data no final do século XVIII. Pelo que consta na historiografia local, este surge, inicialmente, nas terras que pertenciam a Vicente Venceslau Gomes de Carvalho, que se apossou das mesmas por volta de 1783. Estas terras foram vendidas, posteriormente, ao Capitão Francisco Oliveira Porto, no ano de 1792. Mas, segundo Rubert (1956), ele não foi o primeiro senhor da localidade. Consta a documentação que houve moradores na zona desde 1781. Portanto, estes primeiros núcleos de povoadores, logo tiveram a companhia de outros habitantes (RUBERT, 1956).

Com o decorrer dos anos e um aumento “significativo” de povoadores, no ano de 1800, ocorreu a criação de uma Capela Curada, sob o orago de Nossa Senhora da Assunção de Caçapava. Este fato trouxe para localidade um padre, e isso tem um grande significado e uma representatividade muito forte para as populações do XIX, pois é um braço da igreja que esta atuando e para o governo mais uma área que vai sendo povoado. Isso tudo ocorrendo em uma região ainda de fronteira não definida. Note-se que, no final do século XVIII, Caçapava, juntamente com a localidade de Cachoeira, faziam parte dos extremos da Fronteira do Rio Pardo, ponto avançado sobre o território em disputa com as forças hispano-coloniais. Porém, um ano depois da criação da Capela Curada, ocorreu a tomada dos Setes Povos das Missões Orientais do Uruguai pelos luso-brasileiros. A partir daí, intensificou-se a ocupação desses sujeitos sobre aqueles territórios, e Caçapava converteu-se em um povoado localizado na zona “central” do Rio Grande de São Pedro.

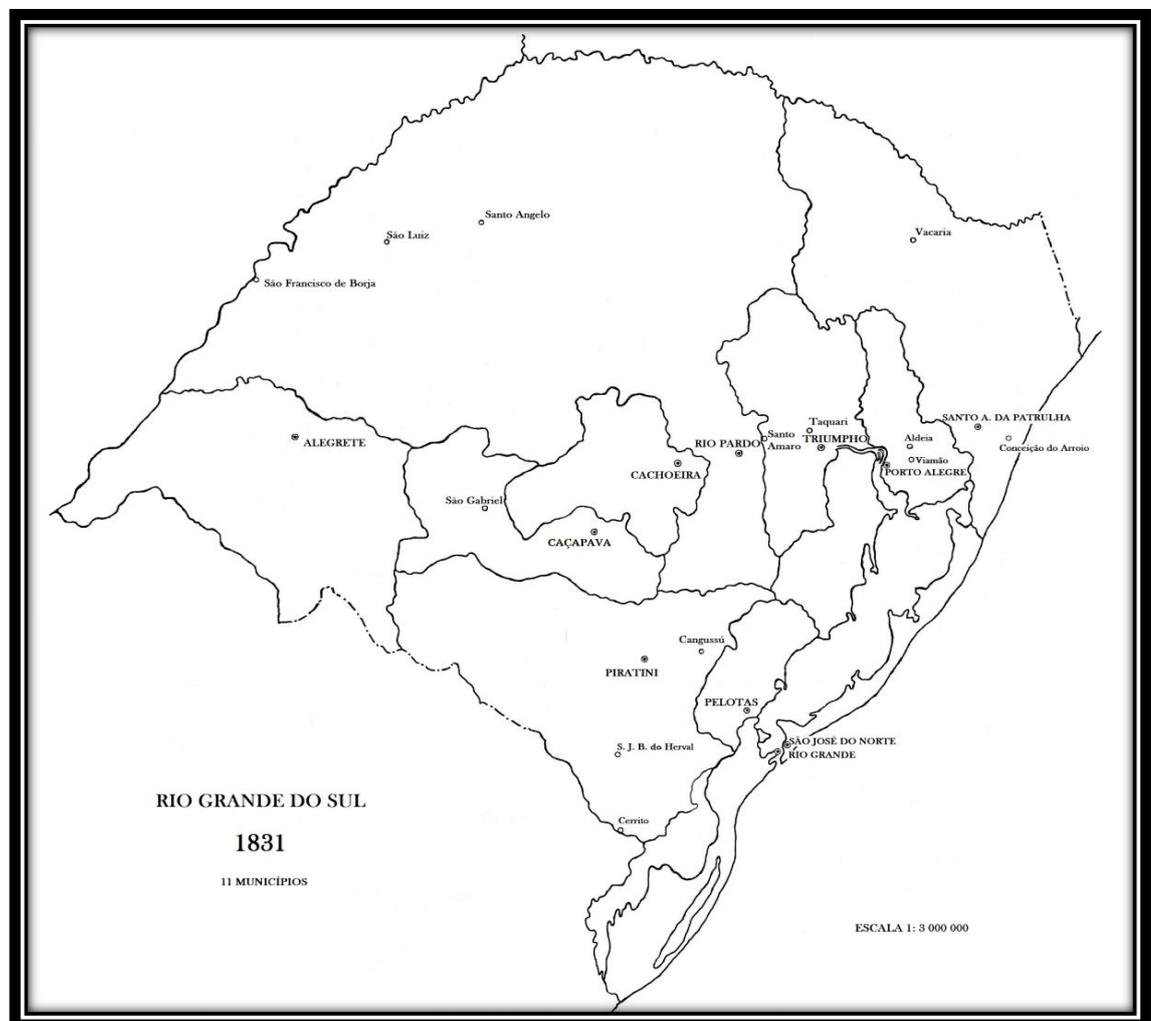
O mapa a seguir mostra com maior clareza como era esta região na primeira década do século XIX, com contornos ainda imprecisos, inserido no imenso município de Rio Pardo.



de Vereadores por ter aderido à República Rio-grandense, sendo mais tarde Capital. Assim, com o término da Guerra dos Farrapos ocorre à reiteração da província ao Império, a partir disso, a câmara de vereadores passa exercer as funções do executivo até 1890. Desde o início de seu povoamento esta paragem passou a ter uma redefinição de seu território, sofreu um desmembramento territorial apenas no século XX, entre 1954 a 1984 (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1985).

Desta maneira, no período que trabalhamos com Caçapava, de 1821-1850, esta teve seus contornos territoriais na grande parte do tempo da maneira como esta no mapa 2. Assim, São Gabriel fez parte do território de Caçapava em certo período, no entanto, não encontramos nenhum inventário *post mortem* vincule as duas localidades.

Figura 2 - Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul nos anos iniciais da década 1830



**Fonte:** Adaptado de FELIZARDO, Júlia Netto. Evolução administrativa do RS. Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

No próximo sub-capítulo, apresentaremos elementos ligados a produção pecuarista de Caçapava. Apontado as porcentagens de cada rebanho, seu valor e a importância dos mesmos para a localidade. Também, trataremos dos dados referentes a produção agrícola, tendo como base os inventários *post mortem*. Assim, será apresentado o valor das terras e a diversidade na forma de sua descrição nos processos, quando eram chácaras, campos ou afins.

### **1.3 - Produção da pecuária e agricultura na Clareira da Mata**

Com uma análise de um conjunto de inventários *post mortem*, foi possível reconstruir alguns elementos de parte da sociedade oitocentista de Caçapava. Como se sabe, esta documentação deve ser analisada de modo crítico, por os inventários tendem a sobre-representar um pequeno conjunto da sociedade, os mais abastados. Ainda assim, aparece ali a presença de vários sujeitos que não pertenciam à elite econômica permitindo, com os devidos cuidados, fazer considerações mais gerais. Por outro lado, esta fonte nos serve para visualizar em parte os agentes produtores de uma economia que era, dentre outras atividades, centrada na criação do gado *vacum*. O rebanho bovino possuía uma ampla supremacia, quando comparado com os demais rebanhos. Vale lembrar, que estes dados analisados são fruto de uma investigação nos bens dos inventariados e que esta fonte foi a mais precisa para dar conta de elementos que abrange as atividades econômicas dos criadores e produtores da região estudada.

Trabalhamos com um conjunto de 151 inventários *post mortem*. Para facilitar nossa análise, criamos um banco de dados no *Excel for Windows 2007*. Para esta planilha, foram elaborados distintos campos analíticos, que foram extraídos dos processos, tais como: ano, inventariado, inventariante e herdeiros, dados estes contidos em sua maioria nas primeiras páginas dos inventários. Também criamos outros campos como: gado *vacum*, cavaleiros, escravos, bens de raiz entre outros. Estes últimos presentes na descrição dos bens, e de vital importância para o entendimento das unidades produtivas da localidade estudada.

A parte em que estão contidos os bens requer uma maior atenção, pois com os dados dali retirados poderemos caracterizar, dentre outras coisas, as características das escravarias pertencentes ao senhor inventariado, como também o tamanho dos rebanhos existentes sob sua propriedade. Assim, estes elementos nos possibilitam, por exemplo, ter um melhor entendimento das atividades econômicas da região estudada em um determinado período. De

fato, a análise dos processos *post mortem* pode nos dar uma resposta satisfatória para os elementos sociais aqui examinados.

Paulo Zarth (1997) foi o primeiro a utilizar os inventários *post mortem* no Rio Grande do Sul de uma forma sistemática, apontando elementos referentes ao planalto gaúcho, entre 1850 e 1920, região norte da província/estado. Suas inspirações foram os trabalhos que tinham como tema a história agrária do Rio de Janeiro. Helen Osório (2007),<sup>13</sup> por sua vez, também trabalhou rigorosamente com esses processos, para o período colonial, demonstrando a existência de uma sociedade extremamente complexa. Um de seus grandes méritos foi a introdução, no Brasil, de um debate feito com historiadores argentinos, como Juan Carlos Garavaglia (1999) e Jorge Gelman (1998). Os trabalhos decorrentes dos estudos desses e de diversos outros historiadores vêm propiciando um melhor entendimento da região da Argentina, mostrando as especificidades da produção tanto agrícola quanto pecuária sem desvincular estas do seu meio geográfico.

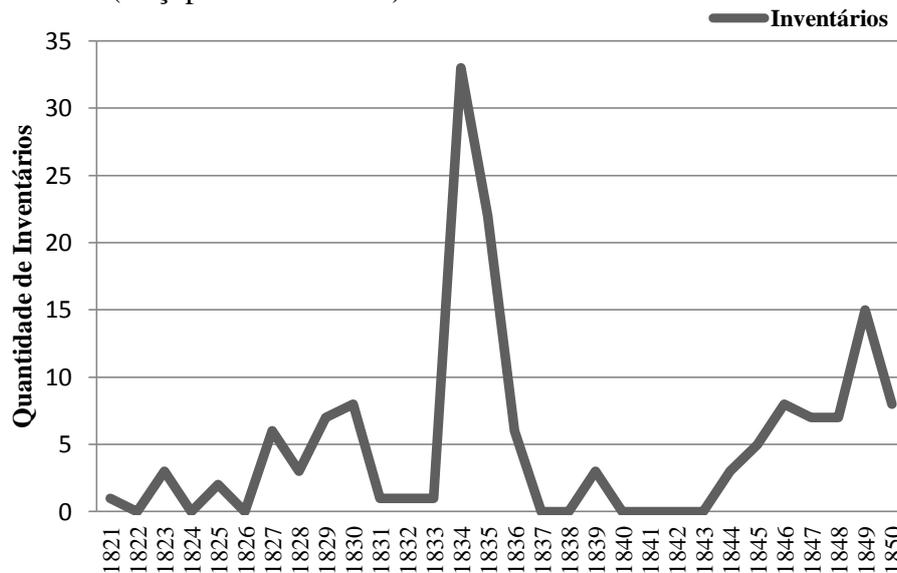
Outros estudos que utilizaram inventários *post mortem* na região do Rio Grande do Sul foram as pesquisas de Luís Augusto Farinatti. Em seu mestrado, caracterizou elementos da sociedade agrária de Santa Maria no período de 1845-1880 mostrando a diversidade da região que tinha uma forte presença de lavradores na localidade (FARINATTI, 1999). Já em sua tese de doutorado, referente a diversidade social da região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, teve como ponto de partida, a população de Alegrete, com suas famílias da elite estancieira, mas também médios e pequenos produtores, peões livres e escravos (FARINATTI, 2010).

Nossa pesquisa tem como referencial teórico e metodológico estes trabalhos anteriormente citados. Assim, construímos um debate com esse leque de pesquisas que caracterizaram elementos da sociedade do século XIX no Rio Grande do Sul e na Argentina. Ao visualizar o gráfico 1, este elucida a representatividade dos inventários ao longo do tempo para Caçapava. Com base em uma metodologia serial, percebemos a variação documental no período estudado. Assim sendo, visualizamos os anos com maior existência desses processos, além de perceber anos em que estes inexistem.

---

<sup>13</sup> A tese de Osório data de 1999 e foi publicada em forma de livro em 2007.

Gráfico 1 - Inventários post mortem ao longo do tempo  
(Caçapava 1821-1850)



**Fonte:** 151 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime, APERS.

É gritante a supremacia dos processos nos anos de 1834 e 1835, chegando ao total de 55 inventários, apresentando uma representatividade 36% para todo o período estudado. Observando a forma da linha sinuosa do gráfico 1, fica evidente dois momentos de um maior aumento na abertura dos processos. As ocasiões de pico combinam com períodos posteriores ao final de episódios bélicos. De tal forma, ao final das Guerras Cisplatina que ocorreu de 1825 a 1828 e a Guerra dos Farrapos de 1835 a 1845, verificamos um aumento gradativo. Talvez o fato das constantes guerras possa explicar o motivo de uma baixa ou uma não abertura dos processos nos momentos de turbulência vividos pela sociedade sul rio-grandense. Outra hipótese é a que pudesse haver uma desarticulação na vila de Caçapava, esta vila estaria sem um Juiz de Órfãos que pudesse realizar a abertura dos processos *post mortem*. Assim, se as guerras não foram proibidoras diretamente da abertura de inventários, acreditamos que tenham sido ao menos, inibidores e complicadores. Tal fato, também, poderia influenciar na declaração dos bens, pois sabemos com base em trabalhos anteriores, como de Farinatti (2010), que parte dos inventariados tinha mais de uma propriedade de terra, e que essa nem sempre eram contíguas.

Analisando o processo *post mortem* do falecido José Munhoz de Camargo, em sua relação de bens, feita por sua viúva Maria Magdalena do Espírito Santo, inventário este aberto

em 1827, percebemos não ter sido possível esta e os avaliadores fazerem a avaliação de todo o patrimônio semovente pelos motivos da guerra. Vejamos:

[...] declarou mais que por causa da invasão do inimigo se tem declarado neste inventário oito centos e sessenta reses da estância do Biquiri Mirim e trinta e oito cavalos e duas éguas madrinhas, únicos animais que por ora tem podido retirar dali e logo que o estado da guerra de lugar a paz es cuidar no mais [...]. Inventário *post-mortem* de José Munhoz. (Ano 1827. Autos 27; Maço 2; Estante 90; APERS).

Desse modo, encontramos alguns indícios em que as guerras poderiam influir na avaliação de bens, conseqüentemente, isso poderia afetar na abertura dos processos *post mortem*. Provavelmente, esse foi um dos fatores associado com alguma desarticulação local que foi determinante daquela concentração de processos para alguns anos, visualizado no gráfico 1. Helen Osório (2007) demonstrou que, para fins do período colonial, como a guerra influenciava na valorização dos fatores produtivos. Em épocas de guerra, bens que se podia transportar, com o gado, tinham maior valorização, enquanto que a terra se desvalorizava. No caso de nosso estudo, não foi possível realizar uma análise semelhante, em virtude do pequeno número de inventários existentes durante os períodos de guerra. Nos anos de 1836 a 1844, período todo compreendido dentro dos limites cronológicos da Revolução Farroupilha, foram abertos apenas 12 inventários. Uma análise que buscasse comparar esses processos com os outros, dos tempos “de paz”, poderia incorrer em uma distorção, uma vez que parece claro que boa parte desses inventários estava represado no período de guerra e foi aberto após a contenda.

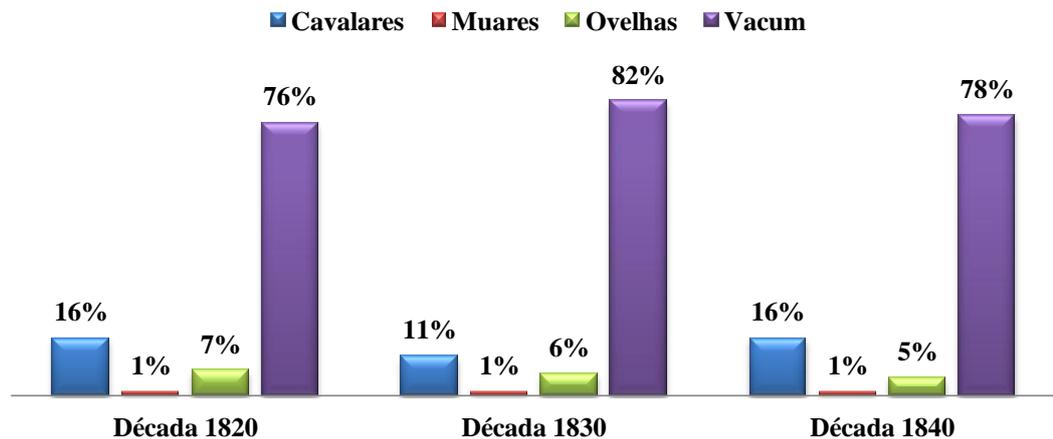
Entre 1821 a 1850, foram abertos 151 processos, sendo que três deles, por algum motivo que desconhecemos, não tiveram continuidade, ou seja, os bens não foram arrolados no seu corpo documental. Desta forma, nosso número total de inventários trabalhados daqui para frente será de 148.

Nos inventários investigados, o gado bovino teve predominância quando comparados aos demais rebanhos. Imaginamos que essa importância da criação de bovinos tenha sido facilitada pelas próprias características geográficas de Caçapava, com predomínio de vegetação campestre, que propiciava uma produção extensiva destas reses. Outro fato que já mencionamos anteriormente era a conexão com o mercado interno, ou seja, o vínculo que havia entre criadores de gado *vacum* e charqueadores e estes com as demandas das outras regiões do Império.

Através do gráfico 2, visualizamos, em números gerais, a distribuição dos rebanhos em Caçapava, divididos por década estudada. Com isso, foi possível visualizar a quantidade total de cada rebanho segundo os inventários. Através daqueles dados, fica clara a supremacia do gado *vacum* sobre os outros tipos de criação, em Caçapava, como igualmente ocorria em diversas outras regiões do Rio Grande do Sul. Aqui, quando falarmos em gado *vacum*, estamos *sempre* incluindo nesta soma, todos os animais designados nos processos como: vacas, carneiros, bois, reses xucras e reses mansas. Da mesma forma, para o rebanho de cavaleiros, incluem-se potros, éguas mdrinhas, mansas e xucras. Assim como cavalos e éguas xucras e mansas. Para o gado muar foram incorporadas mulas, bestas, burros hechores<sup>14</sup> e burras. Para o campo das ovelhas, apenas estas, pois não encontramos nenhuma outra denominação que tivesse relação com os ovinos.

No gráfico a seguir destacamos a distribuição dos rebanhos da vila de Caçapava ao longo do tempo, para isso utilizamos apenas os inventários que possuíam rebanhos, estes tinham a soma de 132 processos,<sup>15</sup> vejamos:

Gráfico 2 - Tamanho dos Rebanhos por década em Caçapava, 1821-1850



**Fonte:** 132 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

<sup>14</sup> Burro hechor era utilizado para a criação de mulas, com o cruzamento deste com éguas.

<sup>15</sup> Foram incluídos na soma todos os inventários que tivessem arrolado em seus bens ao menos um exemplar de qualquer um dos rebanhos citados no gráfico “2”. A quantidade total do rebanho *vacum*, o mais expressivo era de 14.732 reses na década de 1820, 51.050 reses na década de 1830 e 23.482 reses na década de 1840.

A análise destes dados indica a importância da atividade pecuarista na região de Caçapava. Além disso, podemos dizer que a criação de gado *vacum* tinha uma supremacia quando comparada com os demais rebanhos. O gráfico nos mostra, também, que todos os rebanhos tiveram na passagem da década de 1820 para de 1830 um aumento significativo em seu vulto. Já para a década posterior, a de 1840, todos os rebanhos tendem a diminuir sua população. Mais uma vez a questão das guerras pode servir como explicação. Estes embates podem ser um dos motivos de esclarecimento da redução dos rebanhos, pois ela coincide com os momentos de conflitos. Talvez isso possa ser explicado pela carneação que era efetuada pelas tropas, já apontado por Farinatti (2010). Também a questão das arreadas de gado podem nos fazer entender essas variações nos tamanhos dos rebanhos e, principalmente, a desorganização da produção causada pela dificuldade de conseguir mão de obra, pois havia uma combinação entre peões livres e escravos no manejo dos rebanhos. Esta mescla na mão de obra já foi destacada por Osório (2007) e Farinatti (2010). Como os recrutamentos tendiam a atingir mais duramente os setores menos favorecidos da sociedade, e era dali que saíam os peões, pode-se imaginar a dificuldade de conciliar a criação e as atividades bélicas.

É importante notar que supremacia da década de 1830 no número absoluto de animais presentes na amostra, não se deve apenas ao aumento dos processos de inventário abertos naquele decênio. Caso trabalhássemos apenas com os números absolutos, poderíamos sofrer uma ilusão de ótica, esta causada pela distorção na quantidade de inventários com os quais trabalhamos. Isso especialmente, com os numerosos da década de 1830. Para verificar esta situação, analisamos as médias de animais por inventário dentro de cada década. Em Caçapava, na década de 1820, a média chegou a 567 reses de gado bovino, já a década de 1830, em que temos as maiores montas, também a maior média, havia 912 cabeças de gado *vacum*. Na década de 1840, esses valores voltam a baixar, chegando a 573 reses. Assim, a tendência de aumento na década de 1830 não se modifica. A diferença aparece na relação entre as décadas de 1820 e 1840. Ainda que esta última siga apresentando números maiores do que a primeira, a diferença é, de fato, bem menor do que aquela que aparece quando olhamos os números absolutos. Era uma diferença pequena e que tendia ao equilíbrio (de 573 reses por inventário a 567 reses). A década de 1830 parece, assim, uma época de crescimento da pecuária local, após as guerras do decênio anterior. Note-se que 58 dos 67 inventários abertos desta década, foram abertos até 1835. Ou seja, os números em questão não refletem o período de guerra. O contrário ocorre com a década de 1840. A maioria dos inventários foram

abertos nos anos seguintes ao conflito farroupilha, sendo que a queda na média de animais por inventário se deu, muito provavelmente, em razão das dificuldades ocasionadas pelo conflito.

Quando cruzamos os percentuais destes rebanhos, comparado estes dentro de cada período e fazendo uma análise década por década, percebemos que, embora tenhamos um aumento do gado na década de 1830, suas proporções relativas não sofreram uma grande mudança. Vejamos as porcentagens na tabela 1.

Tabela 1 – Porcentagem do número de animais dos rebanhos por década Caçapava 1821-1850

<b>Rebanhos</b>	<b>Década 1820</b>	<b>Década 1830</b>	<b>Década 1840</b>
<b><i>Vacum</i></b>	76%	82%	78%
<b>Cavalares</b>	16%	11%	16%
<b>Ovinos</b>	7%	6%	5%
<b>Muare</b>	1%	1%	1%
<b>Total</b>	100%	100%	100%

**Fonte:** 132 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

Na tabela 1, fica evidente que o gado bovino, nos três momentos, sempre foi dominante no que tange ao número de animais, continuamente representando mais da metade de todo o rebanho, corroborando os dados do gráfico 2.

Os dados da tabela 1 nos mostram que a porcentagem das reses de gado *vacum* nunca foram inferiores a 76%, índice observado na década de 1820. De fato, esse abismo entre os rebanhos continuou nas duas décadas seguintes, para 1830 a porcentagem era de 82% e em 1840 os valores chegaram a 78%. Esses dados confirmam que essa localidade era de fato uma região que tinha na produção da pecuária de gado bovino como grande base econômica, o que, como veremos, não implica em descartar a existência de práticas agrícolas de alguma relevância.

A supremacia dos bovinos sobre os demais tipos de rebanho não ocorria apenas em Caçapava. Em um estudo sobre o Rio Grande do Sul, porém para o período colonial, Helen Osório (2007) já apontava para um aumento dos rebanhos bovinos quando comparado com os demais animais nesses dez anos de 1815 a 1825. Em razão da diferença de recorte cronológico do estudo, devemos ter alguns cuidados nas comparações. Todavia, os dados

deste estudo nos servem para refletir, pois perpassa alguns anos da década de 1820, período aqui analisado.

Da mesma forma, Luís Augusto Farinatti (2010) aponta que, para Alegrete, o rebanho do gado *vacum* era largamente superior aos demais, e que a década de 1830 possuía a maior porcentagem de bovinos, chegando a 84,6%. De fato, nesse decênio foi que encontramos a maior representatividade do gado *vacum* para Caçapava também. Esse fato reforça a hipótese da influência das guerras como fatores que dificultavam a produção pecuária, uma vez que ambos os municípios foram afetados pelos mesmos conflitos.

Essa predominância nos números de animais encontra uma correspondência, também, no percentual do valor que os bovinos alcançavam, estes valores que apresentamos estão em réis,<sup>16</sup> moeda corrente no período. Vejamos a tabela a seguir com os valores:

Tabela 2 – Valor em réis e porcentagem dos rebanhos por década (Caçapava, 1821-1850)

Rebanhos	Valor na Década 1820	%	Valor na Década 1830	%	Valor na Década 1840	%
<b>Vacum</b>	29.094,400, 00	84%	146.060,340, 00	87%	69.939,880, 00	78%
<b>Cavalares</b>	4.425,360, 00	13%	17.113,760, 00	10%	17.127,000, 00	19%
<b>Ovinos</b>	708.560,00	2%	1.804,800, 00	1%	688.600,00	1%
<b>Muare</b> s	295.880,00	1%	2.507,100, 00	2%	1.948,400, 00	2%
<b>Total</b>	34.524,200, 00	100%	167.486,000, 00	100%	89.703,880, 00	100%

**Fonte:** 132 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

De fato, a supremacia do gado *vacum* também está presente no seu valor. Nas três décadas aqui analisadas, o valor destas reses supera os 75% e em nenhum dos períodos os demais rebanhos superam os 25% no que tange seus valores. Tendo no primeiro período 84% de todo o valor dos rebanhos, chegando a 87% na década de 1830 e decaindo para 78% na dezena seguinte. Assim sendo, podemos deduzir que as atividades da pecuária em Caçapava tinham o gado *vacum* com principal rebanho, o que aponta a conexão da economia local com o impulso mercantil advindo das charqueadas do leste da província, especialmente de Pelotas.

<sup>16</sup> A maioria dos estudos quando menciona valores faz o câmbio monetário para a moeda de uso mundial no período, no caso aqui seria Libras Esterlinas, moeda inglesa. Como não vamos trabalhar com fortunas e apenas utilizamos estes valores para investigar a supremacia da produção da pecuária bovina sobre os outros animais dentro da mesma década, não fizemos o câmbio.

Embora estes números apontem para uma ampla produção dos rebanhos vacuns, como vimos, suas médias por inventário eram baixas. Na tabela seguinte cruzamos os dados referentes à Caçapava com Alegrete. Quando comparadas nossos dados com Alegrete no mesmo período, a região de grande produção de gado, localizada mais a oeste, visualizamos o seguinte:

Tabela 3 – Média comparativa de gado *vacum* por inventário entre Alegrete e Caçapava

Localidades	Década 1820	Década 1830	Década 1840
Alegrete	-	3.833	1.166
Caçapava	567	912	573

**Fonte:** 132 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. Os dados referentes a Alegrete estão *in*: FARINATTI, 2010.

Assim, o que se nota são duas regiões distintas: Alegrete, com hegemonia da grande pecuária, confrontada com Caçapava, com predominância da média e pequena criação. As médias mostram uma longa vantagem em termos de gado *vacum* de uma região para outra, esta comparação é extremamente necessária para identificarmos o porte econômico da região aqui analisada, pois dependendo dos valores que estamos encontrando e os devidos cruzamento com a localidade estudada por Farinatti (2006, 2010), em que já diagnosticou Alegrete sendo uma localidade de grande pecuária, entendemos Caçapava como sendo um lugar de pecuarista de menor vulto. Essa diferença entre regiões da predominância da pecuária no Rio Grande do Sul, que já está visível na comparação das médias, também poderá ser verificada adiante, quando trabalharmos com os grupos agrários.

Por outro lado, como se pode perceber nos dados da tabela 3, a década de 1830 marca uma alta quantidade de rebanhos bovinos tanto para Caçapava quanto para Alegrete. Embora não possamos afirmar com certeza, pode-se, ao menos, lançar a ideia de que esse fenômeno também tenha paralelo em outras regiões da província. Estudos comparativos em diversos municípios poderia testar essa hipótese, no futuro.

Encontramos, também, uma representação dos cavalares em 122 processos, ao longo do período estudado, que representava 82% dos inventários. Na década de 1820 foram inventariados 3.040 equinos, ou 16%, já na década de 1830 eram 6.623 cabeças, sendo 11% e no período seguinte havia 4.820 cavalares, que eram 16% desses animais arrolados nos processos. Assim, ocorria uma variabilidade de 11 a 16% dos equinos. Essa quantidade

demonstra a necessidade de ter cavalos para manejar o gado *vacum*, pois este é um período que não temos os campos cercados, somente algumas mangueiras próximas aos estabelecimentos. Além disso, os equinos eram utilizados como meio de transporte e ocuparam papel de grande importância no tipo de guerra desenvolvido na fronteira meridional, fortemente baseado na cavalaria (GUAZZELLI, 1998). O percentual mais baixo dos cavaleiros, em relação aos outros tipos de animais avaliados nos inventários, foi de 11%, tendo ocorrido na década de 1830. Isso se deve, provavelmente, à ampla supremacia dos rebanhos vacunos que aumentam sua representatividade no período, assim, ofuscando os demais rebanhos. Farinatti (2010) apontou que em Alegrete na década de 1830 os equinos chegavam a 8%, percentual também baixo, quando comparado com o período de 1840 que era de 19%. Assim, encontramos semelhanças para o rebanho cavalariço, pois as duas décadas, para as duas localidades tem porcentagens análogas.

Já o rebanho que sem dúvida teve o maior aumento de foi o mular, embora esse salto não chame tanto a nossa atenção, pois eram 44 cabeças na década de 1820 e na década seguinte temos 379 cabeças e, decaindo no período seguinte para 319. Ou seja, o rebanho mular, como cita Farinatti (2010), era preferentemente destinado ao comércio com o mercado interno, sendo criações auxiliares, que ganharam força na década de 1850, isso explica este aumento de seu rebanho para o período de 1840. Esse comércio de mulas encontrava o favorável mercado de Sorocaba apontado por Zarth (1997). É provável que esse crescimento dos muareiros tenha se dado na compra, para a utilização dos mesmos no trabalho, pois não foram encontradas “éguas de crias de mulas”, cavaleiros destinados especificamente para a “produção” mular, ou se existiam, foram inventariados apenas como éguas.

Ao analisar o rebanho ovino em Alegrete, antes de 1850, Farinatti (2010) aponta que estes eram mais empregados no abastecimento interno das unidades produtivas. Isso não deveria ser muito diferente na região de Caçapava. A lã proveniente destes animais ganharia um mercado regular somente a partir do período de 1850. Elmar Silva (1983) aponta para um aumento na importância da lã nas exportações da província, na década de 1860. A lã também era utilizada na estância para a confecção de roupas, isso pode explicar a presença de teares e algumas cardas encontradas em alguns inventários, produção a princípio, para o próprio consumo.

Essa importante presença do gado, visualizada nos processos, não exclui a existência de atividades ligadas à agricultura. Porém, acreditamos que a quantidade de gado bovino que havia na região aponta que Caçapava era uma região mais dedicada à pecuária, se comparado

com as atividades agrícolas que lá existiram. Isso tendo como base os números levantados nos inventários. Neste ponto, temos que tomar cuidado com as generalizações, pois foram encontradas ferramentas arroladas nos inventários *post mortem*, que nos sinalizam para uma produção de alimentos. Contudo, não podemos especificar as dimensões desta produção, pois não temos nenhum censo agrário para o período estudado que contemple a região aqui trabalhada. Outro ponto que reforça a presença agrícola na localidade são as quantidades de bois-mansos que faziam parte dos rebanhos bovinos. Sabemos que este gado era utilizado como animal de tração para o manejo do arado, ou das carroças e carretas. Os bois-mansos estavam presentes em 62% dos processos da década de 1820, no período seguinte temos 61% e, para o decênio de 1840, temos 60% de inventários com bois-mansos. Outro ponto que viabiliza a produção agrícola seria a presença de escravos com o ofício de roceiros.

Na Tabela 4, visualizamos por década, a frequência dos bens por inventário que eram destinados ao trabalho com a agricultura. A presença destas ferramentas vai corroborando a existência de uma efetiva produção de alimentos e uma melhoria nos campos, pois a palavra “benfeitorias” aparece corriqueiramente nos bens de raiz. Ainda, nos bens raiz visualizamos atafonas e moinhos, dois equipamentos utilizados para a fabricação de farinha de mandioca ou de trigo. Este último, até inícios da década de 1820, era um importante produto exportação da província/capitania (OSÓRIO, 2007).

Outro instrumento muito corriqueiro na documentação são as foices de roçar trigo, assim descritas. Estes ferros do manejo da terra, aqui encontrados, nos mostram uma sociedade mais complexa do que aquela muito descrita por uma historiografia tradicional, em que era composta por apenas peões e estancieiros com as lidas com o gado *vacum*. Vejamos a tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – Presença de equipamentos, instrumentos agrícolas nos inventários *post mortem* (Caçapava 1821-1850)

Bens arrolados	Inventários década 1820	%	Inventários década 1830	%	Inventários década 1840	%
Inventários	30	100%	66	100%	52	100%
Inventários com ferramentas <sup>17</sup>	18	62%	28	42%	20	38%
Inventários com bois-mansos	18	62%	40	61%	32	60%
Inventários com carro <sup>18</sup>	9	31%	17	26%	13	25%
Inventários com moinho	7	24%	7	11%	9	17%
Inventários com atafona	1	3%	0	0	3	6%

**Fonte:** 148 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

No que se refere à presença das ferramentas, percebe-se uma quantidade muito relevante, sinalizando que esta localidade, no mínimo, tinha uma produção de alimentos para as primeiras necessidades. A tabela 4 mostra uma diminuição do percentual de ferramentas, tendo no primeiro período 62%, caindo para 42% na década de 1830 e baixando ainda mais estes valores para a próxima dezena para 38%. Segundo Farinatti “só eram inventariados as ferramentas contendo lâminas ou pontas de metal” (2010, p.127), pelo identificamos estas se enquadram nesse quesito. Outro ponto que o Farinatti salienta sobre a qualidade dos equipamentos, é que muitos poderiam estar em condições de grande desgaste, o que acarretaria em um possível não arrolamento deste bem. Ou ainda o mesmo ser de madeira, o que definitivamente o retiraria da avaliação. Além de terem preços bem baixos estes equipamentos, como bem lembra Osório (2007).

Outro elemento visualizado é a alta frequência da propriedade da terra nos inventários, nos três momentos (ver tabela 8). Pensamos em uma associação das atividades da pecuária com as da agricultura. Na região de Santa Maria, em meados dos Oitocentos, visualizamos algo semelhante, havia uma pecuária extensiva convivendo com os estabelecimentos mistos de criação de gado e lavouras. Ali, inclusive, havia unidades produtivas dedicadas somente às roças de alimentos, como foi apontado por Farinatti (1999).

<sup>17</sup> Sobre a sigla de ferramentas agrupamos: Foices, enxadas, machados, martelos, cavadeiras, arados entre outras.

<sup>18</sup> Sobre a sigla carros agrupamos: carros, carroças, carretilhas, carretas.

Para melhor exemplificar estas particularidades de Caçapava e que, talvez, tivessem paralelo em outras regiões da província, verificamos no inventário de Izabel Marques de Jesus, que teve como inventariante seu marido Manoel Corrêa Marques, o casal possuía um rincão de campo com matos. Ali, eles criavam 50 bois e 70 reses mansas, 12 cavalos mansos e 12 éguas xucras. Além disso, encontramos de algumas ferramentas como: três machados, três foices, seis enxadas e uma serra. Estes utensílios nos levam a crer que em seu rincão de terra poderia haver alguma produção para subsistência da sua propriedade. Nesta pequena unidade produtiva, seus onze escravos os auxiliavam, tanto as duas mulheres nas lidas da casa quanto os nove homens.<sup>19</sup> Estes, com certeza deveriam auxiliar no manejo com o gado manso e com o trato da terra, onde os bois seriam empregados como animais de tração. Das demais reses certamente eram retiradas víveres como carne e leite para o seu sustento, quem sabe esporadicamente não ocorre-se a venda de uma ou duas cabeça das mesmas.

Exemplos de práticas agrícolas foram encontrados em Alegrete, por Farinatti.

A produção agrícola ocupava papéis distintos nos diferentes estabelecimentos de criação. Muitos deles levavam a cabo o cultivo de trigo, feijão, mandioca e milho, em escala reduzida, cobrindo apenas parte da necessidade de autoabastecimento, enquanto outros chegavam a produzir pequenos excedentes que enviavam para o mercado. Não há como medir, com maior precisão, o volume e o papel dessa produção, tanto mais quando se tratava daquela destinada apenas ao abastecimento interno (2010, p.126).

De tal maneira, verificamos a existência de elementos tanto da criação do gado como da produção de alimentos. No entanto, da mesma forma do que no caso de Alegrete, referido acima, também em Caçapava fica difícil trazer dados precisos sobre a produção agrícola, pois nos inventários não fica evidente o que era produzido. Todos estes questionamentos e inquietações surgem tanto da análise destas fontes, que são os inventários *post mortem*, quanto da bibliografia que já trabalhou com este tipo de documento referente as paisagens agrárias. Assim sendo, a análise da posse de terras por meio dos inventários nos auxiliara no que tange os elementos ligados à agricultura e à própria produção da pecuária. Este exame sobre as informações que ligam esta localidade, com a produção de alimentos, assim como, os elementos referentes aos criadores do gado *vacum* estarão no capítulo 2.

---

<sup>19</sup> Inventário *post-mortem* de **Izabel Marques de Jesus**, Autos 71; Maço 3; Estante 90; Cartório de Órfãos e Ausentes, Caçapava 1834.

## **CAPÍTULO 2 – HIERARQUIA ENTRE OS CRIADORES DE GADO VACUM**

O exame feito nos inventários *post mortem* para Caçapava, demonstrou que esta localidade tinha a criação de gado como atividade preponderante. Neste sentido, os dados deste trabalho estão apontando para uma região econômica que girava em torno da produção agrária, tendo como alicerce a pecuária bovina. Esta gerava a principal renda para as unidades produtivas desta respectiva localidade. De tal forma, nossa pesquisa está em consonância com os trabalhos referentes às questões agrárias do Rio Grande do Sul para o século XIX. Tais obras tiveram, nas últimas décadas, o seu horizonte alargado, um entendimento mais qualificado do complexo cenário agrário oitocentista sul-rio-grandense. É o caso dos trabalhos de Paulo Zarth (1997; 2002), Helen Osório (1990; 2007), Luís A. Farinatti (1999; 2010), Graciela Garcia (2005) e Thiago Araújo (2008).

Assim, algumas regiões do Rio Grande do Sul já tiveram o devido estudo efetuado, no que tange o seu universo agrário, porém a localidade de Caçapava não tinha uma análise deste cunho ainda, centrada sobre os pressupostos da história serial, com uma investigação realizada a partir de uma documentação caracterizada por seu caráter homogêneo, massivo e reiterativo. O emprego desta metodologia na análise dos inventários *post mortem* rende bons frutos na análise da produção agrária e da estratificação social existente naqueles espaços, porque permite a análise da evolução, no tempo, dos fatores produtivos, da estrutura do patrimônio e da distribuição da riqueza social (FRAGOSO & PITZER, 1988).

Como veremos ao investigar os inventários *post mortem* de Caçapava, para um recorte que abrange o período de 1821 a 1850, foi possível verificar a preeminência da ampla diversidade no que tange os seus criadores. De tal forma, não havia apenas a grande pecuária, mas sim um cenário com inúmeros pequenos e médios proprietários, confeccionando uma diversidade social bem mais complexa do que o antigo senso-comum, que apontava, no agro rio-grandense, a presença apenas de grandes pecuaristas e peões. Ou seja, uma visão em consonância com o que se tem encontrado, para outras regiões, nas pesquisas recentes.

## 2.1 – Os Grandes, médios e pequenos criadores de gado

A produção voltada para o abastecimento interno movimentava a província do Rio Grande de São Pedro, em meados dos Oitocentos, com foco central na criação de gado *vacum*. Estes animais, por sua vez, eram comercializados com as charqueadas para a produção da carne salgada, destinada ao comércio com as *plantations* de outras regiões do Brasil. Ou seja, uma grande articulação do mercado interno brasileiro, que possibilitaria que esta região, por exemplo, fosse abastecida com trabalhadores escravizados. Assim, não era de se estagnar que toda esta atividade comercial fosse geradora de uma elite econômica também na esfera local.

No capítulo 3, procuraremos mostrar o quanto estes maiores pecuaristas absorviam de mão de obra escrava, assim, quanto maior era a envergadura produtiva das unidades econômicas, mais escravos a mesma tinha. Vejamos a tabela 5 a seguir a distribuição deste gado *vacum*, por faixa de tamanho de rebanho e a quantidade de criadores, como também as devidas porcentagens e médias do rebanho bovino. Para a elaboração da tabela 5, nos servimos apenas dos inventários que continham gado *vacum*.

Tabela 5 – Distribuição do gado *vacum* em Caçapava (1821-1850)

<i>FTRV</i>	<i>Nº de Criadores</i>	<i>%</i>	<i>Gado Vacum</i>	<i>%</i>	<i>Média de reses</i>
<b>1-100 reses</b>	43	35%	1.582	2%	37
<b>101-500 reses</b>	44	36%	10.392	11%	236
<b>501-1.000 reses</b>	15	12%	9.730	11%	648
<b>Mais de 1.000 reses</b>	21	17%	67.560	76%	3.217
<b>Total:</b>	123	100%	89.264	100%	726

**Fonte:** 123 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. FTRV = Faixa de Tamanho de Rebanho *Vacum*.

A tabela 5 nos mostra com bastante clareza que havia uma grande diversidade entre os criadores de gado *vacum* da vila de Caçapava. Olhemos, por exemplo, para os extremos: os que possuíam até 100 reses e os que tinham mais de 1.000 cabeças de gado. Respectivamente, os valores das médias de reses por inventários, nesses estratos, eram 37 e 3.217 reses. Ainda, pode-se notar a imensa concentração dos rebanhos e da riqueza pecuária: os criadores de maior monta representavam apenas 17% dos inventariados, mas eram detentores de nada menos do que 76% do gado avaliado naqueles processos.

Contudo, essa predominância não excluía a diversidade econômica e social entre o grupo dos criadores de gado no município estudado. Ao observar a composição das unidades produtivas presentes nas duas primeiras faixas da tabela 5, percebemos que estas “quebram” a ideia de uma sociedade composta apenas por grandes pecuaristas. Estes dois estratos, juntos, representavam 71% dos inventariados, ou seja, a grande maioria dos criadores de gado presentes nas fontes. Todavia, a quantidade de gado destes não passava dos 13%. Estes números dialogam com dados encontrados para outras localidades. Vejamos a tabela 6:

Tabela 6 – Comparação do rebanho *vacum* entre as localidades da Província do Rio Grande de São Pedro

FTRV	Caçapava (1821-1850)			Alegrete (1831-1870)			Cruz Alta (1834-1879)		
	% de Criadores	% do Gado	Média	% de Criadores	% do Gado	Média	% de Criadores	% do Gado	Média
1-100	35%	2%	37	23,8%	4,3%	372,3	56%	11%	50
101-500	36%	11%	236	33,1%	8,5%	525,73	32%	31%	249
501-1.000	12%	11%	648	13,8%	11,1%	1.642	5,6%	15%	704
+ de 1.000	17%	76%	3.217	29,3%	76,1%	5.288	6,4%	43%	1.719
<b>Total:</b>	100%	100%	4.138	100%	100%	2.043	100%	100%	2.722

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Farinatti 2006, p. 143; Araújo 2008, p. 42; Pinto 2012, p.53. FTRV = Faixa de Tamanho de Gado *Vacum*.

Para a região de Cruz Alta, que também era detentora de uma pecuária de pequeno porte, ainda é maior essa presença de pequenos e médios proprietários. Thiago Araújo (2008) sinalizou para uma concentração de 88% dos produtores nestas faixas de até 500 reses. No entanto, a representatividade da quantidade do gado *vacum* era superior a que encontramos para Caçapava. Araújo (2008) mostra que havia com estes produtores 42% dos bovinos inventariados, isso para um período que transcorre entre 1834 a 1879. A concentração dos rebanhos era, portanto, menor naquele grande município do norte da província do que em Caçapava.

Por sua vez, Luís A. Farinatti (2010) em seu estudo para região de Alegrete, uma das mais expressivas localidades em termos de produção pecuária na província verificou que, os dois estratos (1 a 100 e 101 a 500) em que estavam as menores quantidades de gado bovino, tinham 56,9% do total de inventários, ou seja, mais da metade de seus produtores. Não foi por outro motivo que Farinatti nomeou um subcapítulo de “Para além dos grandes estancieros”

(2010, p.149), mostrando que, mesmo em uma região de grande vulto pecuarista, havia mais da metade dos criadores inventariados sendo de pequenos criadores de gado. Estes dois grupos juntos, em Alegrete, eram detentores de apenas 12,9% de todo o gado arrolado nos inventários entre 1831 e 1870.<sup>20</sup>

Estes dados mostram uma situação muito interessante, em que havia uma grande quantidade de pequenos e médios produtores para três regiões distintas aqui confrontadas. Porém, a quantidade de gado existente nos 12,9% para Alegrete era, por exemplo, mais de 46.000 reses, quase a metade de todo o gado inventariado para Caçapava nas três décadas aqui examinadas, e era superior a todo o gado inventariado para região de Cruz Alta, que havia um total de 32.137 reses.

Essa diversidade no que tange à distribuição do gado *vacum* e suas respectivas unidades produtivas parece ter sido um traço estrutural da pecuária extensiva sulina, sendo uma reiteração, em alguns pontos radicalizada, do padrão identificado, no período colonial, por Helen Osório. A autora afirma que:

Tal distribuição do rebanho *vacum* modifica bastante a visão de uma paisagem agrária composta quase que exclusivamente por grandes estancieros. Existiam, sim, grandes unidades criatórias, que concentravam mais da metade do rebanho existente, mas, junto a estas, encontrava-se uma infinidade de pequenas e médias estâncias, com seus rebanhos mais diminutos. (2007, p. 114).

Na análise feita por Osório (2007) sobre o Rio Grande do Sul colonial, os estabelecimentos que tinham até 100 reses representavam 49,2%. Já o estrato em que estavam os rebanhos entre 101 a 500 reses, tinha a importância de 28,8%, ou seja, os pequenos pecuaristas representavam 78%.

Como apontou a autora, esse padrão fazia parte de uma paisagem agrária da pecuária extensiva, largamente difundida no sul do Brasil e na região platina. Para a região da campanha de Buenos Aires, Juan Carlos Garavaglia (1999), também para o período colonial, mas com foco no período entre 1700 - 1830, verificou que os produtores que tinham menos de 100 até 500 reses, somavam 64%, tendo 16% do gado *vacum* para o recorte analisado. Verifica-se que os dados apresentados aqui, para Caçapava, embora para um período imediatamente posterior, encontram paralelo nos valores elencados por Garavaglia (1999) e Osório (2007).

---

<sup>20</sup> Farinatti (2010) trabalhou apenas com os inventários que possuíam bens agrários.

Na esfera dos proprietários que possuíam entre 501 a 1.000 reses, as unidades produtivas de Caçapava representavam 12%, estes tinham como total de 11% de todo o gado *vacum* inventariado. Araújo (2008) por sua vez, visualizou que em Cruz Alta este recorte de criadores que tinham de 501 a 1.000 cabeças de gado, representavam 5,6%, com um total de 15% do rebanho bovino. Segundo Farinatti (2010) em Alegrete, esse estrato de 501 a 1.000 reses, era composto por 13,8% dos criadores, e possuíam 11,1% do gado inventariado. Osório (2007) demonstra que para região sul no período colonial, esta faixa de criadores era 10,8%, estes detinham 14,9% do gado. Para campanha bonaerense não era muito diferente, Garavaglia (1999) sinaliza para um grupo de criadores que tinha de 500 a 1.000 reses, sendo equivalentes a 18% e tendo seus rebanhos o equivalente a 15%.

Por fim, o estrato de criadores que continha os maiores rebanhos de gado *vacum* possuía mais de 1.000 reses. Para Caçapava isso representou em nosso exame 17% dos proprietários, com um total de 76% do rebanho bovino. Em Cruz Alta Araújo (2008) encontrou uma concentração maior, pois 6,4% dos criadores eram detentores de 43% do gado bovino. Já para Alegrete, Farinatti (2010) encontrou para este recorte dos que possuíam mais de 1.000 reses, 29,3% de criadores. Estes por sua vez tinham as maiores somas de gado *vacum* daquela área, isso chegando a 76% de todo o gado arrolado nos inventários trabalhados por Farinatti (2010). Ou seja, nos três municípios rio-grandenses encontramos tanto uma significativa diversidade entre esse grupo social quanto uma grande concentração da riqueza pecuária. Em Alegrete, a proporção de grandes criadores era maior, assim como as médias de gado por inventário, por isso designamos esta como uma região dominada pela grande pecuária. Nesse quesito, Caçapava ocupa lugar intermediário e Cruz Alta se apresenta como o espaço agrário onde havia menor número de grandes estâncias. Porém, a concentração dos rebanhos nas mãos dessa minoria de grandes criadores também era grande nestes dois municípios, sendo que era ainda maior em Caçapava do que em Alegrete.

Para o Rio Grande do Sul ainda em um período colonial Helen Osório (2007) destacou que os rebanhos *vacuns* que estavam nos núcleos produtivos mais de 1.000 cabeças atingiram 11,3%, tendo 68,1% do total do gado bovino. Estes criadores de gado *vacum*, que tinham mais de 1.000 reses, segundo Garavaglia (1999), eram 18% para a campanha de Buenos Aires, tendo 69% das reses. Dois casos, portanto, também de grande concentração dos rebanhos *vacuns*.

De fato, o que encontramos para Caçapava, no que tange às unidades produtivas e ao rebanho *vacum* nelas presente, era bem similar com outras regiões do sul do Brasil, mudando

sim a quantidade do gado presente em cada uma delas, mas as características estruturais se aproximavam.

Quanto aos grandes criadores, é importante notar que a base de recursos que estes estancieiros possuíam e, provavelmente, também sua lógica produtiva, estava muito além da realidade das demais unidades produtivas. Se levarmos em conta os dois maiores criadores de gado *vacum*, comparando estes com os demais grandes criadores havia um grande hiato no que tange à quantidade de seus rebanhos.

Assim, cruzando os dados, conseguimos perceber diversos elementos destes agentes sociais, visualiza-se uma sociedade rural, com sua base econômica centrada majoritariamente na criação de gado *vacum*, sem excluir as práticas agrícolas, até porque, a associação destas era fundamental para economia de muitas unidades produtivas. Deste modo, foi possível entender um pouco melhor as especificidades econômicas de Caçapava.

Esse cruzamento de dados que realizamos entre regiões e períodos distintos nos mostra uma diversidade dessas localidades, sendo estas de porte diferenciados, no que tange o tamanho de seus rebanhos e, conseqüentemente na formação de uma elite. Verifica-se que Caçapava havia semelhanças com todas as áreas aqui debatidas, e a maior semelhança se dá no que tange os pequenos e médios proprietários, pois estes representavam sempre mais de 50% das unidades produtivas para todas as regiões que aqui cruzamos com os dados referentes à Caçapava.

Passemos, agora, a uma análise da composição do patrimônio dos inventariados que estão sendo analisados aqui.

## **2.2 – Os grandes criadores de gado *vacum* de Caçapava, (1821-1850)**

Na tabela 5, colocamos os dados referentes às três décadas aqui trabalhadas, a maioria do gado estava presente em um pequeno grupo que representava 17% dos inventariados nos processos em análise. Porém, nessa faixa estavam presentes dois criadores que poderiam “distorcer” bastante o exame, pois os dois juntos tinham mais de 30.000 cabeças de gado *vacum*. Na tabela 7, apresentamos os maiores pecuaristas, ou seja, os que tinham para mais de 1.000 reses, fizemos um teste com duas abordagens para ver a representatividade desta faixa com e sem os dois maiores criadores.

Tabela 7 – Os maiores pecuaristas de Caçapava, (1821-1850)

FTR	Todos os criadores					Sem os dois maiores criadores				
	Nº de Criadores	%	Gado <i>vacum</i>	%	Média	Nº de Criadores	%	Gado <i>vacum</i>	%	Média
Mais de 1.000 reses	21	17%	67.560	76%	3.217	19	16%	36.830	63%	1.938

**Fonte:** 123 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS. FTRV = Faixa de Tamanho de Rebanho *Vacum*. Nº = Número.

Primeiramente, o que percebemos não é uma alteração grande, nem na quantidade de criadores e nem nas porcentagens que estes representavam, pois o que ocorre é uma queda de 17% para 16% quando são retirados os dois maiores pecuaristas. Assim como também as porcentagens de gado não tiveram uma grande variação, passado de 76% para 63%, porém, esta bem mais visível. Essa comparação foi feita como se todos os dados das demais faixas estivessem presentes, tendo apenas a alteração do último estrato. Visualizamos uma distância bem significativa quando examinamos a quantidade do gado *vacum* para esta faixa, em que percebe-se um hiato entre os dois maiores criadores e os demais pecuaristas.

Com a análise dos dados referentes aos pecuaristas, percebe-se que a região de Caçapava configurava-se como uma ilha de grandes criadores em um mar de pequenos produtores. Os dois maiores pecuaristas, a que nos referimos eram José da Cruz Albarnaz<sup>21</sup> e o Capitão Mor Antônio Adolfo Charão.<sup>22</sup> Também, havia mais algumas particularidades entre estes criadores: os dois estavam entre os maiores senhores de escravos e possuíam uma diversidade de equipamentos em seus bens. No entanto, apenas um deles tinha patente militar, isso de certa forma, pode ter facilitado na forma como este adquiriu a suas cabeças de gado. Suas reses podem ter vindo de herança, de compra ou mesmo das arreadas, algo que ocorria com certa frequência no XIX. Não sabemos ao certo como foi formado todo o rebanho de José da Cruz Albarnaz e Antônio Adolfo Charão, mas, ao que tudo indica, este último se utilizou de meios não mercantis e, talvez, ilícitos na formação de seus rebanhos.

No ano de 1802, o Capitão Mor Antônio Adolfo Charão, foi pego na fronteira praticando uma arreada de gado *vacum* e cavalari. Ocorreram então algumas reclamações dos

<sup>21</sup> Inventário *post mortem* de **José da Cruz Albarnaz**, Autos: 4, Estante:14, Maço:1, Cartório de Cível e Crime, Ano: 1836, Caçapava.

<sup>22</sup> Inventário *post mortem* de **Antônio Adolfo Charão**, Autos: 88, Estante: 14, Maço: 4, Cartório de Órfãos e Ausentes, Ano: 1835, Caçapava.

comandantes da fronteira, com a tal tomada de gado, segundo o Tenente-Coronel José Inácio da Silva em correspondência para o governador da província o Tenente-Coronel Manoel Marques de Souza;

Junto a esta achará Vossa Senhoria terceira reclamação que faz o Marquez de Sobre Monte a respeito da arreada que se fez de 294 cavalos [...] e quinze mil reses depois da paz. Pelo que vejo o dito ofício esta persuadindo que uma partida nova comandada pelo capitão Adolfo fizera tal arreada. Dessas respostas que nenhum dado o Tenente Coronel Patrício estar tão bem persuadido que ele totalmente ignora a entrada de tal número de animais ou está disposto a ocultar. O que isto seja a sua determinação é a má fé que ande por os espanhóis e não mais restituírem os novos escravos que continuaram a fugir; a vista que vossa senhoria determinar o que melhor convenha. (Autoridades Militares, Caixa 1, Maço 2, ano 1802, AHRS).

É visto que o patrimônio familiar era formado ao longo do tempo e de distintas formas. É certo que os dados elencados nos inventários indicam a realidade de um momento passado. Um exemplo disso foi a tomada de gado que ocorreu em período distante do nosso recorte temporal, mas que entendemos como algo que colaborou na formação do patrimônio familiar de Antônio Adolfo Charão. Talvez as arreadas fossem práticas que ocorressem corriqueiramente, ainda mais levando em conta que era um período de fronteiras a se definir. Assim, essa correspondência entre militares nos mostra uma única vez em que o dito Capitão foi pego. Não vamos discutir a legalidade deste fato, mas sim caráter formador de um patrimônio familiar. Parte desse gado deve ter se somado aos demais rebanhos, talvez ocupando um lugar de “capital inicial” para o empreendimento pecuário de Charão. Tudo não passa de hipótese, mas nos ajuda a pensar as formas de acumulação que eram recorrentes nas primeiras décadas do século XIX, no Rio Grande do Sul.

Note-se que quantidade de gado mencionada na correspondência referida - 15.000 cabeças de gado *vacum* e quase 300 cavalares - era muito semelhante ao que encontramos em seu inventário, sendo que a tomada desse gado foi feita em 1802 e seu processo *post mortem* data de 1835, ou seja, 33 anos depois ele tinha mais de 16.000 reses. Podemos pensar em formação de um patrimônio, essa quantidade de gado *vacum* com certeza o favoreceu a solidificação do seu rebanho, visto a quantidade de reses inventariadas.

Assim, tendo em vista que o gado era um dos bens mais valiosos do período, elencamos na tabela 8, parte do patrimônio familiar de todos os inventariados desse recorte estudado. Escolhemos elencar os bens de maior valor, na tabela a seguir.

Tabela 8 – Composição dos bens mais valiosos do patrimônio inventariado (Caçapava, 1821-1850)

	<i>1821-1830</i>	<i>1831-1840</i>	<i>1841-1850</i>
<b>Bens</b>	%	%	%
<b>Imóveis Urbanos<sup>23</sup></b>	4%	6%	7%
<b>Imóveis Rurais<sup>24</sup></b>	33%	29%	46%
<b>Rebanhos</b>	34%	37%	16%
<b>Escravos</b>	29%	28%	31%
<b>Total:</b>	100%	100%	100%

**Fonte:** 148 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

Na primeira faixa da tabela 8, em que constam os bens urbanos, se percebe uma tendência à estabilidade, com um pequeno aumento ao longo das décadas, passando dos 4% na dezena de 1820 para 7% no período de 1840. Já os bens ditos rurais, que eram os rebanhos e os imóveis no campo, formavam mais de 60% do patrimônio familiar, isso em todos os períodos. Na década de 1830 esses bens rurais somavam 67% do patrimônio para o período, na dezena seguinte o valor era de 66% e por fim, na década de 1840 atingiram 62%. Esses valores mostram o quanto essa economia estava vinculada às atividades agrárias e parece ter sido comum nas áreas do interior da província do Rio Grande do Sul. Farinatti (2010) mostrou que, para Alegrete, os valores dos bens rurais chegavam a 60% em todo o período analisado.

Para completar essa tabela 8 temos a faixa em que se encontram os escravos, estes tinham porcentagens consideráveis no patrimônio. Estes representavam nas décadas 1820, 1830 e 1840, respectivamente 29, 28 e 31% dos bens. Assim, os escravos estavam entre os bens mais valiosos das famílias do XIX, não é por nada que ter escravos dentre outras coisas era fazer-se parte de uma “elite” de senhores de escravos. É interessante notar a estabilidade desses percentuais ao longo do tempo, indicando um papel estrutural e constante da mão de obra escrava naquela economia agrária.

Os elementos da sociedade agrária de Caçapava contidos nos inventários, ainda nos permitem fazer outras análises, como a da estrutura do patrimônio agrário presente nos inventários. Nos dados da tabela 8, verifica-se que os processos abertos na década de 1820 apresentavam porcentagens bem similares no que tange ao valor da terra e do gado. Os

<sup>23</sup> Sobre a sigla de Imóveis Urbanos colocamos: casas, terrenos, arranchementos de casa, meia água.

<sup>24</sup> Sobre a sigla de Imóveis Rurais colocamos: casas no campo, campos, rincão de terra, quinhão de terra, terras, sesmarias.

valores ficaram assim, terras com 33% e os rebanhos 34%, havendo uma pequena vantagem do gado. Porém, na década de 1830 os valores do gado superaram o valor da terra, os rebanhos tiveram um aumento de 3% atingindo 37%, isso contra 29% que era o valor da terra, esse valor sofreu uma queda de 4%, o suficiente para que o gado fosse superior em seu valor. Para a região de Alegrete, Farinatti (2010) também aponta uma supremacia do gado em relação aos imóveis rurais, os valores destes bens eram respectivamente 44,8 e 24,2%. No entanto, as unidades produtivas das duas regiões tiveram mudanças na passagem da década de 1830 para 1840, as porcentagens referentes às terras superaram o valor do rebanho. Para Caçapava, ocorreu uma grande queda nas porcentagens do gado, que eram 37% no período anterior passaram para 16% na década de 1840. Por sua vez o valor das terras que era 29% passou para 46%, um aumento de 17%. Segundo Farinatti (2010), em Alegrete isso também ocorreu, tendo os imóveis rurais atingiram 35,7% e o gado 25,5%. Outro fator que colaborou para essa queda no valor dos rebanhos foi um decréscimo na média geral do gado *vacum*, esses valores das reses na década de 1830 eram de 911,6 cabeças, passando para 572,7 na década de 1840. Este dado esteve aliado a uma maior valorização dos campos.

Assim, tanto em Caçapava como em Alegrete, percebe-se que ocorreu uma valorização das terras principalmente na passagem da década de 1830 para a de 1840. No caso de Caçapava, é provável que esse fato tenha sido influenciado por uma menor disponibilidade dos campos, pois a ocupação luso-colonial é relativamente antiga, datando de final do século XVIII.

### **2.3 – Uma chácara no Irapuá e um campo na costa do Camaquã: propriedade e acesso à terra em Caçapava**

Na tabela 9 fizemos uma análise da propriedade da terra<sup>25</sup> por meio dos inventários *post mortem*. Com esta mostra conseguimos pelo menos identificar a quantidade de inventariados que tinha o acesso à propriedade da terra. A maioria dos outros inventariados que possuíam bens rurais, mas não tinham a propriedade da terra poderiam produzir “a favor” nos campos de outro, sendo agregados, ou então serem arrendatários. Esta última condição,

---

<sup>25</sup> Sob o termo “terra”, colocamos: campos, rincão, rincão de campo, pedaço de terra, fazenda, quinhão de terra, chácara.

porém, só foi possível de visualizar em um caso, pois essa condição estava declarada em um inventário na descrição dos bens de raiz.<sup>26</sup>

Tabela 9 – Posse da terra por meio dos inventários *post mortem* (Caçapava, 1821-1850)

	Década 1820	Década 1830	Década 1840
<b>Inventários com terras</b>	83%	68%	73%
<b>Inventários sem terras</b>	17%	32%	27%
<b>Total:</b>	100%	100%	100%

**Fonte:** 148 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

Os dados da tabela 9 nos mostram parte de uma sociedade com um elevado acesso à propriedade da terra, isso fica bem claro, pois mais de 65% dos inventariados tinham em seus bens de raiz, terras. A média destas posses era de 73% para todo o período em questão. Na década de 1820 foi a que tivemos a maior porcentagem de inventários com terras arroladas em seus bens, chegando a 83%, baixando para 68% na dezena de 1830 e voltando a subir no período de 1840 para 73%. Certamente, uma grande parte destas terras era utilizada para manejar o gado *vacum*, principalmente os campos dos grandes pecuaristas. No entanto, parte destas terras seguramente era destinada à produção de alimentos, isso fica visível pela quantidade de artefatos para o trato da terra que foram encontradas nos processos, (ver tabela 4). Acreditamos que principalmente nas chácaras, houvesse uma maior produção de alimentos, pois se tratavam de pequenas unidades produtivas, estas sendo mais próximas do núcleo das vilas, o que favoreceria um possível comércio de produtos agrícolas.

Como foi visto na tabela 9, a década de 1820 era o período que tinha a maior concentração de inventários com terras arroladas. Talvez isso tenha se dado como reflexo da proximidade de momentos anteriores, onde havia fronteira agrária aberta. Ou seja, os bens encontrados nos processos refletem não apenas uma parcela da sociedade no momento da avaliação, mas também reflete elementos de em alguns anos anteriores, isso justificaria em parte esse maior número de proprietários com terras nesse primeiro momento. Assim sendo, a quantidade decrescente de proprietários de terras para as décadas seguintes pode estar

<sup>26</sup> Inventário *post mortem* de **Francisco Gomes da Trindade: Autos; 64; Maço: 3; Estante: 90; Cartório: Órfãos e Ausentes; Caçapava, Ano: 1834.**

indicando o fechamento da fronteira agrária e a saturação de produtores em Caçapava. De tal forma, ocorreria um aumento proporcional no número de agregados ou arrendatários nas décadas de 1830 e 1840, o que corroboraria essa baixa de proprietários.

Na tabela 10, apresentamos a distribuição dessas propriedades de terra, conforme a designação que receberam pelos avaliadores atuantes nos processos de inventário chácaras, campos<sup>27</sup> ou estabelecimentos mistos.<sup>28</sup>

Pelo que se configura a economia de Caçapava, tendo como base o que foi visualizado nos inventários *post mortem*, esta era detentora de pequenas e médias unidades produtivas, isso talvez nos levasse a ter uma raciocino mecânico, em que fosse feita uma associação direta destas unidades produtivas com as chácaras. Assim, teríamos uma representatividade deste estabelecimento maior do que os demais. Porém, o que se visualiza é uma maior quantidade de campos, estes nem sempre contínuos, o que vem corroborar a base econômica desta localidade, sendo centrada no manejo do gado *vacum*, com isso havia uma maior necessidade de ter campos para o pastoreio dos rebanhos. Vejamos a tabela 10, na qual utilizamos apenas os inventários que possuíam terras arroladas em seus bens.

Tabela 10 – Percentual da presença dos campos, chácaras e demais estabelecimentos mistos, (Caçapava 1821-1850)

	<i>Década 1820</i>		<i>Década 1830</i>		<i>Década 1840</i>	
	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<b>Campos</b>	14	56%	35	78%	31	82%
<b>Chácara</b>	7	28%	6	13%	4	10%
<b>Mistos</b>	4	16%	4	9%	3	8%
<b>Total</b>	25	100%	45	100%	38	100%

**Fonte:** 108 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

Verifica-se que nos inventários que para as três décadas aqui trabalhadas, obtivemos uma supremacia na presença de campos em relação às chácaras e aos estabelecimentos mistos. A representatividade destes campos não foi menor do que 56%, este dado era correspondente à década de 1820. No período de 1830 esse valor passou para 78% e na década de 1840 atingiu 82%, ou seja, percebe-se que ocorreu um aumento gradativo da posse

<sup>27</sup> Na sigla campos estão reunidos: campos, rincão de campo, rincão, fazendas, quinhão de terra e sesmaria terra ou campo.

<sup>28</sup> Denominamos de estabelecimentos mistos, os inventários que tinham arrolado chácaras e campos.

de campos e isso foi visualizado na documentação, exemplificado na tabela 10, pelo menos para o recorte de 1821 a 1850.

Por sua vez, houve uma diminuição no percentual de “chácaras” ao longo do recorte temporal estudado. Visualiza-se que na década de 1820 foi o período com a maior porcentagem, sendo de 28%, na dezena de 1830 ocorreu um decréscimo, chegando a 13%, baixando ainda mais essas porcentagens para 10%. Não foi diferente com os estabelecimentos mistos, além de estes serem em menor número, suas porcentagens diminuíram, sendo 16% na década de 1820, baixando para 9% na dezena de 1830 e chegando a 8% no período de 1840. Essa redução das chácaras é compatível com o aumento da presença de gado *vacum* nos inventários da década de 1830 e à diminuição da presença de instrumentos agrícolas, sugerindo uma tendência maior à especialização na pecuária bovina, ao longo daquela década.

Agora, cruzando os dados dos inventariados que possuíam terras e gado *vacum*, conseguimos perceber que estes dois bens em sua grande maioria apresentavam se juntos. Na tabela 11, na qual nos utilizamos apenas os inventários que tinham estes dois bens arrolados, foi possível verificamos o seguinte:

Tabela 11 – Criadores de gado *vacum* com acesso a terra em Caçapava, 1821-1850

<i>Rebanhos</i>	<i>Criadores com terra</i>	<i>%</i>	<i>Criadores sem Terras</i>	<i>%</i>
Até -100 Reses	32	74%	11	26%
101-500 reses	31	70%	13	30%
501-1.000 reses	11	73%	4	27%
Mais de 1.000 reses	20	95%	1	5%
<b>Total:</b>	<b>96</b>	<b>76%</b>	<b>30</b>	<b>24%</b>

**Fonte:** 126 Inventários *post mortem* de Caçapava 1821 a 1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cartório de Cível e Crime, APERS.

Na análise da tabela 11, fica evidente que a presença do gado *vacum* associado com a questão de ter a propriedade da terra nunca foi menor do que 70%, isso tendo como base os inventários e o recorte aqui estado de 1821 a 1850. Verifica-se que até mesmo os pequenos criadores que estão nas faixas de (até 100 reses e de 101 a 500 reses), tinham uma respectivamente 74 e 70% de seus produtores sendo também proprietários da terra. Não foi muito diferente para os médios pecuaristas de (501 a 1.000 reses), pois estes apresentavam 73% de criadores com terras. Os grandes pecuaristas que possuíam para mais de 1.000

cabeças de gado *vacum*, também eram detentores de uma boa quantidade de terras, e a dualidade terras e gado *vacum* representava 95%. Assim sendo, verifica-se que estas unidades produtivas de Caçapava tinham uma grande relação da posse do gado *vacum* com a terra. Isso também é visualizado em Alegrete, segundo Farinatti (2010) na década de 1830, o total de inventários com terra era de 59,5%, já para a dezena seguinte, estes valores chegavam a 60,6%. Porém, se deve ressaltar o outro lado, naquele município, cerca de 25% ou 30% dos médios e pequenos produtores criava seus rebanhos em terras alheias.

Esse número deveria ser ainda maior, já que as camadas menos favorecidas costumam estar sub-representadas nos inventários *post mortem*. Isso mostra que uma parcela daqueles que não eram os mais abastados estancieiros, também não era composta por homens sem acesso à produção autônoma. É mais uma região, no Rio Grande do Sul, em que se mostra a importância e a variedade da pequena e média produção pecuária e agrícola, provavelmente com mão de obra familiar, sem descartar a presença de algum cativo nessas atividades.

Nessas extensões de terra foi possível vislumbrar que a vila de Caçapava tinha como base econômica de suas unidades produtivas da pecuária, na qual seus criadores também eram proprietários de terras, sem excluir os que eram arrendatários, porém, estes somente um caso foi encontrado. As atividades da lida como o gado *vacum* não tinha o mesmo porte econômico encontrada nos estudos de Farinatti (2010) referentes a Alegrete. Assim sendo, a pecuária de Caçapava era mais alinhavada com o modelo econômico encontrado por Thiago Araújo (2008) para a região de Cruz Alta. Porém, não podemos afirmar que todos os criadores de gado *vacum* possuíam apenas esta atividade em suas unidades produtivas, sendo muito provável que, em muitas, a agricultura se combinava com o manejar o gado.

## **CAPÍTULO 3 – ESCRAVIDÃO AO SUL DO BRASIL, CAÇAPAVA 1821-1850**

A análise da escravidão para além dos contextos das *plantations* e charqueadas é de extrema valia, pois nos possibilita uma visualização de elementos particulares que contribuem para uma melhor compreensão dessa temática. As pesquisas relativas a este tema, referentes ao Rio Grande do Sul, já deixaram clara a participação dos escravos nas localidades com atividades econômicas voltadas para pecuária. Esta participação foi visualizada em diversas áreas produtivas, em que se fazia necessária à mão de obra escrava, cada uma com sua especificidade local (OSÓRIO, 2007, FARINATTI, 2010; ARAÚJO, 2008; PERUSSATO, 2010).

Assim sendo, acreditamos que um estudo detalhado da estrutura de posse de escravos para a região de Caçapava vai nos possibilitar um melhor entendimento sobre o escravismo em uma área detentora de uma economia de pequeno porte pecuarista. Talvez a economia de menor monta pudesse inibir, em parte, a compra de cativos para esta localidade. No entanto, a análise dos inventários *post mortem* mostrou que esse não era um problema que chegasse a inviabilizar a presença e a importância da escravidão em Caçapava. Encontramos uma boa presença de escravos africanos arrolados na documentação trabalhada, o que mostra que os moradores desta localidade buscavam cativos “de nação”, de tal modo, estes estavam conectados com o tráfico do atlântico. Portanto, a apreciação dos diversos contextos específicos onde o regime de mão de obra cativa se estabeleceu, como por exemplo, na região de Caçapava, necessitam de um estudo mais aprofundado.

### **3.1 - Estrutura de posse de escravos em Caçapava**

Como já foi mencionado anteriormente para esta pesquisa, foi criado um banco de dados no *Excel for Windows 2007*, no qual foram inseridos os elementos coletados nos inventários *post mortem* abertos em Caçapava, entre 1821 e 1850. Nesse banco de dados, na parte referente aos escravos, foi possível caracterizar, dentre outras coisas, o tamanho dos plantéis existentes na localidade estudada. Além disso, foi possível demonstrar a percentagem de inventários com e sem escravos e questões referentes à suas origens, sexo, naturalidade, dentre outros.

Na tabela 12, pode ser visualizado o percentual de inventários que tiveram cativos arrolados e avaliados. Ali também se pode verificar a distribuição desses processos nas distintas décadas, esse é o primeiro passo para verificar o quanto a posse cativa estava distribuída pelos diferentes plantéis da localidade de Caçapava. Pela grande quantidade de inventários com escravos, acreditamos que a propriedade cativa estava espalhada por diversos estratos sociais. Isso nos possibilita mostrar o quanto a escravidão estava presente no Brasil Imperial,<sup>29</sup> atingindo localidades no Sul do Brasil. Assim como já vem sendo mostrada por algumas pesquisas de outros autores,<sup>30</sup> ter escravos não era uma exclusividade das charqueadas ou para uso doméstico. Mas também das grandes, médias e pequenas propriedades pecuaristas existentes na região sul.

Tabela 12 – Percentual de inventários *post mortem* que apresentaram escravos (Caçapava, 1821-1850)

<b>Inventários</b>	<b>Década 1820</b>	<b>%</b>	<b>Década 1830</b>	<b>%</b>	<b>Década 1840</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Com escravos</b>	25	83%	57	86%	49	92%	130
<b>Sem escravos</b>	5	17%	9	14%	4	8%	18
<b>TOTAL</b>	30	100%	66	100%	52	100%	148

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Ao verificar os dados da tabela 12, percebe-se a grande supremacia de inventários com cativos na vila de Caçapava. Em todos os recortes, encontramos mais de 80% dos processos com ao menos um escravo. Na média geral do período estudado, 88% dos inventariados possuíam escravos. Esses dados se tornam ainda mais significativos, quando consideramos que esta região, pelos elementos que encontramos nos inventários, e debatidos no capítulo 2 dessa pesquisa, caracteriza-se esta localidade como detentora de meios produtivos de pequeno porte.

Cruzando nossos dados com outras regiões que utilizaram o mesmo tipo de fonte, conseguimos perceber algumas semelhanças. No estudo realizado por Natália Pinto (2012) para Pelotas, área de charqueada e de maior urbanização do que Caçapava, entre 1830 e 1850,

<sup>29</sup> Trataremos nosso recorte temporal (1821-1850) como sendo Brasil Imperial, embora saibamos que este só se deu no ano de 1822.

<sup>30</sup> Ver trabalhos de Osório 2007; Farinatti 2010; Araújo 2008; Matheus 2012; entre outros.

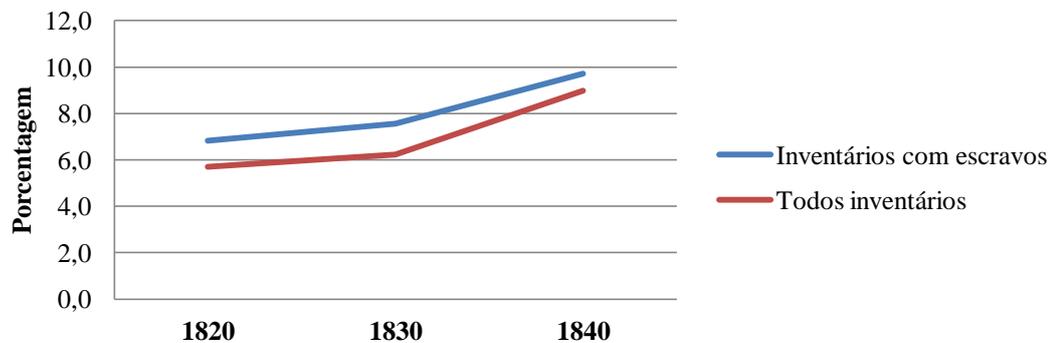
a autora trabalhou com 186 processos *post mortem* com escravos de um total de 215 inventários. Isso representa 86,51% de inventários com escravos. Para região de Alegrete, entre 1831-1850, onde havia a predominância da grande pecuária, Luís A. Farinatti (2006) trabalhou com uma amostragem de 74 processos, apontando que 84% possuíam escravos arrolados em seus bens. Em um trabalho para Cruz Alta, entre os anos de 1834-1849, cuja sua área era de pecuária de médio porte e agricultura, Thiago L. Araújo (2008) mostrou que 73% dos inventários eram de proprietários de escravos. Helen Osório (2005) com uma amostra de 541 inventários, referentes a todos os distritos do Rio Grande de São Pedro, em um período correspondente a 1765-1825, encontrou 87% dos inventariados eram proprietários de escravos. Isso mostra um alinhamento da localidade estudada nessa pesquisa, com a realidade de outras regiões do sul do Brasil. Ainda que elas tivessem destinações produtivas e características sociais diversas, as diferentes regiões comparadas ficaram entre 73% e 88% de inventariados com cativos em seus patrimônios, sendo notável que Caçapava, mesmo se tratando de uma região de economia modesta, possuía médias equivalentes ou mesmo ligeiramente superiores aos demais municípios. Relativo às médias de escravos, ver gráfico 3.

É claro, não podemos esquecer que os inventários *post mortem* não representam a totalidade social de uma região. Ao contrário, como se tem alertado na historiografia, neles está mais representada a faixa mais abastados naquela sociedade, (FRAGOSO e PITZER, 1988). Contudo, mesmo tendo em conta essa característica da fonte, as análises feitas no capítulo 2 demonstram que, muitos dos inventariados de Caçapava eram de médios e pequenos produtores.

Por sua vez, a difusão da propriedade cativa é mais um fator a demonstrar Caçapava como uma sociedade mais complexa do que se poderia imaginar, pois se trata de um município que tinha as suas unidades produtivas ligadas à necessidade da mão de obra escrava. Talvez, para estes habitantes, fosse mais fácil adquirir no mínimo um escravo do que pagar pelo serviço de peões livres. Entendemos que, nesta localidade, ter escravos não era exclusividade dos grandes pecuaristas. Adquiriam escravos também médios e pequenos pecuaristas, assim como, agricultores, lavradores dentre outros. Por outro lado, essa difusão da posse de escravos e sua utilização em diversas atividades econômicas não era uma prerrogativa do Rio Grande do Sul, mas parece ter sido comum a várias regiões do Brasil. Bert Barickman já mencionou algo nesse sentido, para região do Recôncavo baiano “senhores de engenho, lavradores de cana e de fumo e roceiros, todos compravam escravos, mas em quantidades bem diferentes, e os tamanhos dos plantéis variavam muitíssimo” (2003, p. 237).

No gráfico 3, visualizamos as médias de escravos por inventário, ao longo das três décadas aqui analisadas, para região de Caçapava.

Gráfico 3 - Média de escravos nos inventários de Caçapava, 1821-1850



**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Fizemos uma divisão por décadas, para uma melhor visualização de cada período. Além disso, apresentamos uma linha com o total de processos e outra somente com os inventários que possuíam escravos arrolados, para termos uma noção do geral e do específico na média de cativos.

Contando somente os processos com cativos, na primeira década, a de 1820, temos uma média de 7 escravos para cada unidade produtiva. Nesse período, quando acrescentando todos os inventários a média cai para 6 cativos, isso com um total de 30 processos para este primeiro recorte analisado.

Já na década de 1830, temos uma média de 8 escravos para cada proprietário com cativos. Somando os processos sem escravos essa média passa para 6 cativos por inventário, isso em um universo de 66 processos. No decênio de 1840, as médias foram ainda mais altas, chegando a 10 escravos para cada proprietário e de 9 cativos para o total dos processos, tendo 52 inventários ao total.

Observamos que as médias ao longo do tempo tendem também a sofrer um acréscimo, tanto os processos que continham escravos, como também o universo geral dos processos. Desse modo, a média das três décadas para os proprietários era de 8 cativos, e chegando a 7

cativos para todos os inventários do recorte analisado. Estes são números bem representativos, ainda mais quando levamos em conta as especificidades econômicas da região.

Dentre de todos os padrões que encontramos nas análises dos inventários, foi possível averiguar uma elevação da presença de escravos na década de 1840, nossa hipótese para explicar esse aumento se dá principalmente em virtude de um crescimento endógeno, no qual há uma maior porcentagem de crianças na década de 1840 do que nas demais, isso pode ser visto na tabela 24 com a porcentagem dos escravos. Outro fator que contribui para essa hipótese foi a diminuição no percentual de africanos. Isso ficará mais claro quando for tratado mais adiante, juntamente com a análise das faixas etárias.

A quantidade de escravos era maior em algumas localidades, principalmente onde havia uma economia mais desenvolvida, como a charqueadas de Pelotas e a pecuária de grande vulto existente na região da campanha, como em Alegrete. No entanto, o gráfico 3 deixa claro a existência de uma média não desprezível de cativos nos estabelecimentos agrários de Caçapava, o que só reforça a ideia da necessidade de ter ao menos um escravo por unidade produtiva.

Ao comparar esses valores com outra localidade que também tinha na pecuária a sua base econômica, visualizamos que a região de Caçapava era bem abastecida de cativos. Por exemplo, ao comparar a média encontrada aqui de 7 cativos com a média geral encontrada em Alegrete por Farinatti (2006) que era de 10 escravos para cada unidade produtiva, fica mais visível que a presença escrava nessa região de Caçapava era de extrema importância para as atividades econômicas desempenhadas pelos diferentes núcleos familiares. Essa comparação é válida para termos uma noção de duas regiões que possuíam economias distintas, Alegrete era região de uma pecuária com um número elevado de grandes produtores, ou seja, era mais rica que a de Caçapava. Vale lembrar também que Farinatti não trabalhou com todos os inventários, mas sim uma mostra com os que possuíam bens agrários.

Essa média de escravos de Caçapava era bem expressiva, até mesmo quando cruzada com outras regiões de Brasil, com produção pecuária, para um período semelhante. Por exemplo, comparamos esses dados com aqueles presentes no trabalho, realizado por Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino (2003), também tendo como fonte os inventários *post mortem*. O estudo destes autores é para a região do Sertão e do Agreste de Pernambuco, entre os anos de 1770 a 1849, sendo uma zona de pecuária e fora da área açucareira. Na região do Sertão a média era de 6,8 escravos para cada proprietário, já para o

Agreste a média sobe para 8,1 escravos. Portanto, há semelhanças entre essas regiões com Caçapava quando se trata da média de escravos.

Os dados da tabela 13 vêm corroborar uma média semelhante à de muitas outras regiões do Sul do Brasil e de outras localidades brasileiras com produção para o mercado interno. Como já havíamos mencionado anteriormente, esta região não continha grandes plantéis. No entanto, havia uma considerável disseminação de escravos em pequenas escravarias, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 13 – Estrutura de posse de escravos (Caçapava, 1821-1850)

<b>F T P</b>	<b>Número de Proprietários</b>	<b>%</b>	<b>Número de Escravos</b>	<b>%</b>
<b>De 1 a 5</b>	72	55%	190	18%
<b>De 6 a 9</b>	27	20%	202	19%
<b>De 10 a 20</b>	22	18%	300	28%
<b>Mais de 20</b>	9	7%	380	35%
<b>Total</b>	130	100%	1072	100%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. FTP= Faixa de Tamanho de Plantel.

A soma de senhores que estavam distribuídos entre os plantéis que tinha de 1 a 5 e 6 a 9 era de 99, isso representava 75%, estes proprietários possuíam uma soma de 392 cativos. Essas duas faixas da tabela 13 representavam 37% de todos os escravos presentes nessa análise. Essa grande concentração de pequenos proprietários de escravos não é exclusividade de Caçapava. Marcelo S. Matheus (2012) em sua pesquisa sobre escravidão em Alegrete, entre 1829 e 1849, apontou que 70,5% dos plantéis estavam entre 1 e 9 cativos. Auxiliou-nos, também, o levantamento de dados realizado por Marcelo Matheus para outras regiões, por exemplo;

Tiago Araújo observou que cerca de 76% dos proprietários tinham entre 1 e 9 escravos em Cruz Alta entre 1834 e 1849; Natália G. Pinto ressaltou que em Pelotas, 69% eram de pequenos senhores; já J. Scherer demonstrou que mais de 80% dos senhores estavam nessa faixa de plantel em Rio Grande. Do mesmo modo, comparando com algumas pesquisas para outras regiões do Brasil, permanece a preponderância de pequenos proprietários. Déborah dos Reis, utilizando-se de inventários e listas nominativas, enfocando o município de Araxá, em Minas Gerais, encontrou mais de 80% de pequenos senhores entre 1826 e 1848. Por fim, também, através de inventários, Kátia L. Almeida, estudando Rio de Contas, na Bahia, notou que quase de 75% dos senhores tinha até 10 cativos. Ou seja, esta dispersão da posse

escrava parece ter sido a tônica em muitas regiões do Brasil imperial até 1850 (MATHEUS, 2012. p. 59-60).

Percebe-se que, na análise comparativa feita por Marcelo Matheus (2012), cabe perfeitamente um cruzamento com nossos dados. Todas essas porcentagens apontaram uma realidade muito semelhante na forma das estruturas dos plantéis, independente da região. Esse é o dado marcante, essa semelhança entre regiões diversas, tanto no que se refere ao percentual de inventários com escravos quanto no que tange à preponderância dos pequenos plantéis. Também encontramos em nossa análise informações que corroboram as análises anteriores. Assim, caracterizando a região de Caçapava como detentora de uma grande quantidade de pequenos plantéis, mas não sendo a única realidade da localidade no período estudado.

A próxima faixa da tabela, em que os tamanhos dos plantéis são formados por escravarias que continham de 10 a 20 cativos, representa 18% em nossa mostra. Sendo estes os proprietários que estavam em um patamar mediano, no que diz respeito à quantidade de cativos. Esses 22 proprietários eram donos de 300 escravos, o que representa 28% de todos os cativos arrolados nos processos analisados para esta pesquisa.

A última faixa na tabela 13 corresponde ao que podemos chamar de grandes proprietários de escravos. Ali, dois dos nove senhores de escravos possuíam em suas escravarias mais de 50 cativos cada um. Portanto, não é por acaso que este seletivo grupo era detentor de 380 escravos, o que representava 35% dos cativos, a média dentro desse grupo era de 42 escravos por escravaria. Os nove senhores de escravos representavam apenas 7% dos proprietários, mas possuíam as maiores escravarias.

Dito isso, deduzimos o quanto era importante para os produtores agrários de Caçapava ter ao menos, um cativo para auxiliar a mão de obra familiar ou trabalharem totalmente nas atividades de suas unidades produtivas, independente do que fosse produzido nas mesmas. Visualizamos a diferença no tamanho de seus plantéis, desde os que tinham um escravo para os que tinham mais de 20. Na tabela 14, examinamos o processo de reprodução da mão de obra escrava, levando em conta o seu tamanho de plantel.

Tabela 14 – Estrutura de posse de escravos por década (Caçapava, 1821-1850)

FTP	<i>Período 1821-1830</i>		<i>Período 1831-1840</i>		<i>Período 1841-1850</i>	
	<i>Proprietários</i>	<i>Escravos</i>	<i>Proprietários</i>	<i>Escravos</i>	<i>Proprietários</i>	<i>Escravos</i>
<b>1 a 5</b>	56%	23%	63%	19%	46%	15%
<b>6 a 9</b>	24%	27%	16%	15%	25%	20%
<b>10 a 20</b>	16%	31%	14%	23%	21%	31%
<b>Mais de 20</b>	4%	19%	7%	43%	8%	34%
<b>Total:</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Quando é feita uma análise década por década, fica visível a variação e também a manutenção das escravarias de Caçapava ao longo do período estudado. De tal maneira, a média de proprietários para os três momentos do estudo na faixa de 1 a 5 cativos, não foi menor que 55%. No período de 1821 a 1830, as faixas (1 a 5 e 6 a 9) que eram os pequenos escravistas, somavam juntas 80%, das escravarias, tendo 50% dos escravos da primeira década nas suas senzalas. Ou seja, esse primeiro dado aponta para uma sociedade com um número alto de pequenas escravarias. Esses dados praticamente se mantiveram para estes dois estratos na década de 1830, o valor em porcentagem foi de 79%, e a representatividade de escravos caiu para 34%. Já para a dezena de 1840, o que se visualiza é uma redução um pouco mais significativa, chegando os valores dessas faixas a 71% de proprietários, e os escravos somando 35%. Portanto, os valores das duas primeiras faixas da tabela 14 ainda são bem maiores que 50% em todas as décadas, isso no que tange seus proprietários. Já os cativos destes estratos não se mantiveram com porcentagens semelhantes aos da década de 1820, em que estes representavam 50% dos escravos daquela dezena. Ocorreu sim uma queda para 34 e 35% respectivamente nas décadas de 1830 e 1840.

Na faixa dos médios proprietários que eram os que possuíam de 10 a 20 cativos, os valores não oscilaram muito. Na primeira década, a de 1820, a quantidade de proprietários era de 16%, estes eram donos de 31% dos escravos arrolados naquela dezena. Esses valores baixaram suas porcentagens para a dezena de 1830, estes senhores de escravos eram 14%, e o plantel de cativos representava 23% dos escravos desta década de 1830. Uma redução de 8% em relação ao período anterior. Já para a última dezena, o que visualizamos foi um aumento tanto dos proprietários quanto dos escravos. A quantidade dos médios proprietários de 10 a 20 cativos para a década de 1840 era de 21% de senhores de escravos. Já os cativos representavam 31% para o período em questão.

Por fim, no estrato dos grandes senhores de escravos, ou seja, dos que tinham mais de 20 cativos, as porcentagens foram as seguintes: para a década de 1820, os proprietários representavam 4%, mas tinha 19% dos escravos arrolados nos inventários da década. Na década de 1830, estes senhores aumentaram seu número, chegando a 7%, e tinham 43% dos escravos arrolados, ou seja, um aumento de 22% de escravos para esta faixa dos maiores escravistas. Para década de 1840, a porcentagem de senhores de escravos era de 8%, já os cativos somavam 34%, isso representou uma baixa 9% em relação ao período anterior. Essa alteração na década de 1830 se deve à presença de dois inventários com números muito mais altos do que os outros processos referentes a grandes senhores.

Com essa análise mais detalhada década por década, fica mais visível a evolução das escravarias de Caçapava. Percebe-se um percentual alto de senhores de escravos nas faixas de pequenos plantéis, mostrando o quanto a escravidão estava disseminada na região. Nas três décadas, a maioria de proprietários estava nos estratos de (1 a 5) e (6 a 9) cativos, sendo sempre superior a 60% a quantidade de senhores nessas faixas. Na década de 1820, estes dois estratos tinham de 50% dos escravos arrolados nos inventários, ou seja, algo extremamente relevante para essa análise, mostrando o quanto a escravidão estava presente nessa sociedade. É certo que as porcentagens para as duas décadas seguintes não seguiram tão altas, mas assim mesmo, bem representativos, pois não baixou dos 30%, certamente pelos dados que os inventários nos mostram, ter escravos era algo extremamente difundido nas unidades produtivas. E pelo que se viu, no caso daqueles que chegaram a ter inventários realizados, era mais fácil uma unidade produtiva ter ao menos um cativo do que não possuir escravos.

De fato, havia uma grande distinção no que tange à esfera social e à envergadura econômica dos senhores de escravos, e isso fica visível quando visualizamos a concentração de escravos com um pequeno grupo de grandes senhores. Com certeza, eram muito diferentes as lógicas e, possivelmente, também as relações escravistas entre a enorme maioria de pequenos senhores e aquele pequeno círculo da elite escravista, com seus grandes plantéis. São mundos escravistas bastante diferentes, dentro da mesma região, que não se limitam às questões econômicas, mas no que diz respeito à relação entre *senhor-escravo* dentro deste universo de distintas unidades produtivas.

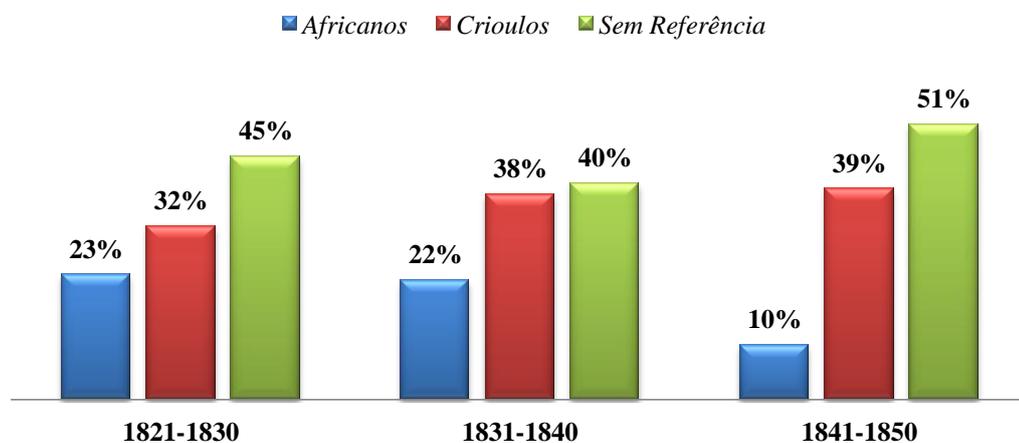
### **3.2 – Homens africanos, mulheres crioulas: origem e sexo dos escravos em Caçapava**

A caracterização da população escrava de Caçapava passa pela identificação de algumas diferenças existentes entre os cativos que é preciso salientar. Por exemplo, em relação às origens, apontando a quantidade de crioulos e africanos presentes no recorte temporal aqui pesquisado, será possível, dependendo da quantidade de africanos arrolados nos processos, sinalizar para um maior ou menor contato desta localidade com o tráfico de escravos. Por sua vez, o número de crioulos, principalmente se combinado com a análise do percentual de crianças escravizadas, pode sinalizar para uma maior ou menor reprodução endógena.

Os dados do gráfico 4 apontam as porcentagens gerais da origem dos escravos, divididos por década. Ali, incluímos todos os cativos arrolados nos processos. Em um segundo momento, serão apresentados os dados excluindo os cativos que não tiveram declarada a referência de sua origem. Isso, para não termos distorções na análise dos escravos com origem, e para podermos realizar as devidas comparações com outras regiões.

O que visualizamos na sequência do gráfico 4 é uma diminuição gradativa dos escravos africanos e o aumento dos crioulos, como já havíamos mencionado. No entanto, os escravos sem referência literalmente distorcem a análise, mas tínhamos que visualizar o geral de cativos, pois somente assim teríamos uma noção da representatividade destes para a soma geral de escravos que passava dos mil cativos. Vejamos:

Gráfico 4 – Origem dos escravos inventariados por década (Caçapava, 1821-1850)



Fonte: 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

A presença de escravos sem referência de origem é muito alta nos três períodos analisados, não baixando dos 40%, chegando ao topo de 51% dos cativos na década de 1840, ou seja, mais da metade de todos os escravos arrolados naquela dezena. Já na tabela 15, pode ser visualizada a quantidade e as respectivas porcentagens, estas referentes às origens dos escravos arrolados nos inventários de Caçapava, especificadas por décadas, já retirados os cativos sem referência.

Tabela 15 – Número de escravos com origem por década (Caçapava 1821-1850)

Décadas	1820		1830		1840		Total	%
	<i>Escravos</i>	%	<i>Escravos</i>	%	<i>Escravos</i>	%		
<b>Africanos</b>	39	41%	93	37%	47	20%	179	31%
<b>Crioulos</b>	55	59%	160	63%	185	80%	400	69%
<b>Total com ref.</b>	94	100%	253	100%	232	100%	579	100%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. ref. = referência.

Um ponto significativo foi a aquisição de cativos africanos por parte de alguns senhores, isso nos faz pensar em uma economia que no mínimo dava suporte destes terem ao menos um escravo africano em seu plantel. Como se visualiza em parte do capítulo 1 e no capítulo 2, essa região tinha sua base econômica centrada na pecuária de pequena monta, e tinha a companhia das atividades agrícolas, que também eram de pequeno porte. Isso não daria um suporte econômico suficiente para a aquisição de um plantel numeroso de escravos “de nação”, a não ser pelos grandes proprietários de gado *vacum*.

Dito isso, ao examinar a tabela 15, esta nos mostra com bastante clareza que, ao longo das três décadas aqui trabalhadas, tivemos uma variação na composição das porcentagens entre africanos e crioulos, ocorrendo uma diminuição no plantel dos africanos. Estes representavam, na década de 1820, 41% dos escravos com referência, essa porcentagem caiu para 37% na década seguinte e, desceram ainda mais na dezena de 1840, chegando a 20%. Média geral em porcentagem era de 31% de escravos africanos contra 69% de cativos crioulos.

É interessante que a década de 1840 apresenta uma ampliação no percentual de inventários que possuíam escravos e também um aumento na média de escravos por inventário. Ou seja, a combinação desses dois fatores permite afirmar que houve um aumento da difusão da propriedade escrava em Caçapava. Porém, nessa década, também ocorreu uma diminuição importante no número de africanos, ou seja, uma criouliização da população escrava presente nos inventários. Isso se deveu à diminuição da aquisição de africanos, o que ocorreu também em Alegrete, nessa década (FARINATTI, 2010).

Outro fator que também ocorreu foi um aumento na reprodução endógena, sendo mais significativa a presença de crianças na década de 1840 do que os escravos em idades produtivas. Isso foi verificando na evolução do número de crianças, por década, (ver Tabela 23). Assim, combinada à redução de africanos, temos um interessante quadro onde a ampliação da propriedade escrava se combina com a criouliização do plantel e com a ampliação no percentual de crianças apontando claramente para a importância da reprodução endógena como fator dessa expansão.

Já a redução nas percentagens de africanos pode ser explicada, talvez, por alguns elementos como, por exemplo, uma dificuldade econômica desta localidade na manutenção de seu plantel de escravos “de nação”. Isso pode ser associado também com uma maior concorrência na compra de africanos com outras regiões que eram detentoras de um maior potencial econômico, como por exemplo, Pelotas com suas charqueadas e a pecuária de grande monta de Alegrete.

Para Caçapava, encontramos um percentual de africanidade baixo, chegando a 31% como média das três décadas estudadas. Se comparado com os valores apontados por Manolo Florentino e Roberto Góes (1997), para o Rio de Janeiro, fica visível a disparidade nos três recortes temporais estabelecidos pelos autores anteriormente citados, que são 1790 a 1807; 1810 a 1825 e 1826 a 1830, respectivamente estes recortes tiveram 51,3, 61,1 e 51,1% de taxas de africanidade, ou seja, podemos dizer que é outro universo quando comparamos as escravarias da *plantation* com as que encontramos para nossa região estudada.

Manolo Florentino e José Roberto Góes (1997) afirmam que, de 1812 a 1815 ocorreu uma saturação no mercado de escravos africanos no Rio de Janeiro, isto fez com que ocorresse uma baixa no desembarque de escravos “de nação”. Sabemos que o porto do Rio era um dos principais meios de entrada de escravos, isso provavelmente deve ter influenciado em uma flutuação nas taxas de escravos africanos não somente no Rio Janeiro, mas também para outras regiões do Brasil.

Para região Cruz Alta, que possuía características econômicas semelhantes as de Caçapava, Thiago Araújo (2008) apontou em sua dissertação de mestrado que a população escrava de Cruz Alta apresentava 33% de africanos. Alegrete possuía 42,4% de africanos em suas escravarias, já Cruz Alta e Caçapava, estas duas regiões possuíam um equilíbrio na soma de escravos africanos, isso mostra que a envergadura econômica da pecuária regional era sim um condicionante forte da ligação com o tráfico negreiro. Porém é claro, as regiões de pecuária mais rica compravam um maior número de africanos, com isso conseguiam estar mais conectadas ao tráfico. Por outro lado, a grande maioria das regiões de pecuária de menor monta comprava um menor número de cativos oriundos do tráfico.

Isso indica que a pecuária estava ligada sim à mão de obra escrava e, ao abastecimento de cativos via tráfico atlântico, mantendo as especificidades de cada região no que tange a compra de escravos. De fato, como Farinatti (2010) já afirmou, essa ligação era muito maior, era estrutural mesmo, principalmente no caso dos grandes estabelecimentos. Por isso Alegrete tinha um maior percentual de escravos africanos quando comparamos com Cruz Alta e Caçapava, porque havia uma maior concentração de grandes estâncias naquela área.

Buscando outros dados para comparação com nossa pesquisa, temos o estudo referente à região do Bananal, localidade situada no Vale do Paraíba paulista, região de *plantations* de café, onde José F. Motta (1999), utilizando as listas nominativas, encontrou para o ano de 1829, 78,2% de escravos africanos. Vale ressaltar que esta região estudada por Motta tem características diferenciadas no que tange a sua economia, das que encontramos aqui. No entanto, acreditamos que é de extrema valia a busca por estes dados, isso colabora para termos uma noção um pouco mais alargada das especificidades da escravidão no Brasil.

Outra pesquisa que buscamos para devidas comparações e a de Versiani e Vergolino (2003). Por sua vez, estes autores utilizando-se de inventários *post mortem* apontaram algum elementos referentes à escravidão para a região do Agreste de Pernambuco. Para esta área, os africanos representavam 40,3% do total de escravos presentes nas fontes analisadas por eles, já para a região do Sertão, os mesmos autores apontaram o percentual de 34,7%, apresenta números próximos aos de Caçapava.

Natália Pinto (2012) assinalou que em Pelotas uma região charqueadora, continha uma alta concentração de escravos, havia entre os anos de 1830 e 1840, 480 cativos, destes, 61% eram africanos. Ou seja, os valores são muito superiores aos que encontramos para Caçapava, uma região de pequena pecuária. Claro, isso não é nenhuma surpresa, pois Pelotas era uma das regiões que mais continha escravos no Sul do Brasil. Isso, devido a grande demanda de

mão de obra necessária para o trabalho nas charqueadas. De tal maneira, as localidades que cruzamos nossos dados, todas tinham uma maior concentração de escravos africanos, a que mais se aproxima é a vila de Cruz Alta. No entanto, essa soma de escravos africanos não é desprezível para esta localidade, demonstra que, embora modestamente, Caçapava conseguia adquirir alguns escravos “de nação”.

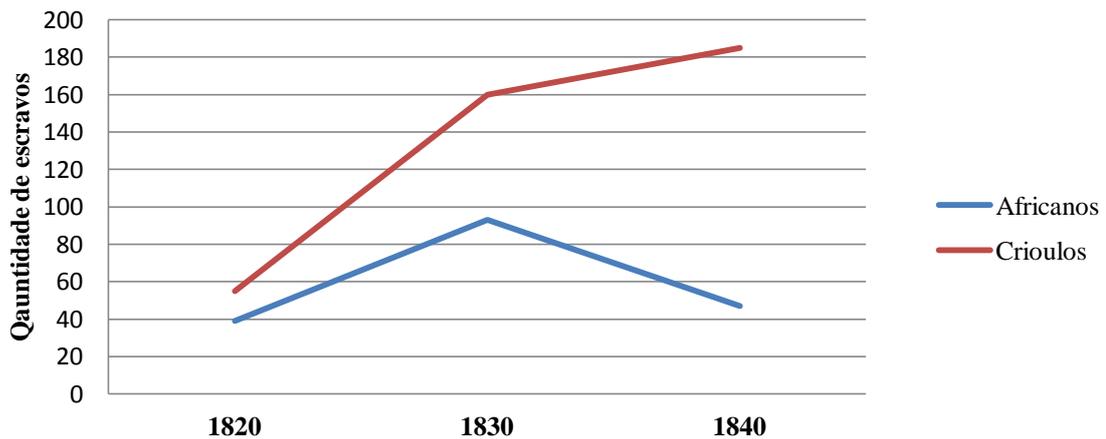
Em Pelotas, por exemplo, o número de escravos africanos difere do que visualizamos na tabela 15 para Caçapava. No universo pelotense, marcado por importante presença de charqueadas, os escravos africanos que representava 61% dos escravos no período de 1830 a 1840. Esse valor passa para 56% de africanos no período de 1841 a 1850, ou seja, o número de escravos africanos sempre foi superior a 50% nos dois momentos analisados por Natália Pinto.

Por sua vez, como vimos, em Caçapava, podemos dizer dentre outras coisas, que ocorreu um acréscimo da reprodução interna das escravarias de Caçapava ao longo do tempo. Assim, os escravos com referência de origem, sempre a porcentagem de crioulos foi superior. Outro fator marcante que pode nos ajudar a entender essa “carência” de africanos pode ter sido a Guerra dos Farrapos (1835-45), que ocorreu entre as décadas de 1830 e 1840, isso pode ter dificultado a compra de escravos africanos. Outro elemento que pode ter sido um inibidor na busca de cativos “de nação”, talvez tenha sido uma elevação no valor destes escravos.

Em nossa análise dos dois períodos que correspondem às décadas de 1830 e 1840, e cruzando com o recorte analisado por Natália Pinto, foi possível visualizar que havia uma supremacia dos crioulos na população cativa de Caçapava, em que estes nunca tiveram taxas menores do que 50% de todos os escravos, e na década de 1840 chegando a 80% dos mesmos. Ou seja, é possível visualizar o comportamento de duas regiões completamente distintas, no que tange sua economia. Mas, Pelotas assim, como Caçapava não conseguem manter um padrão na manutenção de africanos em suas escravarias. Parece-nos que, as peculiaridades econômicas de cada região não influenciam muito nessa manutenção de escravos africanos.

Os dados do gráfico 5 nos ajudam a visualizar ainda melhor os números expostos na tabela 15. Percebemos uma criouliização nos plantéis de cativos em Caçapava, como já havíamos mencionados anteriormente.

Gráfico 5 - Quantidade total de escravos com referência (Caçapava, 1821-1850 (Caçapava, 1821-1850))

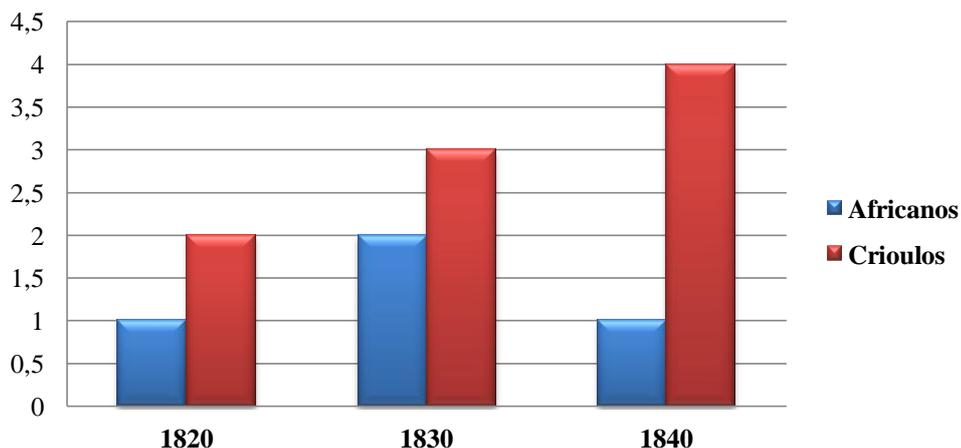


**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

As linhas do gráfico 5 deixam bem claro que a década de 1820 existia uma “certa paridade” nas porcentagens entre crioulos e africanos. Assim, não havia uma gritante diferença entre estas origens. Porém, a passagem para década de 1830 e posteriormente para a de 1840, ocorreu um decréscimo nos escravos africanos e um grande aumento de crioulos. Vale lembrar que os dados que foram utilizados na confecção deste gráfico 5, são referentes ao total cativos com origem.

Da mesma forma, utilizamos estes dados para termos as médias de escravos segundo suas origens para cada década, exemplificados no gráfico 6.

Gráfico 6 - Médias de escravos segundo a origem (Caçapava, 1821-1850)



**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

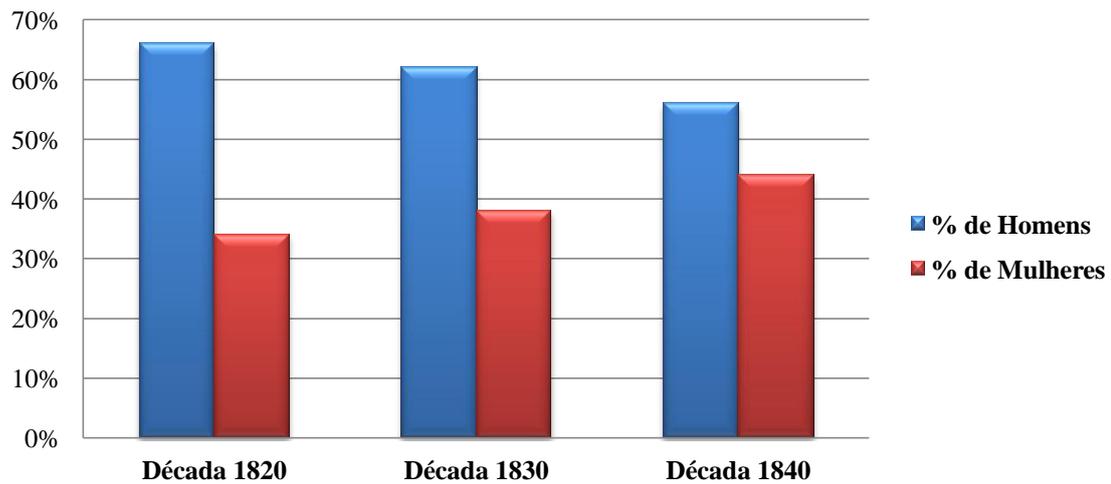
Esses dados colaboram ainda mais em nossa interpretação referente a esse aumento de escravos na década de 1840. Pode ser visto que na passagem dezena de 1820 as médias de escravos segundo a sua origem era a seguinte, 1 escravo africano para 2 escravos crioulos. Esses números aumentaram no período seguinte, passando para 2 africanos para 3 crioulos. Já na década de 1830, as médias de africanos caíram, voltando a ser um escravo “de nação” por inventário, em contra partida a média dos escravos crioulos seguiu crescendo e atingiu a marca de 4 cativos por processo. Esses valores mais elevados de escravos crioulos são fruto de uma reprodução endógena, esses dados podem ser visto na tabela 23 na qual está as porcentagens de escravos ao longo das décadas segundo sua idade.

Portanto, é interessante notar que a evolução das médias de africanos por inventário decresceu de forma parecida com as porcentagens (ver tabela 23 e gráfico 7 das médias), entendemos que houve uma importante redução na entrada de africanos nesta localidade, com isso a diminuição proporcional não se deve apenas ao aumento de crioulos.

Infelizmente os inventários não continham as especificidades necessárias para todos os cativos serem identificados quanto a sua origem. Mas, por outro lado, podemos dizer com certeza a quantidade de mulheres e homens, bem como a relação da masculinidade presente nessa população escrava de Caçapava.

Dito isso, verificamos no gráfico 7 estes elementos referentes ao sexo, ou seja, temos as porcentagens que apontam a quantidade de escravos do sexo masculino e feminino. Com isso, além de termos uma noção do tamanho do plantel cativo para cada década, também temos elementos que apontam a variabilidade das porcentagens ao longo do tempo. No gráfico 7 deixamos isso bem evidenciado.

Gráfico 7 - Porcentagem de homens e mulheres escravos (Caçapava 1821-1850)



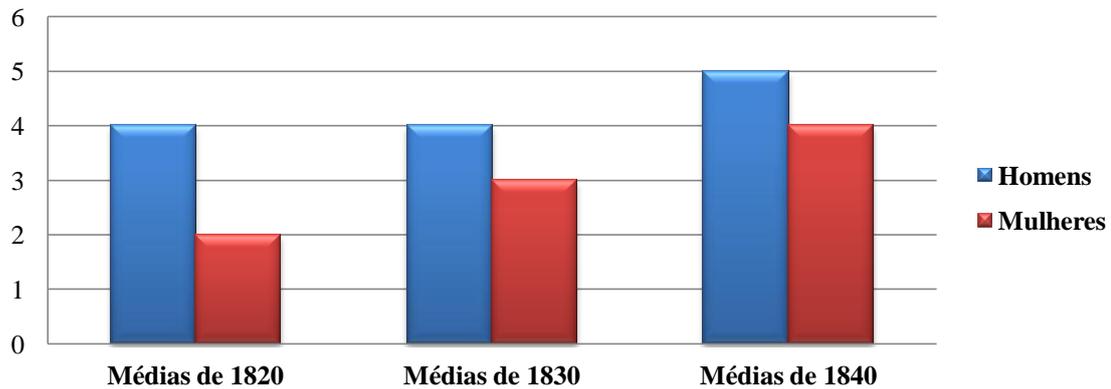
**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Ao analisar as informações alusivas a quantidade de escravos homens, percebe-se que os valores nunca baixaram dos 50% em cada década, sendo que, na década de 1820, os valores em porcentagem atingiram 66%. Estes valores caíram no momento seguinte, chegando a 62%. Por fim, na década de 1840 as porcentagens que alcançaram 56% dos escravos eram indicadores do sexo masculino.

Portanto, nos três momentos analisados foi possível perceber uma maior presença de cativos do sexo masculino, nenhuma novidade para os trabalhos referentes à escravidão, apenas confirmando o que uma historiografia já vem mostrando para as regiões onde o abastecimento através do tráfico africano tinha alguma importância. E isso é visível nas duas primeiras décadas, tendendo ao equilíbrio no período de 1840. Assim, a quantidade de mulheres aumentou significativamente, mas, nunca superou o plantel masculino em nenhum das três décadas aqui analisadas. Vejamos os gráficos 7 e o 8 a seguir, estes deixam mais claro estes números.

No gráfico 8 temos a média de escravos segundo o sexo por inventário para cada década, com estes dados podemos afirmar que a média de homens nas três décadas é superior a das mulheres.

Gráfico 8 - Médias de escravos por inventário segundo o sexo (Caçapava, 1821-1850)



**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Mais uma vez os dados nos apontam para a década de 1840 com maior número de escravos, conseqüentemente as suas médias também foram mais elevadas. Como percebe-se no gráfico 8, a média de homens sempre foi superior a das mulheres, nunca baixando de quatro escravos, e atingindo o máximo de cinco cativos do sexo masculino. As mulheres por sua vez, tiveram um aumento gradativo de suas médias no decorrer das décadas. O elemento central para analisar esses dados é o tráfico de cativos, pois a quantidade superior de homens sempre foi uma necessidade das localidades. Conforme o tráfico vai diminuindo sua intensidade, a paridade entre os sexos tende a ser semelhante, isso está bem visível no gráfico 6.

Uma superioridade numérica da população escrava do sexo masculino foi, também, visualizada em outras regiões. Em Alegrete, por exemplo, Farinatti (2010), analisando os inventários com bens rurais, aponta um grande desequilíbrio na relação do sexo dos cativos, havendo uma maior predominância de homens, com uma proporção de 36% de mulheres escravas em todo o período estudado, que vai de 1831 a 1850.

Segundo Natália Pinto, em Pelotas, a quantidade dos escravos e sua distribuição segundo o sexo era a seguinte;

665 eram escravos africanos, sendo que 75,5% eram homens e 24,5% mulheres, apresentando uma razão de masculinidade ou de sexo de 307,97% (sic). Por sua vez, em relação aos crioulos foram constatados 477 cativos, sendo - 57,02% homens e 42,98% mulheres, tendo uma taxa de masculinidade em torno de 132,58% (sic). Os números apontam que a comunidade africana escrava em Pelotas tinha, como era de

se esperar, um maior número de homens, que certamente era um empecilho na formação familiar desses indivíduos (2012. p. 61).

Para região de Cruz Alta no período de 1834-1849, a distribuição de escravos segundo o sexo foi caracterizada da seguinte forma por Araújo (2008): os homens representavam 54% da população escrava. Logo, as mulheres escravas representavam 46%.

Na tabela 16, temos as médias de escravos africanos em diferentes localidades do Brasil. Com essa análise, fica mais visível a base econômica de cada região com a quantidade de africanos que eram utilizados como mão de obra. Para Caçapava, por se tratar de uma economia de pequeno e médio porte e tendo uma agricultura de abastecimento, a porcentagem de escravos africanos pode ser considerada relevante. Além disso, fica implícito a grande maioria de escravos crioulos desta localidade, como também pode ser diagnosticado para outras regiões, com a exceção de Pelotas, que possuía mais de 50% de suas escravarias com escravos com cativos “de nação”, como apresentamos na tabela a seguir.

Tabela 16 – Porcentagem de escravos africanos nas diferentes localidades

<b>Localidade</b>	<b>% africanos sobre população total de escravos</b>	<b>Base econômica da localidade</b>
<b>Caçapava</b>	31%	Pecuária de pequeno e médio porte e agricultura de abastecimento.
<b>Cruz Alta</b>	33%	Pecuária de pequeno e médio porte e agricultura de abastecimento
<b>Alegrete</b>	42,4%	Pecuária de grande porte.
<b>Pelotas</b>	61%	Charqueadas
<b>Sertão de Pernambuco</b>	34,7%	Pecuária de pequeno e médio porte e agricultura.

**Fonte:** Versiani e Vergolino (2003); Araújo (2008); Farinatti (2006); Pinto (2012). 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

No geral da amostra de inventários trabalhada para Caçapava, encontramos um total de 640 homens, isso representava 60%. Por sua vez as mulheres escravas eram 432, representado 40% dessa população cativa. Já a razão de masculinidade (número de homens para 100 mulheres), entre os cativos era de 148. O exame desses dados nos sinaliza para uma hipótese geral, aqui, de uma presença não desprezível de africanos que chegava a 31% como pode ser visto na tabela 16. Para essa população estudada por meio dos inventários *post*

*mortem*, mostramos que a presença de homens era maior, os elementos que ligavam essa localidade com o tráfico podem nos auxiliar no entendimento dessa quantidade superior de homens escravos, pois estes eram mais procurados. No entanto, esses números de uma supremacia masculina tenderam a baixar seus valores na década de 1840, pois foi visto uma diminuição na presença de africanos, de tal forma, isso influenciou também na queda da masculinidade, pois estes elementos estão ligados, assim, são entendidos de forma conjunta. Assim sendo, isso nos mostrou que a década de 1840 foi um período em que as unidades produtivas não conseguiram adquirir escravos africanos como nos períodos anteriores. Como já afirmamos acima, talvez as guerras, o preço e o fim do tráfico, tenham sido os grandes vilões na manutenção das senzalas dos proprietários de cativos de Caçapava.

Dito isso, na tabela 17 apresentamos os índices de masculinidade e africanidade da população escrava de Caçapava, analisados em conjunto.

Tabela 17 – Taxas de africanidade e masculinidade, por naturalidade em Caçapava, 1821-1850

	<i>Número</i>	<i>%</i>	<i>Taxa de Masculinidade</i>
<i>Africanos</i>	179	31%	289
<i>Crioulos</i>	400	69%	96
<b><i>Total c/ ref.</i></b>	<b>579</b>	<b>100%</b>	<b>148</b>

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Total c/ ref. = Total com referência.

A alta taxa de masculinidade entre os africanos não é uma exclusividade de Caçapava sendo, ao contrário, uma característica estrutural do tráfico atlântico. Havia poucos escravos africanos na localidade, o total como verificamos na tabela 17 era de 179 escravos “de nação”. Destes, 133 eram homens e 46 mulheres, daí a masculinidade entre os mesmo chegando a 289 ou 74%, de fato os compradores preferiam escravos homens, isso era tanto mais marcante em uma região de predominância pecuária (FARINATTI, 2010). Para região do Bananal, no Vale do Paraíba cafeeiro, no ano de 1829, José Flávio Motta (1999) encontrou uma masculinidade entre os africanos de 282,2. A relação da masculinidade da população crioula foi apontada por Motta sendo, 98,8 ou 49,7%. E a razão da masculinidade total do Bananal foi de 218,6 ou 68,6%. Assim, parece haver uma constante na alta razão de masculinidade entre os africanos, mesmo em regiões com diferentes destinações econômicas, como era o caso da *plantation* e

da pequena pecuária. A diferença na razão geral de masculinidade, maior no primeiro caso, era causado por uma maior presença de africanos nas áreas de economia mais dinâmicas.

A razão de masculinidade era de 96 ou 49% entre os escravos crioulos de Caçapava, isso aponta um equilíbrio entre os sexos, com leve presença superioridade das mulheres em relação aos homens nessa população. A taxa de masculinidade total dos escravos era de 148, o que reforça o que colocamos anteriormente, que esta localidade tinha uma maior presença de escravos do sexo masculino, isso tendo como base os processos *post mortem*, para o recorte de 1821-1850. Assim, ainda que a presença de africanos não fosse majoritária, ela alcançava quês 1/3 da população escravizada em Caçapava e sua alta taxa de masculinidade era suficiente para virar a balança em favor da presença masculina na soma geral da população cativa da localidade.

### 3.3 – Senhores de Escravos e o Tamanho de seus Plantéis Segundo Sexo

Já verificamos alguns elementos da população escrava de Caçapava, estes por sua vez, nos dão indicativos de como esta era formada. Por exemplo, já apontamos as taxas de masculinidade entres os cativos tanto africanos quanto crioulos, como também a taxa africanidade da população cativa em geral. Ainda observamos as porcentagens de homens e mulheres ao longo do tempo. No entanto, ainda não averiguamos a relação entre a distribuição desta população escrava segundo o sexo e os tamanhos dos plantéis. Assim sendo, observamos na tabela 18 a seguir alguns destes elementos.

Tabela 18 – Distribuição de proprietário, escravos homens e mulheres por tamanho de plantel em Caçapava, (1821-1850)

<b>FTP</b>	<b>P</b>	<b>%</b>	<b>EH</b>	<b>%</b>	<b>EM</b>	<b>%</b>
<b>1 a 5</b>	72	55%	116	61%	74	39%
<b>Escravos</b>						
<b>6 a 9</b>	27	20%	101	50%	101	50%
<b>Escravos</b>						
<b>10 a 20</b>	22	18%	187	62%	113	38%
<b>escravos</b>						
<b>Mais de 20</b>	9	7%	236	62%	144	38%
<b>Escravos</b>						

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. FTP =Faixa do Tamanho dos Plantéis; P= Proprietários; H= Escravos Homens; M = Escravas Mulheres.

Em um primeiro momento no texto, (ver Tabela 13), abordamos apenas as três primeiras colunas que aqui aparecem novamente nesta tabela 18. De tal maneira, já sabíamos a quantidades de senhores de escravos e a soma de cativos para cada faixa de tamanho de plantel e as respectivas porcentagens. Porém, não havia sido feito uma divisão tendo como base a questão do sexo. Ou seja, agora vamos apontar o tamanho das escravarias e a quantidade de escravos com suas devidas porcentagens referentes ao sexo dos cativos.

Em uma primeira análise na tabela 18, percebe-se que, exceto a faixa que possui de 6 a 9 cativos, todas as outras faixas de tamanho de plantel, tiveram suas porcentagens com uma maior quantidade de homens, sempre sendo superiores a 60%. Encontramos para faixa de 1 a 5 cativos uma superioridade masculina de 61%, já a faixa de 10 a 20 escravos apontava para uma supremacia de homens que chegava a 62%. Por fim a última faixa, em que eram representados os senhores que possuíam mais de 20 cativos, a quantidade de homens chegava a 62%. Assim, a exceção foi a faixa com 6 a 9 escravos, nesta havia uma proporção de mulheres superiores as demais faixas, pois estas representavam 24% do plantel feminino. Porém o que ocorreu foi uma baixa no plantel masculino nesse recorte, isso proporcionou uma paridade de 50% de homens e 50% de mulheres para dita faixa. Assim, tendo como base as distintas faixas da tabela 18 podemos dizer que havia uma supremacia dos escravos do sexo masculino, e esta chegava a uma média de 60%.

A quantidade de homens escravos em Pelotas, considerando o trabalho de Natália Pinto (2012) sempre foi superior ao de mulheres escravas, isso tendo em vista as distintas faixas de tamanho de plantel. As porcentagens para Pelotas sempre foram superiores a 55% de homens em todas as (FTP). Os maiores escravistas chegaram a ter mais 73% de homens em suas senzalas. Já para a região do Bananal no ano de 1829, segundo José F. Motta (1999) a quantidade de homens sempre foi superior a 66%, chegando a atingir 74% de escravos do sexo masculino em um dos estratos de tamanho de faixa de plantel. Para Caçapava verificamos que as porcentagens não atingem patamares tão elevados, embora houvesse certa disparidade entre as diferentes faixas de tamanho de plantel.

Embora tenha uma maior predominância de proprietários de escravos na faixa de 1 a 5, na qual estes representavam 55%. No entanto, este estrato tinha pouco mais de 1/3 dos escravos arrolados. Por outro lado, a maior parte dos cativos estava concentrada nos nove senhores de escravos, estes representavam 7% em nossa análise. Estes proprietários de

escravos eram detentores de 37% dos cativos do sexo masculino e 33% das mulheres escravas, isso representa uma soma de 380 escravos, igual 35%. Havia 80 cativos a mais na faixa dos que tinham mais de vinte escravos em relação à faixa que possuía de 10 a 20 cativos. Visualiza-se que havia um padrão quase idêntico entre os sexos nas distintas faixas de tamanho de plantel, e em um caso a igualdade entre os sexos. Uma hipótese para esse fato, talvez esteja na modéstia da economia desta localidade, assim, não teria uma envergadura para buscar escravos do sexo masculino, principalmente africanos, pois o tráfico é a principal chave de tudo, no aumento da população escrava e no decréscimo da mesma. Além, dessa questão de uma dificuldade de buscar escravos no mercado, a guerra do Farrapos pode ser outro fator que pode explicar esse “quase equilíbrio” entre os sexos, quem sabe alguns escravos homens desta localidade tenha feito parte de tropas e morrido, de tal forma não entraram na avaliação.

No entanto, estes elementos anteriormente citados, que certamente dificultaram com que certos senhores adquirissem uma gama maior de cativos não foi um grande empecilho para que certo grupo tivesse uma ampla concentração de escravos. Isso é visualizado na esfera dos senhores de escravos que tinham mais de 20 cativos, esse seleto grupo conseguiu sempre manter médias semelhantes no decorrer das décadas, como pode ser visto na tabela 18. De tal forma, os nove senhores que compunham esse grupo ao longo do tempo, sempre tiveram médias elevadas de escravos.

Agora, com a análise da tabela 19, partiremos para uma verificação década por década, assim, isso nos permite uma visualização do aumento e decréscimo do tamanho das escravarias ao longo do tempo. No gráfico 4 verificamos este aumento de homens e mulheres durante o período analisado, porém, o mesmo gráfico não nos permite visualizar este processo dentro de cada faixa de tamanho de plantel. Vejamos a tabela abaixo;

Tabela 19 – Distribuição e porcentagem de proprietário, escravos homens e mulheres por tamanho de plantel em Caçapava, (1821-1850)

<b>Década de 20</b>				
<b>FTP</b>	<b>Proprietários</b>	<b>%</b>	<b>Escravos Homens</b>	<b>Escravas Mulheres</b>
<b>1 a 5</b>	14	56%	66%	34%
<b>6 a 9</b>	6	24%	53%	47%
<b>10 a 20</b>	4	16%	77%	23%
<b>Mais de 20</b>	1	4%	65%	35%
<b>Década de 30</b>				
<b>FTP</b>	<b>Proprietários</b>	<b>%</b>	<b>Escravos Homens</b>	<b>Escravas Mulheres</b>
<b>1 a 5</b>	36	63%	63%	37%
<b>6 a 9</b>	9	16%	42%	58%
<b>10 a 20</b>	8	14%	69%	31%
<b>Mais de 20</b>	4	7%	65%	35%
<b>Década de 40</b>				
<b>FTP</b>	<b>Proprietários</b>	<b>%</b>	<b>Escravos Homens</b>	<b>Escravas Mulheres</b>
<b>1 a 5</b>	22	45%	57%	43%
<b>6 a 9</b>	12	25%	54%	46%
<b>10 a 20</b>	10	22%	53%	47%
<b>Mais de 20</b>	4	8%	59%	41%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. FTP =Faixa do Tamanho dos Plantéis.

Anteriormente havíamos mencionado um aumento das médias de escravos na passagem da década de 1820 para a de 1830. Aqui o se visualiza é certa harmonia entres as décadas no que tange suas porcentagens. Em uma análise da década de 1830 com a de 1840, visualiza-se que houve em certas faixas de tamanho de plantel, uma diminuição, como a de 1 a 5 escravos. Em outras ocorre um acréscimo como a FTP de 10 a 20 escravos. Porém, o que percebemos de mais consistente é uma manutenção das escravarias de Caçapava. Em algumas faixas como mostramos na tabela 19, até ocorre uma pequena baixa no número de cativos segundo a sua porcentagem. Mas, ocorre sim um aumento de escravos no geral, como pode ser visto com as médias no gráfico 3.

Alguns dados que não estão na tabela 19 e que são referentes as médias de cativos também nos auxiliam em um melhor entendimento desse aumento dos escravos. Visualizando as médias dos escravos segundo o sexo, percebe-se que na década de 1820 era de 4 escravos

homens, que se manteve no período de 1830 e na década de 1840 chegaram a 5 cativos, estes dados nos indicam uma manutenção no plantel masculino com um leve aumento. Já média das mulheres escravas também sofreu um aumento, pois estas eram 2 escravas na dezena de 1820, passaram para 3 cativas na década de 1830 e aumentaram ainda mais no período seguinte de 1840 para 4 mulheres escravas.

Dito isso, verificamos que a população escrava de Caçapava na média geral tende a aumentar (ver gráfico 3). Como percebe-se nos dados anteriores, em que as mulheres aumentaram consideravelmente seu plantel, porém nunca superando os homens. Já havia sido mencionada anteriormente que existia uma superioridade de escravos homens nas três décadas aqui trabalhadas. Assim, a intenção de apresentar a tabela 19 era de verificar em quais faixas se dava este aumento. Dessa maneira, foi possível perceber que este acréscimo não se dava em apenas uma das faixas, mas sim em um todo. Claro, não podemos deixar considerar, por exemplo, a ampliação dos plantéis da faixa dos que tinham mais de 20 escravos, principalmente da na passagem da década de 1820 para a dezena de 1830.

De tal modo, nesse mesmo raciocínio em que apresentamos o aumento do plantel, porém, não verificaremos nas distintas faixas a presença de escravos segundo a suas origens, tanto africanos quanto crioulos e a relação segundo o sexo dos mesmos. Na tabela 20, expomos os dados referentes ao universo dos cativos tendo como ponto de partida a origem e o sexo destes. Mantivemos a coluna que aponta a quantidade de proprietários, isso para sempre relacionar porcentagem de escravos com seus devidos senhores. Assim sendo, a tabela abaixo nos aponta os seguintes dados:

Tabela 20 – Distribuição dos escravos homens e mulheres segundo o tamanho de plantel, (Caçapava 1821-1850)

FTP	P	Escravos Crioulos		Escravos Africanos		Escravos S/R		Total
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
<b>1 a 5</b>	72	17%	16%	16%	4%	29%	18%	100%
<b>6 a 9</b>	27	22%	32%	11%	7%	18%	10%	100%
<b>10 a 20</b>	22	19%	21%	10%	3%	31%	16%	100%
<b>Mais de 20</b>	9	17%	13%	14%	4%	31%	21%	100%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. FTP = Faixa do Tamanho dos Plantéis.

À primeira vista, as faixas de tamanho de plantel indicam uma relativa paridade entre os escravos com referência. No que se refere aos escravos crioulos girava entre 17% a 22% de homens e 13% a 32% de mulheres. A diferença na presença de cativos “de nação” entre as diferentes FTP girava entre 10 a 16% entre os escravos e de 3% a 7% para as escravas africanas. O que se refere aos cativos sem referência declarada visualiza-se que, entre as FTP estes oscilavam entre 18% a 31% entre os homens, e de 10% a 21% para as escravas mulheres sem referência.

Na primeira faixa 20% dos escravos eram africanos, sendo 16% de homens e 4% de mulheres. Este recorte mais aproximado nos revela uma configuração que chama bastante a atenção, pois uma parte dos pequenos proprietários de Caçapava também tinha acesso a mão de obra de escravos africanos. As cativas africanas não tiveram, em nenhuma das faixas, porcentagens superiores a 7%, o que demonstra uma busca diminuta por estas cativas.

Na segunda faixa de tamanho de plantel, em que temos de 6 a 9 escravos a quantidade de cativos africanos homens caiu, chegando a 11%, já as mulheres aumentaram para 7%. No estrato seguinte, de 10 a 20 escravos, neste encontramos 13% de africanos e 3% era a representatividade das mulheres africanas cativas. Por fim, o estrato que continha mais de 20 escravos às porcentagens de homens africanos ficou em 14% e as mulheres africanas em 4%. Percebe-se a importância dos cativos africanos, pois, pois embora suas porcentagens fossem as mais baixas em algumas faixas, a sua representatividade é fundamental para o entendimento da economia de vila de Caçapava, pois esta consegue manter um número razoável de africanos. De fato, isso é interessante, pois mostra que a proporção de homens africanos era semelhante em todas as faixas. Isso mostra que a importância da entrada de cativos via tráfico, e que esta, estava distribuída entre os vários estratos de senhores e não se restringia aos mais abastados.

No que tange à presença de escravos crioulos, estes em todas as faixas de tamanho de plantel tiveram sempre as suas porcentagem superiores aos cativos “de nação”, e em alguns estratos também tiveram maior representatividade em termos de percentual do que os escravos sem referência.

No primeiro estrato de 1 a 5 escravos da tabela, os crioulos estavam representados da seguinte forma, havia 17% de homens e 16% de mulheres, praticamente porcentagens iguais. Na segunda faixa, em que as escravarias variavam de 6 a 9 cativos, havia 22% de homens contra 32% de mulheres, uma diferença de 10% a mais de escravas. Já no estrato entre 10 e 20

escravos, 19% dos cativos eram homens e 21% mulheres, mais uma vez o índice de escravas foi maior. No geral, havia mais homens nessa faixa de 10 a 20 cativos, pois apenas as escravas crioulas e que superaram o número de homens. Na última faixa, em que estavam as maiores escravarias, visualizamos a seguinte configuração, havia 17% de escravos homens e 13% de cativas mulheres.

Por fim, as porcentagens de escravos sem referência das diferentes faixas ficaram da seguinte forma, havia no primeiro estrato de 1 a 5 cativos, 29% de homens e 18% de mulheres. Na segunda faixa de 6 a 9 cativos, esses valores caíram para 18% de homens e 10% de mulheres. Já no estrato de 10 a 20 escravos 31% dos cativos eram homens e 18% mulheres. Na faixa das escravarias que tinham para mais de 20 cativos, a representação destes era de 31% de escravos para 21% de escravas.

Estas porcentagens nos ajudam a entender a diversidade quanto às origens e os escravos que não tinham a mesma declarada para cada faixa de plantel. Porém, não podemos fazer um cruzamento analítico direto entre as mesmas, pois são estratos distintos, com unidades produtivas diversificadas, com uma maior utilização da mão de obra escrava e outras com menos. Isso sinaliza para uma aproximação com o tráfico do atlântico de algumas unidades produtivas. Também ficam bem visíveis as estruturas domésticas que mesclavam o trabalho familiar com a mão de obra escrava, pois a faixa que continha de 1 a 5 escravos para ter essas porcentagens não tão distantes das demais tinha uma maior quantidade de produtores, e estes deveriam ser membros da família.

Fazendo as médias de africanos para a faixa de plantel, verificamos que a de 1 a 5 possuía uma média de escravos africanos de 0,41. Para faixa seguinte os de 6 a 9 cativos tiveram uma média de 0,85 africanos. A penúltima faixa de tamanho de plantel de 10 a 20 escravos, observamos que estes tinham uma média de africanos igual a 1,36. Já para a faixa de mais de 20 escravos, esta possuía uma média de 5,7 cativos. Fica evidente que há uma grande disparidade entre os senhores no que se referem ao número médio de africanos nos planteis de cada faixa embora, o que é interessante, como vimos isso não ocorresse em termos de números proporcionais de africanos nessas faixas.

As unidades produtivas com uma maior envergadura econômica, com base na produção da pecuária, também eram detentoras das maiores escravarias, isso com certeza favoreciam estes senhores na hora de adquirir mais cativos “de nação”. Esse é outro aspecto que demonstra como essas unidades produtivas parecem realmente ter lógicas econômicas

diversas. Trataremos melhor deste cruzamento entre o tamanho do plantel e a quantidade de gado *vacum* mais a frente.

Essas médias nos ajudam a perceber que não se pode equiparar os percentuais de presença africana, nas diferentes FTP, de modo direto. A primeira faixa seria representada por muitos produtores sem escravos africanos e por alguns produtores com um cativo africano, possivelmente homem, mais uma mulher crioula e uma criança crioula. A última, por escravarias com mais de 20 cativos, onde o número de africanos rondava os 6 escravos, sendo acima da média geral. Ou seja, apesar dos percentuais serem semelhantes, a primeira parece indicar uma lógica em que a compra de escravos no mercado e a reprodução endógena se combinam para forjar uma força de trabalho auxiliar à família senhorial. Já a segunda, aponta para unidades produtivas provavelmente mais ligadas ao mercado, dedicadas à produção agrária em larga escala, com reiterado ingresso de cativos via tráfico atlântico. Estes dois perfis de estrutura agrária de pequena e de larga escala foram visualizados na documentação analisada.

As mulheres escravas africanas por sua vez, assim como os cativos africanos, nunca tiveram superioridade numérica quando comparados com os escravos crioulos. Esta desvantagem ainda é mais acentuada entre as mulheres. Aqui, visualizamos que em nenhuma das faixas as escravas africanas chegaram a somar a metade do total de escravas de cada recorte. O total de africanas era de 45 escravas, para 209 crioulas, respectivamente isso representa um universo feminino de 18 e 82%. Essa grande disparidade em termos percentuais, pode ser explicada pelo fato de haver uma busca maior de escravos africanos do sexo masculino, pois estes teriam a preferência dos senhores para serem usados no trabalho.

### **3.4 – Crianças, Homens e Velhos: a faixas etárias dos escravos de Caçapava**

Trabalhar com os dados mais completos nos permite compreender melhor uma sociedade do passado. Porém, nem sempre isso é possível, os inventários nos apresentam muitos elementos, mas, nem sempre contemplamos todos os pontos a serem analisados. Assim, ao examinar dados que nos propiciaram a construção da tabela 21, é perceber que do total de escravos que foram arrolados 1072, e que aqui apenas 701 apresentavam suas idades. Verificamos que isso representa 65% da população escrava, ou seja, mais da metade dos mesmos arrolados nos processos.

Foi possível de observamos que no tópico anterior, apontamos uma diferença considerável na divisão de sexo entre africanos e crioulos, em que Caçapava apresentava uma população escrava com uma maior predominância de escravos crioulos, e isso pode ser encarado com certa naturalidade, pois se tratava de uma economia baseada na pequena e média pecuária e produção agrícola de alimentos.

Escolhemos fazer três recortes de faixas etárias, de 0 a 14,<sup>31</sup> de 15 a 45 e de mais de 45 anos. Além disso, optamos em fazer uma análise das três décadas separadamente, por entendemos que ficaria mais clara a evolução etária nessa análise individual dos decênios. Essa primeira faixa pode ser chamada de faixa de escravos em idade ainda não produtivos ou pouco produtivos (ver nota 28). Em consonância com a posição corrente na historiografia, consideramos que o estrato que comporta as faixas etárias de 15 a 45 anos consistia no período mais produtivo dos escravos. Por sua vez, a última faixa etária, a dos escravos com mais de 45 anos, é o estrato em que os cativos estão transitando para o fim de seu ciclo produtivo. É claro que a historiografia referente a escravidão já apontou bons exemplos de escravos com mais de 45 anos terem um respaldo muito grande em suas senzalas, muito pelo seu ofício, o que muitas vezes elevaria seu preço (FARINATTI, 2011).

Na tabela a seguir apresentamos os valores totais de escravos segundo a sua faixa etária para todo o período em análise.

Tabela 21 – Estrutura Etária em Caçapava (1821-1850)

<b>Faixa Etária</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>
<b>0 -14</b>	255	36%
<b>15-45</b>	335	48%
<b>+de 45</b>	111	16%
<b>Total:</b>	701	100%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

A população escrava de Caçapava *post mortem* que foi arrolada nos inventários estava configurada da seguinte forma, 36% eram composta por crianças. Agora 48% dessa população estavam na faixa produtiva, com idades entre 15 a 45 anos, que na qual

<sup>31</sup> Aqui estamos tratando como faixa etária ainda não produtiva de 0 a 14 anos segundo Flávio Motta (1999, p. 175). No entanto, sabemos que o debate a cerca da idade e algo que não tem um denominador comum, pois em muitos casos consideram escravos adultos tendo por base a descrição do ofício. Aqui encontramos escravos com 9 anos e com ofício de campeiro, mas achamos mais adequado tratar este como faixa improdutiva ou criança.

encontramos os adultos. Por fim, havia 16% dessa população que eram velhos, com idades superiores a 45 anos.

Em um primeiro exame da tabela 21, pode ser noção do perfil da população escrava arrolada nos inventários: 36% eram jovens ou crianças, ou seja, teoricamente não teriam chegado a sua idade produtiva. Já 48% destes escravos, parcela maior, estavam na faixa intermediária e mais produtiva. Por fim, o índice de velhos era o menor dentre todas as faixas etárias, alcançando apenas 16% dos escravos inventariados em Caçapava, no período estudado.

Na tabela 22, elencamos alguns dados sobre as faixas etárias;

Tabela 22 – Estrutura Etária Segundo o Sexo em Caçapava, (1821-1850)

<b>Faixa Etária</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
<b>0 -14</b>	128	51%	127	49%
<b>15-45</b>	213	64%	122	36%
<b>Mais de 45</b>	74	67%	37	33%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Verifica-se que na primeira faixa de 0 a 14, a quantidade de total do sexo masculino era de 51% e para as mulheres era de 49%. Já a faixa dos escravos com idades produtivas, de 15 a 45 anos, encontramos 64% da representatividade dos homens nessa faixa, as mulheres representavam 36%. Para o estrato que teoricamente teriam passado já pelo seu período produtivo, os com idade superior a 45 anos, as mulheres representavam 33% e os homens 67%, assim, a porcentagem dos homens sempre foram superiores, tendo a maioria de homens escravos na faixa de 15 a 45 anos.

Percebe-se uma paridade na população escrava jovem, em contraposição a uma predominância masculina entre os adultos e os velhos, sem dúvida aí está uma influência do tráfico, talvez não apenas de africanos, mas também do ingresso de cativos crioulos via comércio interno. Esses seriam os fatores que “injetariam” homens nessa população escrava, de tal forma, essas são hipóteses que corroboram nossos dados com uma supremacia de cativos do sexo masculino. Enfim, essa diferença da presença dos sexos nas diferentes faixas etárias reforça a ideia da economia de Caçapava, no período tratado, como uma economia capaz de adquirir escravos regularmente através do mercado, ainda que em número reduzido. Ou seja, mostra o potencial escravista da produção pecuária e agrícola para o mercado interno, ainda que em uma região fora das grandes zonas pecuárias.

Para Cruz Alta Thiago Araújo (2008) encontrou dados semelhantes aos que analisamos aqui. Para o período de 1834 a 1849, Araújo apontou que havia 35% de escravos na faixa do 0 a 14 anos. Já para o estrato dos escravos produtivos Araújo apontou que havia 48%. E para faixa dos cativos com 46 anos ou mais, foi encontrado menos de 15% do plantel. Mais uma vez a região de Caçapava tem dados semelhantes com Cruz Alta.

Para a região do Agreste pernambucano no período de 1779 a 1849, Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino (2003) mostraram dados que achamos semelhantes aos nossos. Para faixa etária que tinha de 0 a 14 anos havia 35,5% dos cativos. O estrato que indicava idade produtiva dos escravos, estes autores utilizaram um recorte um pouco menos que o nosso, de 15 a 40, em que existiam 52,9% de cativos. Agora, na faixa dos que tinham mais de 41 anos, foi encontrada uma porcentagem de 11,8%.

Nesse mesmo artigo, os referidos autores abordaram dados referentes ao Sertão pernambucano, para o mesmo recorte temporal. Nessa região, os autores elencaram os seguintes dados referentes à demografia escrava. Na faixa que cabe 0 a 14 anos foram encontrado 42,2%, já no recorte seguinte, para os escravos com idade de 15 a 40 anos, os valores eram de 43,5%. Por fim, no estrato em que os escravos tinham mais de 41 anos, os autores encontraram 11,1%. Embora os recortes das faixas etárias criadas por Flávio Rabelo Versiani e José Raimundo O. Vergolino (2003), não sejam iguais as que aqui criamos, vale a comparação. Ainda mais por encontrar novamente nestas localidades elementos que se assemelham com os nossos. Esses dados nos mostram que Caçapava comprava mais africanos do que a região do Sertão de Pernambuco, que também tinha na pecuária sua base econômica. Talvez uma explicação mais plausível para esse fato, seja uma ligação com as charqueadas, que eram um mercado importante e com uma grande articulação comercial com o mercado interno e portos.

Os dados encontrados por Natália Pinto (2012) para Pelotas, mais uma vez mostram uma distancia econômica muito acentuada entre esse polo charqueador e as regiões de pecuária com modesta envergadura produtiva. Para faixa etária de 0 a 14 anos foi encontrado um total de 19%. Para a faixa produtiva, em que os escravos tinham idade de 15 a 49. Natália Pinto elaborou um recorte com quatro anos a mais, mas vale à comparação, a autora localizou 47%. Já para o estrato de escravos com mais de 50 anos, o percentual era de 34%. Os dados da região charqueadora nos mostram uma região com uma população cativa mais velha do que foi encontrada para Caçapava. Sobretudo, é impressionante o menor percentual de crianças, refletindo a intensidade da vinculação das diferentes regiões com tráfico de cativos.

Nesse primeiro momento, demonstramos os dados relacionados com os estratos etários da população escrava de Caçapava e comparamos com outras regiões, reforçando a ideia de que a vinculação com o tráfico de escravos e as características da população escrava sofria mais influência da destinação produtiva da região, bem como sua estatura econômica, do que de diferenças geográficas ou regionais. Agora em um segundo momento, iremos fazer algumas comparações entre as décadas estudadas. Para isso, desmembramos os dados da tabela 22 e criamos a tabela 23, assim, fizemos uma análise década por década:

Tabela 23 – Porcentagem por década da estrutura etária (Caçapava, 1821-1850)

Faixa Etária	Década de 20		Década de 30		Década de 40	
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%
<b>0 -14</b>	33	30%	75	34%	147	40%
<b>15-45</b>	61	54%	110	49%	164	45%
<b>+de 45</b>	18	16%	37	17%	56	15%
<b>Total:</b>	112	100%	222	100%	367	100%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

A porcentagem de escravos na faixa etária de 0 a 14 anos, teve um acréscimo no decorrer dos anos, este fato influenciou não somente nos dados desta faixa, mas também nos valores dos demais estratos. Conforme aumenta as somas do primeiro estrato, atribuímos esta sendo de uma reprodução endógena, isso vai acarretando em uma diminuição das porcentagens das demais faixas, como podemos notar no estrato dos adultos. Outro fator que também colabora para essa diminuição das porcentagens de escravos adultos são as baixas nas médias de escravos africanos, ou seja, ocorreu um declive no acesso a escravos africanos, este fato infere em uma redução de adultos. Assim, com uma menor entrada de africanos e um aumento nas natalidades visualiza-se essa proximidade nas porcentagens entre crianças e adultos na década de 1840. Já a faixa dos escravos velhos manteve-se estável no decorrer das três décadas.

Na sequência do texto, iremos analisar os dados referentes à presença de homens e mulheres na diferentes décadas, segundo a sua faixa etária, como está na tabela 24.

Tabela 24 – Estrutura Etária da população escrava analisado por década segundo o sexo (Caçapava, 1821-1850)

Faixas Etárias	Década de 20				Década de 30				Década de 40				Total	
	H	H%	M	M%	H	H%	M	M%	H	H%	M	M%	S	%
0 -14	16	49%	17	51%	37	49%	38	51%	75	52%	72	48%	255	36%
15-45	45	74%	16	26%	78	71%	32	29%	90	55%	74	45%	335	48%
+de 45	11	61%	7	39%	25	68%	12	32%	38	68%	18	32%	111	16%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. H= Homens; M= Mulheres e S= Soma.

No que se refere a primeira faixa etária, é importante notar que há pouca variação ao longo do período em estudo. Os dados percentuais variavam entre 49 e 51% nas duas primeiras décadas e 48 a 52% na década de 1840. O número de crianças do sexo masculino foi de 128, sendo total de 51%. Já as crianças do sexo feminino somaram 127, sendo 49%. Ou seja, como já tinha mencionado há uma grande proximidade no número total das crianças. Percebe-se que o tráfico afetava diretamente a população escrava, de fato as crianças foram a faixa menos afetada pelo tráfico, porque poucas são as crianças que entram pelo tráfico. A maioria delas nascia mesmo em Caçapava, por isso essa paridade nas porcentagens correspondentes as crianças, assim, isso também colabora para que as outras faixas apresentem desequilíbrio entre os sexos e igualmente por isso que elas apresentam maior variação ao longo das décadas.

Na segunda faixa, na qual entendemos como sendo a que compete às idades em condições produtivas, que seriam de 15 a 45 anos, para estas, encontramos uma supremacia masculina, esta variava entre 55 a 76%. Na primeira dezena os homens representavam 74%, na qual essa era a maior disparidade, as mulheres atingiram 26%. No período seguinte os escravos homens tinham 71% contra 29% das mulheres. Por fim, na década de 1840, os homens representavam 55% e as mulheres 45%, ou seja, a dezena de 1840 se mostra a que possui a maior paridade entre o sexo dos escravos. Quem sabe nesse período houve maiores dificuldades de comprar cativos de origem africana, o que se justificaria a aproximação entre numérica entre os sexos. Os efeitos da Guerra dos Farrapos também podem ser indicativos de uma baixa no plantel de cativos do sexo masculino, o que implicaria nessa quase paridade na década de 1840. Assim, nas três décadas a presença de homens sempre foi superior a das mulheres.

No caso destes adultos, há uma maior proporção de homens na primeira década, porque são os adultos que compõem a maior parte dos cativos que entra via tráfico, e a maior

parte dos traficados é homem. Esses percentuais se reduzem um pouco na década de 1830 e diminuem muito na década de 1840, tendendo ao equilíbrio. Isso é compatível com os dados que apresentamos sobre a africanidade, que mostra como diminui o percentual de africanos na década de 1840.

O último estrato que indica a população escrava com idade superior a 45 anos, foi encontrado um desequilíbrio a favor dos homens, este valor era de 61%. Na década de 1830 e 40 a quantidade de escravos homens era de 61% e 39% de mulheres, na dezena seguinte passou para 68% de homens e 32% de mulheres. Por sua vez, a masculinidade entre os velhos é alta na década de 1820, aumenta um pouco na década de 1830 e se mantém (ao contrário dos adultos) na década de 1840. Isso se dá, também, porque o tráfico traz poucos velhos, mas aqueles homens africanos adultos que haviam entrado nas décadas anteriores estavam se tornando velhos na década de 1840.

Até aqui, o que pode se deduzir a respeito da população escrava de Caçapava, é que esta era composta em sua maioria por homens em idade produtiva. Além disso, estes homens escravos eram em sua maioria crioulos, embora a presença de escravos “de nação” seja relevante. No entanto, a grande maioria dos cativos africanos estava concentrada nos grandes plantéis. Isso nos aponta para um acúmulo de poder econômico nas grandes unidades produtivas. Esses fatores ratificam o que foi apontado no capítulo 2, que apontou para uma pequena elite de grandes produtores concentrando a maioria dos recursos, ao lado de uma maioria de pequenas e médias unidades produtivas. Uma estrutura que parece ter sido comum às diversas regiões pecuárias do Rio Grande do Sul, e mesmo de outras áreas do Brasil e do Prata, nos séculos XVIII e XIX.

Por sua vez, no que tange universo feminino, estas foram encontradas em maior número na década de 1840, no entanto, nunca superando os homens. As escravas africanas tinham somas modestas, não superando 50 escravas, o que de fato sinaliza para algo comum na historiografia da escravidão, em que sempre buscou principalmente homens africanos.

Portanto, até aqui o que se pode dizer de Caçapava e, tendo como base os dados dos inventários, é que tratava-se de uma região de modesta economia pecuarista voltada para o mercado interno, nem por isso esse abdicou de ter uma base da sua mão de obra escrava. No próximo subcapítulo 3.5, apresentaremos os dados relacionados à posse de cativos com a do gado *vacum*, para termos uma maior dimensão de alguns elementos do universo social que constituía essa localidade.

### 3.5 – Criadores de gado *vacum* e seus escravos: a posse de escravos entre os pecuaristas

Até o momento, foi possível visualizar alguns elementos referentes às características dos proprietários de escravos e suas escravarias. Já no capítulo 2 apresentamos a estrutura agrária de Caçapava por meio dos inventários, no entanto, não havíamos ainda vinculado o plantel cativo com a principal atividade econômica desta localidade, ou seja, a estrutura de posse de escravos entre os criadores de gado *vacum*. Aqui, como no capítulo 2, consideramos criadores de gado não apenas os que tinham esta atividade como base econômica de sua unidade produtiva. Para efeito dessa análise, consideramos como criadores aqueles proprietários que tinham animais arrolados em seus processos *post mortem*. No caso, aqui fizemos uma análise em que cruzamos os dados referentes dos cativos e do gado *vacum*, pois este último era o principal rebanho arrolado nos inventários.

É claro que o conceito criador pode ser discutido, não sendo apenas um indicador de proprietários de gado bovino, mas também para aqueles que tinham outros animais como foi demonstrado no capítulo 1. Helen Osório (2006) quando trabalhou com uma relação de moradores para parte do Rio Grande do Sul, conseguiu identificar dados relativos à produção por meio de um número médio de animais e a própria declaração da ocupação de cada proprietário. De tal forma, a autora pode fazer distinções do tipo, quem eram os lavradores, criadores, criadores e lavradores ou mais lavoura do que criação. Assim, nos servimos dessa base de análise para a identificação das unidades produtivas, porém, para efeitos operativos, apenas nesta parte do trabalho chamaremos de criadores todos que tinham ao menos uma cabeça de gado *vacum*, independente de serem ou não a base econômica de sua unidade produtiva, isso apenas para esta análise que veremos na tabela 25 a seguir.

Tabela 25 – Porcentagem de inventários com escravos e gado *vacum* (Caçapava, 1821-1850)

	<i>1821-1830</i>	<i>1831-1840</i>	<i>1841-1850</i>	<i>Média</i>
<b>Rebanhos</b>	%	%	%	%
<b>Até -100</b>	80%	95%	92%	89%
<b>Reses</b>				
<b>101-500</b>	100%	72%	71%	81%
<b>Reses</b>				
<b>501-1.000</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Reses</b>				
<b>Mais de 1.000</b>	100%	100%	100%	100%
<b>Reses</b>				
<b>Total:</b>	92%	89%	85%	88%

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Em uma primeira análise da tabela 25, percebe-se o quanto a escravidão estava espalhada entre os criadores de gado *vacum*, não sendo uma exclusividade dos grandes pecuaristas, embora estes tivessem os maiores plantéis de cativos como veremos a seguir, assim como os rebanhos de maior monta, isso presente no capítulo 2. No período de 1821 a 1830, havia 92% de inventários que tinham escravos, este valor passa para 89% entre 1831 e 1840 e chega a 85% no momento entre 1841 a 1850, média de 88% de inventários com escravos e gado *vacum* para todo o recorte analisando.

Na primeira faixa na tabela 25, em que temos os criadores que tinham até 100 reses, visualizamos que estes produtores de pequena monta, que possuíam escravos, representavam para a década de 1820 dentro da distinta faixa nada menos de que 80% dos proprietários. Já para o período entre 1831 a 1840 o valor chegava a 95%. E para a década de 1840 a soma era de 92%, ou seja, a associação das atividades de mão de obra escrava com a pecuária de pequeno vulto era bem importante, pois caracterizava alguns elementos distintos com suas especificidades, isso segundo cada unidade produtiva desta localidade.

A média da faixa dos criadores que tinham até 100 cabeças de gado *vacum* era de 89%. Para Cruz Alta que tinha uma pecuária muito semelhante com a que encontramos em Caçapava, neste estrato dos que tinham até 100 cabeças de gado *vacum*, Thiago Araújo (2008) apontou para uma representatividade de 72,8%, possuidores de cativos, valores muito próximos do que encontramos aqui, mostrando similaridade no que tange à produção da pecuária e a disposição da mão de obra escrava.

No segundo estrato, em que encontramos os criadores que tinham de 101 a 500 reses, estes para a década de 1820, possuíam 100% escravos e gado *vacum*. Nas décadas de 1830 e 1840 os valores caíram respectivamente para 72% e 71%. Esta faixa foi o que teve a menor média, esta sendo 81%. Para Cruz Alto Araújo (2008) encontrou uma média pouco superior, chegando a 95%. Já em Alegrete, Farinatti (2005) em sua análise agrupou as duas primeiras faixas que aqui aparecem separadas, de tal modo ficando em até 500 cabeças de gado *vacum*. Dos proprietários que estavam inseridos neste grupo para a década de 1830 e 1840, os que possuíam escravos tinham as seguintes porcentagens respectivamente 67 e 88%. Vale lembrar que Alegrete possuía pecuária de grande vulto, diferente do que encontramos aqui. Mas todos os criadores das décadas de 1830 e 1840 que tinham mais de 2.000 reses possuíam cativos. De maneira semelhante, para Caçapava todo do recorte analisado, ou seja, de 1821 a 1850 que possuíam mais de 500 cabeças de gado *vacum* também tinham escravos. Para Cruz Alta,

Thiago Araújo (2008) demonstrou que todos os criadores com mais de 500 cabeças de reses tinha, escravos, isso para um período entre 1834 a 1879.

Deste modo, para Caçapava percebe-se que as porcentagens de criadores com escravos são sempre superiores a 70%, levando em consideração as faixas de análise, em algumas destas não baixam dos 100%, como visualizamos anteriormente, que era o caso dos estratos que continham mais de 500 reses, todos os proprietários possuíam escravos. De fato, a análise destes dados nos revela uma melhor compreensão desta estrutura de posse de escravos, em que estava disseminada pelos diferentes estratos sociais, sendo parte expressiva dos bens materiais, mesmo dos indivíduos situados nas camadas menos afortunadas (MATHEUS, 2012).

Outro ponto que é importante a ser abordado é as médias destes escravos segundo o tamanho dos rebanhos. Este dado nos auxiliará a ter uma melhor compreensão acerca da distribuição dos cativos nas unidades produtivas que tinham como base a pecuária. De tal forma, se a maioria dos escravos africanos estiver nos plantéis dos maiores criadores, fica mais claro que estes proprietários teriam condições para adquiri-los. A lógica é que seja isso, pois como pode ser visto na tabela 28, que apresentamos o tamanho de plantel, os africanos estavam em sua maioria nos grandes plantéis que eram dos criadores que possuíam para mais de 1.000 cabeças de gado *vacum*.

Tabela 26 – Posse de escravos e entre os criadores de Caçapava 1821-1850

<b>Rebanhos</b>	<b>Criadores</b>	<b>%</b>	<b>Escravos</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>
<b>Até -100 Reses</b>	39	36%	174	18%	4
<b>101-500 Reses</b>	34	31%	220	22%	6
<b>501-1.000 Reses</b>	15	14%	132	13%	9
<b>Mais de 1.000 Reses</b>	21	19%	468	47%	22
<b>Total:</b>	109	100%	994	100%	9

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

O primeiro ponto que chama atenção na tabela é concentração de criadores na faixa com até 100 reses, esta representava 36%. De fato, não é uma grande superioridade se comparada com o estrato seguinte, em que estão produtores que tinham de 101 a 500 reses,

esta equivalia a 31%. No entanto, podemos dizer que essas duas faixas são o espelho das unidades produtivas de Caçapava, quando fizemos a posse de escravos entre os criadores, estas duas tende a caracterizar este espaço geográfico, pois somadas chegam a 67% nessa análise. Porém a quantidade de escravos nestas duas faixas não passava dos 40%, sendo 18% para criadores que tinham até 100 cabeças de gado e 22% para que possuíssem rebanhos entre 101 a 500 reses. A média destes escravos eram respectivamente 4 e 6 cativos por proprietário, como pode ser visualizado na tabela 26. Natália Pinto (2012) ao trabalhar com os dados referentes aos criadores de gado *vacum* de Pelotas, região conhecida por possuir uma economia charqueadora, apontou que estes pecuaristas que tinham até 100 reses, era apresentavam uma média de 9 cativos. No que se refere aos criadores entre 101 e 500 reses, as médias de escravos entre os criadores era de 23 cativos (PINTO, 2012). Thiago Araújo (2008) por sua vez, encontrou para Cruz Alta, médias semelhantes a que visualizamos para Caçapava. Araújo apontou que no estrato dos criadores com até 100 reses havia 4,7 cativos, já para os que possuíam rebanhos *vacuns* entre 101 e 500 cabeças, a média era de 7,8 escravos. Vale lembrar que esta era uma região de produção pecuarista muito semelhante a que encontramos em Caçapava, com grande presença de unidades de pequeno porte econômico.

Cruzando estes dados da região pesquisada, com uma pecuária de grande vulto como era a de Alegrete, que foi trabalhada por Farinatti (2006) fica bem visível algumas semelhanças e disparidades entre estas unidades produtivas. De tal maneira, encontramos um maior número de pequenos produtores em Caçapava, como vimos anteriormente às médias de escravos entre Caçapava e Cruz Alta eram muito semelhantes. Agora, quando comparamos as médias de escravos presentes nas pequenas unidades produtivas de Caçapava com as de Alegrete, visualizamos que as deste estudo tendem a serem maiores. Para faixa que tinha até 100 reses Farinatti (2006) encontrou uma média de 3 cativos por proprietário, aqui como já vimos anteriormente era de 4 escravos, já para o estrato de 101 a 500 reses para Alegrete era de 5 cativos, para Caçapava 6 escravos. Aqui, visualiza-se uma semelhança entre as duas economias, isso no que tange a média de escravos entre os pecuaristas.

Quando comparamos os dados do estrato em que estão os criadores que tinham e 501 a 1.000 cabeças de gado, visualizamos certa harmonia dos dados que encontramos para Caçapava com os de Alegrete, respectivamente as médias eram de 9 e 8 cativos. Por outro lado, um pequeno distanciamento dos números que foram apresentados para Cruz Alta. Assim, aqui encontramos uma média de 9 escravos para faixa de 501 a 1.000, Farinatti (2006)

encontrou para Alegrete 8 cativos e para Cruz Alta Araújo (2008) apresentou uma média bem superior, tendo 13,2 escravos. De fato, a quantidade pequena de processos e a grande quantidade de escravos neles presentes fez com que aquela localidade tivesse esta média. Agora, quando cruzamos as médias de escravos dos criadores de Pelotas, percebemos um hiato. Segundo os dados apresentados por Natália Pinto (2012) as médias de para essa faixa de 501 a 1.000 era de 50 cativos.

Por fim, no estrato em que temos os maiores rebanhos, também encontramos as maiores médias de escravos. De tal modo, isso não é nenhuma novidade historiográfica, pois Farinatti (2006) e Araújo (2008) já demonstraram isso para as respectivas regiões de Alegrete e Cruz Alta. Para região da fronteira, onde estavam os maiores rebanhos de gado *vacum*, Farinatti (2006) destaca que havia 20 casos que os criadores possuíam mais de 2.000 cabeças de reses, estes eram os maiores pecuaristas de Alegrete. Como não fizemos uma subdivisão semelhante a qual Farinatti fez, que nesta consta além das faixas que aqui apresentamos, este autor aponta mais três faixas distintas, sendo (1.001 a 2.000 reses; 2.001 a 10.000 reses; mais de 10.000 reses), assim, reunimos estes três estratos em um só, com a sigla de *mais de 1.000 reses*, de tal maneira, isso facilitará na hora das devidas comparações.

Tabela 27 – Média de escravos entre os criadores das distintas localidades do Rio Grande de São Pedro, (século XIX)

<b>Rebanhos</b>	<b>Pelotas (1831-1850) Média de escravos</b>	<b>Alegrete (1831-1850) Média de escravos</b>	<b>Cruz Alta (1834-1879) Média de escravos</b>	<b>Caçapava (1821-1850) Média de escravos</b>
<b>Até -100 Reses</b>	9	3	4,7	4
<b>101-500 Reses</b>	23	5	7,8	6
<b>501-1.000 Reses</b>	50	8	13,2	9
<b>Mais de 1.000 reses</b>	34	57	18,1	22

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime. Farinatti 2006, p. 143; Araújo 2008, p. 42; Pinto 2012, p.53.

Assim, verificamos que para Alegrete, os maiores criadores de gado *vacum* também tinham as maiores médias de escravos. Dentro do recorte que compreende mais de 1.000

reses, havia em Alegrete segundo Farinatti (2006) uma média de 57 escravos. Em Cruz Alta, Araújo (2008) encontrou uma média de 18 cativos, aqui encontramos uma média de 22 escravos. Verifica-se uma média um pouco superior para Caçapava, isso se deu pelo fato de termos um número menor de grandes pecuaristas, Alegrete tinha uma média de 35 escravos para os quatro maiores criadores de gado *vacum*, este possuíam para mais de 10.000 reses, números extremamente elevados, mostrando o potencial daquela região no que tange as atividades da pecuária. A região pecuarista de Pelotas também tinha uma média bem elevada, embora não com o mesmo fôlego que no estrato dos que tinham 501 a 1.000, mas assim mesmo, sendo valores bem superiores a pecuária de pequena monta. Natália Pinto (2012) apresentou dados que nos levam a uma média de 34 escravos para os criadores que tinham para mais de 1.000 reses.

Como foi evidenciado na tabela 24, esse arranjo entorno das médias dos escravos para a região sul do Brasil nos aponta elementos característicos e específicos da cada região. Com exceção do estrato dos que tinham para mais de 1.000 reses, Pelotas tinha as maiores média, isso nos leva a confirmação de uma escravidão de grande monta, isso já identificado pela historiografia da escravidão. Estes elementos estavam muito ligados a questão da produção da carne seca, o que demanda uma grande quantidade de escravos para a região. Nesse mesmo pensamento, os dados para o estrato dos que tinham para mais de 1.000 reses em Alegrete, o município com a maior produção pecuarista da região. Não era por acaso que a média de escravos nessa faixa fosse de 57 cativos (FARINATTI, 2006). No que tange o restante do universo pecuarista, há certa semelhança nas médias, nas três cidades que tinham como certo das atenções essas atividades econômicas, o manejar o gado *vacum*.

Ao longo deste texto, sempre fizemos algumas colocações referentes à presença dos escravos africanos, de tal forma, sempre buscando uma melhor resposta para entender a presença destes escravos “de nação” nesta localidade. A mão de obra no século XIX não era algo tão simples de se conseguir. O chefe da unidade produtiva poderia até ter alguns agregados ou peões livres que o auxiliaria nas práticas econômicas de seu núcleo familiar. Porém, quando isso não ocorria, o jeito era utilizar a mão de obra cativo, assim, percebemos uma quantidade significativa de escravos africanos nos plantéis de Caçapava. Mas, como vimos no capítulo 1 e 2, essa região tinha como ponto forte no que tange sua economia, o manejo do gado *vacum*, ou seja, a pecuária bovina tinha muito destaque nesta localidade seguindo uma lógica econômica do Rio Grande do Sul no dado momento. Assim, algumas coisas ainda estavam em aberto como, por exemplo, em quais faixas de tamanho de plantel

estavam à maioria dos africanos, quando cruzamos a posse de escravos com os criadores de gado *vacum*. Na tabela 28, temos uma posse dos escravos africanos segundo os criadores de gado *vacum*.

Tabela 28 – Posse de Escravos Africanos entre os criadores (Caçapava, 1821-1850)

<b>Rebanhos</b>	<b>Criadores</b>	<b>Africanos</b>	<b>%</b>	<b>Média</b>
<b>Até -100 Reses</b>	39	25	15%	0,6
<b>101-500 reses</b>	34	35	21%	1
<b>501-1.000 reses</b>	15	26	16%	2
<b>Mais de 1.000 reses</b>	21	81	48%	4
<b>Total:</b>	109	167	100%	1

**Fonte:** 148 inventários *post mortem* de Caçapava, 1821-1850. Cartório de Órfãos e Ausentes, Cível e Crime.

Em uma primeira análise, percebe-se que havia uma presença considerável de escravos africanos em todas as faixas de plantel, havendo certa paridade em valores entre alguns estratos. Estes números totais de africanos nos indicam que as unidades produtivas mais modestas também se conectavam de alguma forma com o tráfico do atlântico. Anteriormente, mostramos que haviam sido arrolados nos processos analisados 179 escravos africanos, destes 167 estavam ligados as a pecuária, ou seja, 93% estavam inseridos em alguma unidade produtiva que tinha ao menos uma cabeça de gado *vacum*. Nesta linha de pensamento, havia 15% de escravos africanos na faixa que tinha até 100 reses, com uma média de menos de um cativo, sendo 0,6. Já para faixa de 101 a 500 reses, esta representava 21%, tendo a média de 1 cativo por unidade produtiva. Para Alegrete, Farinatti (2006) encontrou para os criadores que tinham até 500 reses 29,1% com escravos africanos. No estrato de 501 a 1.000 reses, os escravos africanos representavam 16%, com uma média de 2 cativos por inventário. Percebe-se um acréscimo gradativo da presença de escravos africanos conforme vai aumentando o número de reses, com isso, verifica-se que na faixa dos criadores que tinham mais de 1.000 cabeças de gado *vacum*, os cativos “de nação” destas tinham uma representatividade de 48%, sendo que sua média era de 4 cativos. Para os estratos com maiores cifras de gado *vacum*, Farinatti (2006) demonstrou que nas faixas de 501 a 2.000 e para mais de 2.000 reses havia representatividade de escravos africanos respectivamente de 32,3 e 52,4%.

As porcentagens de africanos para região de pecuária de grande vulto eram mais expressivas, sinalizando o que já se pensava, uma região que tinha cabedal econômico

superior ao que encontramos para Caçapava, de tal maneira, teria maiores condições de buscar escravos “de nação” (FARINATTI, 2010). Por outro lado, os valores que esta vila de Caçapava mostrou ao longo deste trabalho e aqui quando relacionamos os cativos africanos com os criadores de gado, mostra que a maior quantidade de escravos nação estava em posse dos maiores pecuaristas. Isso era uma tônica não somente desta localidade, mas também foi visto tanto em Alegrete por Farinatti (2006, 2010) quanto para Cruz Alto, sinalizado por Araújo (2008).

Acreditamos que os dados apresentados aqui podem contribuir para o entendimento do mundo agrário de parte do século XIX, especificamente para a região estudada. Esta, até então não tinha um trabalho com essa pretensão e com esse cunho documental, buscando um melhor entendimento dos agentes negligenciados por uma historiografia tradicional. Tivemos um alinhamento com obras de Osório (2007), Farinatti (2006; 2010) e Araújo (2008). Nossa pesquisa mostrou elementos novos no que tange sua localidade, de tal forma, veio a corroborar o que já estava sendo demonstrado por estes historiadores anteriormente citados, que o sul do Brasil, em hipótese alguma era um lugar de apenas estancieiros e peões, mas sim, um mundo de pequenos e médios criadores.

## CONCLUSÃO

Até o presente trabalho, Caçapava tinha apenas uma pesquisa de cunho acadêmico que tratava do caráter escravista da localidade. Esta pesquisa foi realizada por Bruno Moraes (2008), seu trabalho contemplava a segunda metade do século XIX. De resto, as obras de memorialistas já citados anteriormente, que não tiveram a pretensão de tratar dos temas ligados a escravidão e a estrutura agrária. Assim, escolhemos trabalhar com os elementos ligados a escravidão e estrutura agrária desta localidade. Com isso, acreditamos que contribuímos para um melhor entendimento do mundo rural no sul do Brasil oitocentista, o foco do exame, foi uma região de pequeno porte econômico, porém com uma relevante presença da mão de obra escrava. Os anos que esta pesquisa examinou foram de 1821 a 1850.

Quando realizamos a análise referente à economia brasileira de meados do XIX, retomamos uma já consolidada tradição historiográfica, que vem mostrando que o mundo colonial e oitocentista não se resumia apenas à grande *plantation* de exportação com base na mão de obra escrava. É evidente que esta produção voltada para o Atlântico era capaz de angariar muitos recursos para seus comerciantes. No entanto, havia também uma economia interna que conseguia acumular de modo endógeno, formando um *capital mercantil residente* (FRAGOSO, 1998), e que era de grande importância para determinadas regiões, pois este pecúlio possibilitava a compra de escravos africanos para servir de mão de obra. Mesmo nos extremos desse circuito, e ainda que de forma limitada, havia a capacidade de regiões que tinha um foco econômico votado para o mercado interno, estarem conectadas com o tráfico de cativos via atlântico, como era o caso de Caçapava.

Essa capacidade foi evidenciada ao trabalharmos com os inventários *post mortem* de Caçapava, fonte que nos permite análises do tipo serial, pois se trata de um documento que se repete ao longo do tempo com características similares e com dados que podem ser quantificados. A análise destes dados nos permitiu fazer algumas abordagens referentes ao cenário agrário do século XIX de tal localidade. O estudo com este tipo de fonte nos abriu um leque de possibilidades e objetos para serem analisados, das quais escolhemos focar em duas: a base econômica de localidade e a presença escrava.

Por meio desta investigação, encontramos elementos que sinalizavam para a existência de uma sociedade agrária composta não apenas por uma elite local, tão pouco era um o binômio estancieiro e peão, havia um contingente escravo bem maior do que o pensado para uma região de pequena produção. Sociedade esta marcada pela pequena e média unidade

produtiva, tendo em muitos casos a mescla entre a pecuária e agricultura de subsistência, com maior destaque para a primeira. Entendemos que a análise do patrimônio contido nos inventários *post mortem* permitiu elucidar melhor os agentes formadores deste contexto social, no qual discutimos, entre outras coisas, a presença da escravidão no cenário agrário de Caçapava.

Nosso foco inicialmente era de apontar elementos referentes à escravidão, tal fato foi demonstrado por meio dos processos *post mortem*, isso nos possibilitou a reconstrução da estrutura de posse dos cativos no município analisado. Estes dados foram elaborados e discutidos, estando presentes no terceiro capítulo desta dissertação. No entanto, a análise dos inventários nos propiciou abordar outros elementos formadores do cenário agrário que não se limitava a esta localidade. Esta era uma região formada por uma economia rural, havendo uma predominância nas atividades pecuaristas, as quais propiciavam a formação de hierarquias entre os criadores de gado *vacum*. Assim, a investigação documental sinalizou para uma população com características basicamente rurais.

Esta configuração foi um processo lento iniciado em finais do século XVIII e início do XIX ao qual, a região sul passou por algumas mudanças em sua estrutura econômica. O comércio dos couros foi perdendo seu caráter de importância econômica, sendo ocupado pela indústria charqueadora. Esse novo desenho econômico fez com que houvesse um grande e promissor comércio interno entre os criadores de gado *vacum* e charqueadores. Algumas regiões tiveram grande destaque na pecuária, como é o caso de Alegrete, que figurava como a principal localidade detentora dos maiores rebanhos bovinos, conseqüentemente era uma área de grandes criadores (FARINATTI, 2010). Caçapava por sua vez, não tinha toda a grandeza e pompa da pecuária alegretense, no que tange à quantidade de reses por estabelecimento e à proporção de grandes estâncias na paisagem agrária, todavia, era uma localidade que assentava-se, também, sobre uma economia pecuarista, ainda que de vulto modesto. Certamente, essa base econômica fez gerar pecúlio para que esta localidade figurasse entre as regiões que buscavam abastecimento de escravos pelo tráfico atlântico. Certamente, estes cativos que vieram de além-mar, alteravam os padrões da população escrava de Caçapava.

Portanto, a visão da campanha sul rio-grandense por parte de uma historiografia tradicional, referia que a região sul em sua grande maioria era detentora de uma área de pecuária de grande monta, isso não se confirmou para todo o sul. Essa pesquisa se soma aos trabalhos de uma historiografia que abordou as questões agrárias sulinas. Estas pesquisas sinalizaram para uma grande diversidade nas práticas ligadas a agricultura e ao manejo do

gado *vacum*, contrapondo a visão tradicional tivemos os trabalhos já citados (ZARTH, 2002; OSÓRIO, 2007; FARINATTI 1999, 2010; ARAÚJO, 2008). De fato, esta lida não era exercida apenas por uma elite agrária, a configuração do sul do Brasil era em sua grande maioria formada por unidades produtivas de média e pequena escala, tendo que alternar entre o manejo com o gado e a produção de alimentos, isso com o trabalho escravo.

Para região de Caçapava não foi diferente, encontramos uma elite agrária que era detentora de grande parte dos meios produtivos da região, porém, esta era apenas uma pequena parcela de criadores que representava apenas 7% em nossa análise, 75% das unidades produtivas eram de pequeno e médio porte. Assim, com os dados apresentados dessa localidade, nos mostra que esta região do sul do Brasil se configura como área mais complexa. Esta era a realidade do sul do Brasil, além dos grandes estabelecimentos produtivos, havia em sua grande maioria, pequenas e médias unidades produtivas, como já havia sido mostrado por Osório (2007), Farinatti (2010), Araújo (2008).

Logo, conseguimos averiguar algumas semelhanças com outras regiões do sul do Brasil, principalmente no que diz respeito a sua produção pecuarista e a mão de obra escrava nela presente, variando entre as distintas localidades o tamanho da envergadura econômica. De fato, a ideia de que a vinculação desta localidade com o tráfico de escravos, e as características da população escrava sofreu mais influência da destinação produtiva da região, bem como sua estatura econômica, do que de diferenças geográficas ou regionais existentes nessa região. Essa configuração afetou diretamente as características da população escrava da localidade.

Outro elemento averiguado e, já esperado, foi que a grande maioria da mão de obra escrava, estava nas senzalas dos grandes pecuaristas, embora essa fosse uma sociedade extremamente escravocrata, onde 92% dos inventariados possuíam escravos. Estes números caracterizam as unidades produtivas de Caçapava como dependente da mão de obra cativa. Acreditamos que, para a maioria das unidades domésticas, fosse mais fácil adquirir no mínimo um escravo do que pagar pelo serviço de peões livres.

Acreditamos que os cativos africanos sofreram uma redução ao longo do tempo devido também a fatores econômicos, pois é um período anterior a Lei de Terras de 1850. Este fato fez com que ocorreu um interessante quadro, em que a ampliação da propriedade escrava se combina com o que chamamos de *crioulização do plantel*, creditamos isso ao fato de termos encontrado nas análises uma ampliação no percentual de crianças, apontando claramente para

a importância da reprodução endógena, fator que colaborou para um aumento nas médias e uma expansão dos cativos crioulos.

Por fim, visualiza-se que a região agrária de Caçapava tinha um contingente não desprezível de escravos, como pode ser percebido no capítulo 3. Note-se que esta população cativa estava distribuída nas diversas unidades produtivas da localidade, não sendo uma exclusividade dos mais abastados. Essa população escrava encontrada nos inventários tinha em sua grande maioria, suas idades na faixa produtiva de 15 - 45, tendo na figura masculina sua maior representatividade chegando a sempre superior a 55%. Este dado nos indica o quanto o tráfico de escravos podia ter distintas regiões conectadas ao mesmo tempo.

Ainda, pudemos verificar a semelhança dos padrões estruturais referentes à população cativa e sua distribuição nas unidades produtivas entre Caçapava e regiões que tinham perfil agrário semelhante, como Cruz Alta, no norte da província do Rio Grande do Sul, e o Agreste pernambucano. Em menor grau, semelhanças também foram encontradas com regiões de pecuária de maior escala (Alegrete) ou ainda mais modestas que Caçapava (Sertão de Pernambuco). Esses fatores reforçam a conexão entre o trabalho escravo e a pecuária, reiterando a percepção de que esse tipo de mão de obra ocupava posição estrutural e não fortuito ou ocasional nas atividades pecuárias destinadas ao mercado interno brasileiro.

Assim sendo, nosso trabalho procurou apontar elementos de uma sociedade rural, e isso foi feito. De fato, os inventários serviram para a proposta de análise que escolhemos, acreditamos que muito ainda pode ser pesquisado nessa região e no mesmo recorte temporal, claro que com a empregabilidade de uma gama maior de fontes e se utilizando quem sabe do método de redução da escala de análise. Assim, certamente teremos um aprofundamento nas análises e avançaremos no entendimento do mundo agrário do século XIX no sul do Brasil.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias:

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Inventários *post-mortem* do município de Caçapava do Sul, do período de 1821 a 1850.

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRs), Autoridades Militares, Sargento mor e Ajudante de Ordens José Inácio da Silva; Caixa 1, Maço 2, Pasta nº 2 doc. 10, ano 1802.

Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRs), Autoridades Militares, Tenente-Coronel Manoel Marques de Souza, Caixa 1, Maço 2, Pasta nº 2 doc. 14, ano 1802.

### Fontes primárias publicadas em livro:

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1961.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RS. **De província de São Pedro a Estado do rio Grande do Sul – Censos (1803-1950)**. Porto Alegre: FEE, 1981.

HÖRMEYER, Joseph. **O Rio grande do Sul de 1850**: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional. Porto Alegre: EDUNI-SUL 1986.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.

### Bibliografia final:

ABRÃO, Nicolau da Silveira. **História do Município de Caçapava do Sul**. Martins Livreiro. 3ª ed. Porto Alegre, 1992.

\_\_\_\_\_, Nicolau S. CASSOL, Arnaldo Luiz. **Caçapava Capital Farroupilha**. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1985.

\_\_\_\_\_, Nicolau S. CASSOL, Arnaldo Luiz. **História Administrativa, Legislativa e Política de Caçapava do Sul: 1831-1988**. Martins Livreiro. Porto Alegre, 1988.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade**: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio grande do Sul, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado)

BARROS, D'Assunção José. **História, Região e Espacialidade**. Revista de História Regional, 2005.

BERUTE, Gabriel do Santos. **Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825**. Porto Alegre: UFRGS- PPGH, 2006 (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. **Mercadorias, rotas e agentes mercantis: O movimento da barra do porto de Rio Grande (primeira metade do século XIX)**. Blogue de História Lusófana: ano VI, Janeiro 2011a.

\_\_\_\_\_. **Atividades Mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808 – 1850)**. Porto Alegre: UFRGS- PPGH, 2011b. (Tese de Doutorado).

BARICKMAN, Bert. **Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2003a.

\_\_\_\_\_. **Se a Casa Grande Não Fosse Tão Grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835**. *Afro-Ásia*, 29/30, 79-132. 2003b.

BARTH, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas**. Contra Capa Livraria: Rio de Janeiro, 2000.

BLOCH, Marc. **Les Caracteres Originaux de L'Historie Rurale Française**. Paris: Armand, 1968.

\_\_\_\_\_. **Apologia da História** ou o Ofício de ser historiador. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2002.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: A Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Clio Livros: Passo Fundo-RS, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Primeira edição de 1962).

\_\_\_\_\_. **A economia do Brasil Meridional**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, “O Brasil Monárquico”. Vol. 04, “Dispersão e Unidade”. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, pp. 540-554.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. PETROPÓLIS: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **El modo de producción esclavista colonial en América**. In: Assadourian, Carlos *et alii*, *Modos de producción en América Latina*. 3ª ed. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 40, p. 193-242, 1975.

CASTRO, Hebe Maria Mattos. **Ao Sul da História: lavradores podres na crise do trabalho escravo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. **“Entre a solidariedade e a animosidade”:** os conflitos e as relações interétnicas populares, Santa Maria – 1885 a 1915. São Leopoldo, RS: UNISINOS, PPGH, 2005, (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, André Nascimento do. **Roceiros, campeiros e domadores:** o ofício do trabalho escravo na Vila de Caçapava (1831-1839). Revista Latino-Americana de História. Vol. 1, nº. 3. São Leopoldo. Março de 2012. Edição Especial – Lugares da História do Trabalho.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. **Os Municípios do Rio Grande do Sul:** Informações históricas, sócio-econômicas e políticas. Corag: Porto Alegre, 1985.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1998.

FARINATTI, Luís A. **Sobre as Cinzas da Mata Virgem:** Lavradores Nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880). Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação, Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul instituto de Filosofia e Ciências Humanas Curso de Pós-Graduação em História.

\_\_\_\_\_. **Confins Meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Editora UFSM. Santa Maria, 2010.

\_\_\_\_\_. **Um Campo de Possibilidades:** notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul – século XIX). História – Unisinos. São Leopoldo: v. 8, agosto-dezembro de 2003, pp. 253-276.

\_\_\_\_\_. **Para além de estancieiros e colonos:** o Rio Grande do Sul rural dos oitocentos e os lavradores nacionais. In: QUEVEDO, Julio (Org.). *Historiadores do Novo Século.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **Criadores de Gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870).** Anais das II Jornadas de História Regional Comparada, Porto Alegre: CD-ROM, 2005.

\_\_\_\_\_. **Escravidão e pecuária na fronteira sul do Brasil:** primeiras notas de pesquisa (Alegrete, 1831-1850). Anais do II Encontro de Pós-Graduação em História Econômica da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Niterói: (ABPHE), CD-ROM, 2004.

\_\_\_\_\_. **Escravos nas estâncias e nos campos:** escravidão e trabalho na Campanha Rio-grandense (1831-1870). CD-ROM [do] VI Congresso Brasileiro de História Econômica. Conservatória (RJ): 2005.

\_\_\_\_\_. **Escravos do Pastoreio:** Pecuária e escravidão na fronteira meridional do Brasil (Alegrete, 1831-1850). Revista Ciência e Ambiente, n. 33 (jul/dez, 2006) Santa Maria: UFSM, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os Senhores de Japejú:** famílias, dotes e estâncias na fronteira meridional do Brasil (século XIX). In. : **Fronteiras Americanas:** teoria e práticas de pesquisa. (org.) GUAZZELLI, Cesar; Flores, Mariana; AVILA, Arthur. Ed. Suliani Letras & Vida. Porto Alegre, 2009.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras:** uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_; GÓES, José Roberto. **A paz nas senzalas:** famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONTELLA, Leandro Goya. **Terra Vermelha, Braços Negros:** relações escravistas no espaço oriental missionário (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1829 – 1859). Porto Alegre: PPG/UFRGS, 2012. (Qualificação de Mestrado).

FORTES, João Borges. **Os casais Açorianos:** presença lusa na formação sul-rio-grandense. Porto Alegre: Martins livreiro, 1978. (Primeira edição de 1932).

FRAGOSO, João. PITZER, Renato. **Barões, Homens Livres Pobres e Escravos:** Nota sobre uma fonte múltipla – inventário *post-mortem*. In.: Revista Arrabaldes. Ano I, nº2, set/dez. 1988.

FRAGOSO, João. **Principais da Terra, Escravos e a República:** O desenho da paisagem agrária do Rio de Janeiro seiscentista. In.: Revista Ciência & Ambiente, UFSM Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Império Escravista e a República dos Plantadores. Economia brasileira no século XIX:** mais do que uma *plantation* escravista exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (org). **História Geral do Brasil.** 9ª. ed. Rio de Janeiro: Campuns, 2000, pp. 144-184.

\_\_\_\_\_. **Homens de Grossa Aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830), 2ª. ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, J. FLORENTINO, M. **O Arcaísmo como Projeto:** Mercado atlântico, sociedade agrária e elite em uma economia colonial tardia Rio de Janeiro, 1790 – c. 1840. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2001.

FRAGOSO, J; BICALHO, M. F. (orgs.); GOUVÊA, M. de F.. **O Antigo Regime nos trópicos:** a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FELIZARDO, Julia Netto. **Evolução Administrativa do RS.** Porto Alegre: Governo do RS, s/d.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo pastoril.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**: as origens da família patriarcal brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1987.

FURTATO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15ª ed. Cia. Editora Nacional, 1977.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da História**: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GARAVAGLIA, Juan C. **Pastores y Labradores de Buenos Aires**: una historia agraria de la campaña bonaerense (1700-1830). Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O Domínio da Terra**: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

GELMAN, Jorge. **Campesinos y estancieros**. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GIL, Tiago Luís. **Infiéis Transgressores**: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e Rio Pardo (1760 -1810). Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2007.

GRIMSON, Alejandro. **Fronteras, estados e identificaciones en el Cono Sur**. *En libro: Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. Daniel Mato. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. pp. 127-142.

GUAZZELLI, César Augusto Barcelos. **O horizonte da província**: a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Rio de Janeiro: RFRJ, 1998. (Tese de Doutorado).

GOUBERT, Pierre. **Cen Mille Provinciaux au XVII siècle**: Bouvais et le Bouvaisis de 1600 a 1730. Paris: Flammarion, 1968.

GOULART, Jorge Salis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. 2ªed. Edição da Livraria do Globo. Porto Alegre, 1933.

HAMAISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago. **Fazer-se Elite no Extremo-Sul do Estado do Brasil**: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: . FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antonio. (Orgs.) **Conquistadores e Negociantes**: História de elites no antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2007.

LAYTANO, Dante. **Origem da Propriedade Privada**: em fronteira brasileira dos séculos XVIII e XIX. Martins Livreiro. Porto Alegre 1983.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. Símbolo. São Paulo, 1979.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LINHARES, M. Y. **História Agrária**. IN: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. RJ: Elsevier, 1997.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. **Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX**. Estudos Econômicos, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211-21, 1983.

LUNA, Francisco Vidal. **Estrutura de Posse de Escravos e Atividades Produtivas em Jacareí (1777 a 1829)**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, (28): 23-35, 1988.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho**. Porto Alegre: EDUCS, 1984.

\_\_\_\_\_, Mário J. **Deus é Grande, o Mato é Maior!** História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

MARTINS, Roberto Borges. **Minas Gerais, Século XIX: tráfico e o apego à escravidão numa economia não-exportadora**. Estudos econômicas, 13(1), São Paulo, Fipe/USP, 1983.

MATHEUS, Marcelo S. **Alforrias em Alegrete (1832-1871)**. Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de História - Área das Ciências Humanas, do Centro Universitário Franciscano, como requisito parcial para aprovação no Curso de História. Santa Maria; 2009.

\_\_\_\_\_. **Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforrias no extremo sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2012.

MORAES, Bruno. **Os Sentidos da Liberdade: o processo de manumissões em Caçapava do Sul (1850 – 1888)**. Monografia de Final de Curso da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de ciências Sociais e Humanas Curso de História: Santa Maria, 2008.

MORAES, María Inés. **La Ocupación Del Espacio y la formación de paisajes agrárias em Uruguay**. Revista Ciência & Ambiente. Nº 33, Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

MOREIRA, Paulo Staudt. **Faces da liberdade, máscaras do cativo**. Experiências de liberdade e escravidão percebidas através das cartas de alforria – Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: Arquivo Público do Estado, EDIPUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. **Justificando O Cativo**: A cultura de resistência escrava. In: PICCOLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira. (dir.) **Império** (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) vol. II. Passo Fundo; Méritos, 2006.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A Estalagem e o Império**. Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831). San Pablo, HUCITEC, 2009, pp. 110-165.

MOTTA, José F. **Corpos Escravos Vontades Livres**: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: Annablume, 1999.

NEUMANN, Eduardo Santos. **A Fronteira Tripartida**: a formação do continente do Rio Grande – século XVIII. In.: GRIJÓ, Luiz Alberto; KÜHN, Fábio. (Org.) **Capítulos da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: HCITEC, 1983.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. **De Manoel Congo a Manoel de Paula**: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais (meados do século XIX). São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Império Português ao Sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 26ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. 46ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

PERUSSATO, K. Melina. **Como se de ventre livre nascesse**: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão - Rio Pardo/RS, c. 1860 - c. 1888. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Mercado Aberto. Porto Alegre, 1980.

\_\_\_\_\_, Sandra Jatahy. **Uma Certa Revolução Farroupilha**. In. : **O Brasil Imperial**. Volume II – 1831-1870. (Org.) GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PETIZ, Silmei S. **Caminhos Cruzados**: famílias e estratégias escravas na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2009. Tese (Doutorado).

PINTO, Natália. **A Benção Compadre**: Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História São Leopoldo, 2012. (Dissertação de Mestrado).

REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade**. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RATTO, Silvia. **Rompecabezas para armar: El estudio de La vida cotidiana em um âmbito fronterizo.** In. : *Memoria Americana*, n. 13, 2005, pp. 179-207.

RIBEIRO, José Iran. **Levantar um Gigante em Crescimento: a mobilização do exército imperial brasileiro para a Guerra dos Farrapos.** Texto inédito.

\_\_\_\_\_. **Quando o Serviço os Chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845).** Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. **A Aldeia de Santa Maria: Guaranis missionários no extremo Sul do Brasil (1814-1822).** Trabalho de final de Graduação apresentado no Curso de História do Centro Universitário Franciscano, 2010.

RUBERT, Arlindo. **As Freguesias de Caçapava e de Santaninha.** Canoas: La Salle, 1956.

SANTOS, Corcino **Medeiros dos. Economia e Sociedade do Rio Grande do Sul: Século XVIII.** Editora Nacional. São Paulo, 1984.

SCHERER, Jovani de Souza. **Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, séc. XIX.** São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Elmar Manique. **Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890).** In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (ORG.). **RS: Economia e Política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, pp. 55-92.

SLENES, Robert. **Na Senzala, Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava no sudeste do Brasil, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TEIXEIRA, Luana. **Muito mais que Senhores e Escravos: relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paula de Cima da Serra, RS, 1850-1871).** Florianópolis: PPGH/UFSC, 2008. (Dissertação de Mestrado)

TOLMASQUIM, Mauricio Tiommo. **O Brasil e o Ciclo de Kondratieff e o Julgar segundo a obra de Ignácio Rangel.** *Revista de Economia Política*, vol, 11 n.º 4 (44), outubro-dezembro: 1991.

TORRES, Euclides. **Farrapos & Sabinos.** JÁ Editora. Porto Alegre, 2011.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e Caçadores: a origem da lei negra.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto. **A Fronteira Manejada**: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio. (org.) **Experiências Nacionais, Temas Transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. **A criminalidade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul (1845-1889)**. Artigo apresentado no IX Encontro Estadual de História Vestígios do Passado, 2008.

TURNER, Frederick Jackson. **O Significado da Fronteira no Oeste Americano**. In: KNAUSS, Paulo (org). **Oeste Americano: 4 ensaios de História dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner**. Niterói: EDUFF, 2004.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Editora UFSM: Santa Maria, 2010.

\_\_\_\_\_. **Das charqueadas para os cafezais?** o comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. Artigo apresentado no V encontro de Escravidão e Liberdade. Porto Alegre, 2011.

VERSIANI, Flávio Rabelo & VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. **Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777 – 1887**. Est. Econ., São Paulo, V.33, Nº2. P. 353 – 393. Abril – Junho 2003.

XAVIER, Regina Célia Lima. **A conquista da liberdade. Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Campinas: CMU/Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_, Regina. **A Escravidão no Brasil Meridional e os Desafios historiográficos**. In. : **RS Negro** [recurso eletrônico]: cartografias sobre a produção do conhecimento/ organizadores SILVA, G; SANTOS, J. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

\_\_\_\_\_. **Do Arcaico ao Moderno**. Transformações no Rio Grande do Sul do século XIX. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem Que Foi Feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.